

PIAUÍ LEVADO A SÉRIO

Mudanças para o pleno desenvolvimento

Luciano Nunes Santos Filho

Candidato a Governador do Piauí

PSDB 45

APRESENTAÇÃO

O PIAUÍ DE HOJE

Panorama geral das Finanças Públicas – 2002 / 2017

O olhar sobre as receitas públicas estaduais

O olhar sobre as despesas públicas estaduais

O comportamento da receita e da despesa.

O olhar macroeconômico

Produto e Renda | Consumo | Poupança e Investimentos

Endividamento público | Arrecadação de tributos

Previdência estadual

Conclusões

UNIDOS PELA TRANSFORMAÇÃO

Diretrizes | conceitos | idéias – forças

A URGÊNCIA DAS MUDANÇAS

Administrativas | Econômicas | Sociais | Ambientais | Culturais | Políticas

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: Potencialidades, Oportunidades e Investimentos

Modelo de integração e articulação territorial

APRESENTAÇÃO

Os anos em que o Partido dos Trabalhadores governou o Brasil o Piauí não foi feliz. Não avançou, não melhorou. Nada ou quase nada mudou. A economia não se transformou; o Estado não se reestruturou nem ganhou autonomia de decisões; muito menos nosso povo passou a desfrutar de melhores serviços que alterassem sua condição de vida e bem estar.

A economia, se cresceu um pouco, tal se deu sem a efetiva participação do Governo, que fugiu de suas responsabilidades mínimas de incentivo e suporte. O pequeno crescimento experimentado aconteceu por um ciclo de transferência de renda direta para a população empobrecida, trazendo restritos estímulos ao consumo. Foi a renda que cresceu, através de estímulos externos, não a produção econômica. Continuamos sendo uma economia muito mais de circulação de riqueza. E menos, muito menos, de produção de riqueza. Relegada à insignificância em parâmetros nacionais e regionais.

O que produzimos representa menos de 1% da riqueza nacional. Somos o nono Estado do Nordeste em PIB e o vigésimo terceiro do Brasil. Na pobreza mais concentrada no nordeste é fato uma proporção mais significativa da população piauiense: aqui estão 6% dos pobres da região Nordeste e 3,07% dos pobres no Brasil.

O Estado do Piauí continua a padecer de alta dependência de transferências federais na formação de suas receitas: 51,90%. Tanto para fazer frente às despesas de custeio quanto para investimentos. Somos um Estado que se endivida cada dia mais e não dá nenhuma importância ao destino dos recursos contratados: estes não apresentam retorno econômico ou social relevante; sempre pulverizados, destituídos de planejamento e orientação firme.

Os investimentos estaduais quando comparados ao Produto Interno Bruto – que representa a soma das riquezas produzidas no território piauiense de R\$39,15 bilhões em 2015 – é de apenas 1,33%, ínfimo quando se pretende induzir o crescimento real sob liderança do Governo do Estado.

A sociedade não experimentou avanços significativos. A vida das pessoas em termos de bem estar social não tem sido melhorada, pois os serviços estatais básicos, considerados essenciais, como os de educação, saúde, segurança pública, assistência social, são de baixíssima qualidade, sem grau relevante de eficiência no uso dos recursos e eficácia nos resultados. Ou seja, aquilo que seria a reciprocidade relacionada à capacidade contributiva da sociedade, que paga impostos, taxas, contribuições para ver suas necessidades atendidas, não recebe serviços mínimos.

Em inúmeros diagnósticos feitos sobre a realidade econômica, social, política e cultural do Piauí, salta aos olhos um cruel consenso: o de que temos um conjunto de potencialidades de grande dimensão em diversos setores, embora estas não sejam transformadas efetivamente em riquezas e oportunidades a bem do povo piauiense. Permanecem adormecidas em pensamento e ação, vindo à

tona somente nos discursos eleitorais. E que também, ao longo dos anos, acumulamos uma enorme dívida social para com os mais humildes, aqueles que mais precisam da atenção e dos cuidados do Estado.

Os potenciais adormecidos, inertes, comprovam a incompetência dos governantes que não tiveram ânimo, força, nem determinação, renunciando à oportunidade de promover as transformações necessárias para tornar a economia estadual mais produtiva, diversificada e aberta. Que desfrutasse bons índices de produtividade.

A opção corriqueira tem sido o aconchego das conveniências do curto prazo, de efeitos limitados, às ousadias de pensar e agir pelo Piauí no horizonte do médio e do longo prazo. Por este pensamento medíocre, medindo o risco, melhor seria o curto prazo como porto seguro, mesmo que signifique apenas um vôo baixo e efêmero.

Feito assim, como se vê, o Piauí não cresce, não melhora nem altera sua posição relativa em relação à região nordeste e ao Brasil. Ao manter-se na rabeira dos índices positivos de desenvolvimento entre os Estados, constitui-se tão somente em peso à Nação brasileira, não tendo condições efetivas de autodeterminação, permanecendo ligado e condicionado a históricas dependências.

A dívida social crescente pode ser percebida no descompasso entre, de um lado, o crescimento populacional, o surgimento de novas e diversificadas necessidades, as possibilidades financeiras, e de outro, os serviços estatais básicos que oferece, de educação, saúde, segurança, assistência social, os serviços essenciais de saneamento, habitação, transporte e os de infra-estrutura econômica de estradas, pontes, viadutos, ferrovias, aerovias, portos, acumulação e distribuição de água e energia, que são marcadamente insuficientes e de baixa qualidade.

Na elaboração desse documento, dois cuidados foram fundamentais: ouvir a população nas cidades, bairros e comunidades; nas regiões, desde os cerrados, o semiárido, o centro norte, o litoral e Teresina; nos territórios de desenvolvimento, para captar os sentimentos, as apreensões, os anseios e as necessidades da nossa gente. Como também estudar e levantar informações sobre as diversas realidades do Piauí, para então podermos levantar um diagnóstico seguro e formatar um conjunto de propostas que sirvam para orientar o próximo governo e o futuro do Piauí.

Devemos levar o Piauí a sério. Esta é a síntese do que propomos. Não permanecer no imprevisto que tanto mal tem feito à todos. Não mais decidir por oitiva de interesses meramente eleitorais, momentâneos, oportunistas.

Levar o Piauí a sério é medir cada passo a ser dado com o aprendizado do passado, atenção ao presente e olhos postos no futuro. E saber que o próximo dia, mês, ano deverá ser necessariamente melhor do que já foi. Saber que os problemas, quando encarados como verdadeiros desafios,

existem para ser superados, mitigados por soluções que não são fáceis, mas necessárias, e capazes de construir um futuro melhor.

Para levar o Piauí a sério, já não basta apenas identificar problemas, mas indicar como podem ser resolvidos.

Os problemas não são poucos nem fáceis de serem resolvidos. Soluções fáceis, apressadas, são mentirosas. Encará-los requer coragem e ousadia; otimismo, persistência e determinação; saber priorizá-los e escolher o meio e o modo de superá-los.

Levar o Piauí a sério é responder questionamentos: como levar educação ao povo? Como trazer saúde? Como garantir segurança? Como cuidar dos que mais precisam? Como fazer a economia andar, crescer, gerar emprego e renda para quem quer trabalhar?

O que aqui apresentamos é um conjunto de MUDANÇAS sem as quais o Piauí não será transformado para MELHOR. Constitui-se um caminho a ser percorrido para que as TRANSFORMAÇÕES reais possam ser estabelecidas.

Ânimo, perseverança, ousadia e coragem deve ser o combustível necessário ao longo percurso.

Luciano Nunes

Candidato a Governador do Piauí

PSDB - 45

O PIAUÍ DE HOJE

Panorama geral das Finanças Públicas – 2002 / 2016

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	2004	2005	2006
	ANO ELEITORAL				ANO ELEITORAL
GOVERNADOR DO ESTADO	Hugo Napoleão	Wellington Dias	Wellington Dias	Wellington Dias	Wellington Dias
Receitas Correntes (RC)	1,83 bi	2,05 bi	2,47 bi	2,69 bi	3,08 bi
Receitas Tributárias (RT)	598,79 mi	678,10 mi	844,34 mi	1,03 bi	1,24 bi
Transferências Correntes (TC)	1,07 bi	1,19 bi	1,32 bi	1,77 bi	1,94 bi
Diversas receitas correntes	224,21 mi	136,90 mi	305,66 mi	-	-
Despesas Correntes (DC)	1,61 bi	1,86 bi	2,17 bi	2,27 bi	2,83 bi
Pessoal e encargos (PE)	932,41 mi	1,11 bi	1,26 bi	1,23 bi	1,02 bi
Juros e encargos da dívida (JED)	81,28 mi	97,81 mi	145,26 mi	112,87 mi	170,19 mi
Outras despesas correntes (ODC)	597,07 mi	652,22 mi	772,63 mi	922,23 mi	1,63 bi
POUPANÇA ESTADUAL BRUTA	223,36 mi	191,17 mi	298,03 mi	421,89 mi	253,28 mi
Receitas de capital(RCap)	276,24 mi	38,18 mi	87,98 mi	71,16 mi	129,64 mi
Operações de crédito(OC)	18,07 mi	13,05 mi	32,47 mi	29,74 mi	12,94 mi
Transferência de capital(TC)	56,06,mi	23,60 mi	52,64 mi	34,95 mi	102,06 mi
Alienação de bens(AB)	86,79 mil	461,1 mil	246,7 mil	5,59 mi	13,70 mi
Diversas receitas de capital	201,24 mi	37,11 mi	2,62 mi	880,00 mil	940,00 mil
Despesas de capital (DCap)	276,24 mi	173,18 mi	240,08 mi	321,97 mi	466,45 mi
Investimentos(I)	92,93 mi	52,73 mi	108,80 mi	184,52 mi	290,21 mi
Inversões financeiras(IF)	5,26 mi	5,28 mi	7,10 mii	25,04 mi	12,51 mi
Amortização de dívidas (AD)	178,05 mi	115,17 mi	124,18 mi	112,41 mi	163,73 mi
POUPANÇA ESTADUAL LÍQUIDA	45,31mi	76,00 mi	173,85 mi	309,48 mi	89,55 mi
TOTAL DAS RECEITAS	1,91 bi	2,09 bi	2,60 bi	2,76 bi	3,21 bi
TODAS AS DESPESAS	1,89 bi	2,32 bi	2,41 bi	2,59 bi	3,29 bi
Resultados de balanço (D ou S)	22,39 mi	56,16 mi	145,93 mi	171,08 mi	< 83,53 mi>

Fonte: Balanços Gerais do Piauí / SEFAZ . A preços nominais de cada ano.

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	2009	2010
				ANO ELEITORAL
GOVERNADOR DO ESTADO	Wellington Dias	Wellington Dias	Wellington Dias	W Dias / Wilson Martin
Receitas Correntes (RC)	3,39 bi	4,21 bi	4,46 bi	5,01 bi
Receitas Tributárias (RT)	1,39 bi	1,66 bi	1,87 bi	2,26 bi
Transferências Correntes (TC)	2,21 bi	2,82 bi	2,86 bi	3,17 bi
Diversas receitas correntes	-	-	-	-
Despesas Correntes (DC)	3,27 bi	3,62 bi	3,91 bi	4,23 bi
Pessoal e encargos (PE)	1,52 bi	1,65 bi	1,86 bi	2,13 bi
Juros e encargos da dívida (JED)	259,37 mi	216,21 mi	155,45 mi	133,82 mi
Outras despesas correntes (ODC)	1,49 bi	1,75 bi	1,90 bi	1,97 bi
POUPANÇA ESTADUAL BRUTA	119,17 mi	589,93 mi	544,86 mi	788,74 mi
Receitas de capital(RCap)	106,50 mi	107,21 mi	731,77 mi	532,78 mi
Operações de crédito(OC)	9,79 mi	17,70 mi	567,54 mi	415,72 mi
Transferência de capital(TC)	95,40 mi	87,54 mi	163,23 mi	116,00 mi
Alienação de bens(AB)	479,14 mil	1,20 mi	825,54 mil	969,20 mil
Diversas receitas de capital	830,00 mil	770,00 mil	17,45 mil	90,80 mil
Despesas de capital (DCap)	497,88 mi	757,67 mi	1,35, bi	1,37 bi
Investimentos(I)	216,79 mi	432,53 mi	770,52 mi	763,77 mi
Inversões financeiras(IF)	45,79 mi	103,14 mi	225,20 mi	198,06 mi
Amortização de dívidas (AD)	235,30 mi	222,00 mi	350,83 mi	411,03 mi
POUPANÇA ESTADUAL LÍQUIDA	< 116,13 mi>	367,93 mi	194,03 mi	377,71
TOTAL DAS RECEITAS	3,50 bi	4,32 bi	5,19 bi	5,55 bi
TODAS AS DESPESAS	3,77 bi	4,38 bi	5,26 bi	5,60 bi
Resultados de balanço (D ou S)	<272,21 mi>	<61,12 mi>	<69,93 mi>	<51,33 mi>

Fonte: Balanços Gerais do Piauí / SEFAZ. À preços nominais de cada ano.

DISCRIMINAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
				ANO ELEITORAL			
GOVERNADOR DO ESTADO	Wilson Martins	Wilson Martins	Wilson Martins	Wilson Martins / José Filho	W. Dias	W. Dias	W. Dias
Receitas Correntes	5,59 bi	6,19 bi	6,51 bi	6,99 bi	7,46 bi	8,49 bi	9,11bi
Receitas Tributárias	2,49 bi	2,84 bi	3,20 bi	3,54 bi	3,89 bi	4,22 bi	4,72 bi
Transferências Correntes	3,66 bi	3,95 bi	4,02 bi	4,21 bi	4,36 bi	5,17 bi	5,06 bi
Diversas receitas correntes	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	4,74 bi	5,11 bi	5,84 bi	6,31 bi	7,02 bi	7,99 bi	8,42 bi
Pessoal e encargos	2,44 bi	2,66 bi	3,03 bi	4,51 bi	4,95 bi	5,38 bi	5,70 bi
Juros e encargos da dívida	140,52 mi	135,41 mi	109,42 mi	122,47 mi	136,06 mi	155,93 mi	159,59 m
Outras despesas correntes	2,16 bi	2,32 bi	2,70 bi	1,68 bi	1,93 bi	2,45 bi	2,57 bi
POUPANÇA ESTADUAL BRUTA	847,02 mi	1,07 bi	663,53 mi	682,28 mi	444,68 mi	502,36 mi	682,20m
Receitas de capital	281,32 mi	1,25 bi	685,99 mi	176,91 mi	500,96 mi	1,19 bi	647,05 n
Operações de crédito	216,83 mi	1,08 bi	495,63 mi	73,21 mi	398,73 mi	854,64 mi	490,54m
Transferência de capital	30,21 mi	78,12 mi	99,07 mi	90,30 mi	27,96 mi	31,93 mi	44,80 n
Alienação de bens	34,11 mi	2,34 mi	1,20 mi	4,38 mi	10,17 mi	1,35 mi	-
Diversas receitas de capital	17,00 mil	64,80 mil	90,09 mi	9,03 mi	64,10 mi	11,89 mi	111,71m
Despesas de capital	1,13 bi	1,74 bi	1,51 bi	1,16 bi	832,74 mi	1,45 bi	1,25 bi
Investimentos	525,34 mi	710,35 mi	1,16 bi	918,60 mi	521,15 mi	880,63 mi	755,68 r
Inversões financeiras	13,46 mi	117,24 mi	133,32 mi	20,02 mi	53,24 mi	326,07 mi	199,05 r
Amortização de dívidas	593,48 mi	911,66 mi	219,19 mi	225,34 mi	258,34 mi	246,29 mi	298,48 r
POUPANÇA ESTADUAL LÍQUIDA	253,54 mi	158,34 mi	444,34 mi	456,94 mi	112,90mi	242,26mi	79,25 m
TOTAL DAS RECEITAS	5,87 bi	7,44 bi	7,19 bi	7,16 bi	7,96 bi	9,68 bi	9,75 bi
TOTAL DAS DESPESAS	5,87 bi	7,44 bi	7,35 bi	7,47 bi	7,96 bi	9,44 bi	9,68 bi
Resultados de balanço (D ou S)	< 3,95 mi>	581,59 mi	<158,36 mi>	<313,77 mi>	112,90 mi	238,51 mi	76,09 m

Fonte: Balanços Gerais do Piauí / SEFAZ. À preços nominais de cada ano.

ESTRUTURA DO BALANÇO GERAL DO PIAUÍ – Em Reais nominais

Discriminação	2015	Part. %	2016	Part.%	2017	Part.%
Governador do Estado	W. Dias	-	W. Dias	-	W. Dias	-
Receitas Correntes	7,46 bi	93,72%	8,49 bi	87,71%	9,11 bi	93,44%
Receitas Tributárias	3,89 bi	48,87%	4,22 bi	43,60%	4,72 bi	48,41%
Transf. Correntes	4,36 bi	54,77%	5,17 bi	60,90%	5,06 bi	51,90%
Despesas Correntes	7,02 bi	88,19%	7,99 bi	84,64%	8,42 bi	86,98%
Pessoal e encargos	4,95 bi	62,19%	5,38 bi	56,99%	5,70 bi	58,88%
Juros e enc. da dívida	136,06 mi	1,71%	155,93 mi	1,65%	159,59 mi	1,65%
Outras desp. correntes	1,93 bi	24,25%	2,45 bi	25,95%	2,75 bi	28,41%
POUPANÇA EST. BRUTA	444,68 mi	5,90%	502,36 mi	5,19%	682,20 mi	6,70%
Receitas de capital	500,96 mi	6,29%	1,19 bi	12,29%	647,05 mi	6,64%
Operações de crédito	398,73 mi	5,01%	854,64 mi	8,82%	490,54 mi	5,03%
Transf. de capital	27,96 mi	3,51%	31,93 mi	3,30%	44,80 mi	4,59%
Alienação de bens	10,17 mi	1,28%	1,35 mi	1,39%	-	-
Diversas rec. de capital	64,10 mi	8,05%	11,89 mi	1,23%	111,71 mi	11,46%
Despesas de capital	83,27 mi	10,46%	1,45 bi	15,36%	1,25 bi	12,91%
Investimentos	521,15 mi	6,54%	880,63 mi	9,38%	755,68 mi	7,81%
Inversões financeiras	53,24 mi	6,69%	326,07 mi	3,45%	199,05 mi	2,06%
Amort. de dívidas	258,34 mi	3,25%	246,29 mi	2,61%	298,48 mi	3,08%
TOTAL DAS RECEITAS	7,96 bi	100	9,68 bi	100	9,75 bi	100
TOTAL DAS DESPESAS	7,96 bi	100	9,44 bi	100	9,68 bi	100
RESULTADO CORRENTE	444,68 mi	5,96%	502,36 mi	5,92%	682,26 mi	7,49%
RESULTADO GERAL	112,90 mi	1,42%	238,51 mi	2,46%	76,09 mi	7,80%

Fonte: Balanços Gerais 2015, 2016, 2017

COMPORTAMENTO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – 2002 A 2017

O Piauí estreou na casa do bilhão nos gastos com pessoal e encargos sociais pelas mãos do gestor Wellington Dias, em 2003, quando tal despesa deu um salto de 19,5% em relação a 2002, e continuou saltando nos anos seguintes. Começava aí uma trajetória de gestão populista nessa categoria de despesa. Seu ápice, entretanto, se dá com a ideia necessária, é verdade, de implantar os chamados planos de cargos, carreiras e salários do funcionalismo público estadual.

Açodado e interessado em ficar com esse quinhão de popularidade junto aos servidores, propôs ao Legislativo e aprovou grande número de projetos de lei com essa finalidade, sem maiores cuidados ou discussões, embalado pela convicção de que “é o que temos, é o que podemos oferecer”. Foram medidas de implantação paulatina.

FINANÇAS PÚBLICAS DO PIAUÍ

EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
2017/2002		
EXERCÍCIO FISCAL	VALOR EM REAIS	VARIAÇÃO %
2017	5,70 bilhões	5,95
2016	5,38 bilhões	8,69
2015	4,95 bilhões	9,76
2014	4,51 bilhões	48,84
2013	3,03 bilhões	13,91
2012	2,66 bilhões	9,02
2011	2,44 bilhões	14,55
2010	2,13 bilhões	14,52
2009	1,86 bilhões	12,73
2008	1,65 bilhões	8,55
2007	1,52 bilhões	49,02
2006	1,02 bilhões	-17,07
2005	1,23 bilhões	- 2,38
2004	1,26 bilhões	13,51
2003	1,11 bilhões	19,05
2002	932,41 milhões	-

Fonte: Balanços Gerais

Os efeitos de tal política começaram a ser sentidos em duas etapas, com repique mais forte nos anos de 2007 e 2014.

A folha de pagamentos subiu, em 2007, 49,02%; em 2014, avançou mais 48,84%. Trocando os percentuais por dinheiro, em valores nominais de cada ano, tem-se que em 2007 a folha aumentou R\$ 500,0 milhões; em 2014 aumentou mais R\$ 1,48 bilhões.

Em 2015 a folha chegou a R\$ 4,95 bilhões, em 2016 foi a R\$ 5,38 bilhões e alcançou R\$ 5,95 bilhões em 2017. Um salto que bem poderia ser chamado, como na ginástica olímpica, de duplo twist carpado – de altíssimo risco!

Certo é que, se os servidores públicos de diversas categorias mereciam receber aumentos generosos em suas remunerações, muito mais grave é o fato de que não foi medida corretamente a sustentabilidade financeira de tal opção, haja vista que, numa estrutura de gastos de grande rigidez, o caminho de sempre foi, mais uma vez adotado: levar sacrifícios à capacidade de poupança para investimentos com recursos próprios. Como sempre, trocando efeitos coletivos em termos de benefícios, por efeitos localizados, ainda que importantes para a numerosa classe de servidores públicos estaduais.

COMPORTAMENTO DA DESPESA CORRENTE DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO

O grande problema em aumentar despesas de custeio sem critério firme é que fazê-la diminuir torna-se medida de coragem, um desafio por ferir interesses imediatos que se formam em torno de sua permanência.

O gestor Wellington Dias foi quem mais fez crescer a máquina pública do Piauí criando órgãos públicos para uso político. O discurso que adota para esconder esse fato é que está “buscando modernizar e especializar os serviços prestados pelo Estado”. Algo fácil de ser negado pelo simples observar. Mas como a esperteza é manca, basta dar uma checada nos dois primeiros mandatos e nos dois anos deste terceiro para tirar a prova.

Em apenas dois anos da longa série, em 2006, 2015 e 2016, o custeio administrativo deu pulos fenomenais: em 2006 subiu 76,75%; em 2015 subiu 14,88% ; e em 2016 cresceu 27,31%. Trocando os percentuais por dinheiro (valores nominais de cada ano), tem-se o seguinte quadro: em 2006 o aumento correspondeu a R\$ 707,77 milhões; em 2015 o aumento foi de R\$ 250,0 milhões; e em 2016 foi de R\$ 520,0 milhões.

Bom lembrar que em 2002, o Piauí gastou R\$ 597,07 milhões com o funcionamento da máquina pública. Alcançou a escala do bilhão ainda em 2006, com R\$ 1,63 bilhão. Em 2015, a despesa subiu para R\$ 1,93 bilhão, em 2016 fechou em R\$ 2,45 bilhões e em 2017 chegou a R\$2,57 bilhões.

Como pode um gestor com um currículo desses querer falar em riscos ao equilíbrio fiscal do Piauí? Falta, como de hábito, sinceridade.

EVOLUÇÃO DA DESPESA COM CUSTEIO ADMINISTRATIVO

2017/2002		
EXERCÍCIO FISCAL	VALOR EM REAIS	VARIAÇÃO %
2017	2,57 bilhões	4,90
2016	2,45 bilhões	26,94
2015	1,93 bilhões	14,88
2014	1,68 bilhões	- 37,78
2013	2,70 bilhões	16,38
2012	2,32 bilhões	7,41
2011	2,16 bilhões	9,64
2010	1,97 bilhões	3,68
2009	1,90 bilhões	8,57
2008	1,75 bilhões	17,45
2007	1,49 bilhões	-8,59
2006	1,63 bilhões	76,75
2005	922,23 milhões	19,36
2004	772,73 bilhões	18,46
2003	652,22 milhões	9,24
2002	597,07 milhões	-

Fonte: Balanços Gerais

O COMPORTAMENTO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS E DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – 2002 / 2017

O problema de desequilíbrio fiscal das contas piauienses não tem foco nas receitas, mas no dimensionamento correto e possível das despesas, ou seja, em que e como a receita é dirigida, seja para consumo – quase a totalidade – ou para pequenos investimentos mal planejados.

Observe o quadro abaixo que apresenta as receitas arrecadadas (impostos e taxas) e as transferências recebidas do Governo Federal. Considerando-se o período de 2002 a 2016, quinze anos, as receitas tributárias cresceram, em média anual, 14,07%; as transferências correntes alcançaram média anual de 11,44%.

Como as receitas oriundas da arrecadação tributária só cresceram e as transferências de recursos recebidas, também, resta admitir que o Piauí não aprendeu a lição de viver com aquilo de que dispõe.

Assim, termina por fazer opções equivocadas em sua busca por mais recursos (poupança externa) junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, pelos quais se obriga a pagar altos juros, e por isso mesmo teria que analisar com cuidado e olhar estratégico, benefícios e taxa de retorno projetados em cada um. Como não o faz, paga o preço do desequilíbrio, retardando o processo desejado de desenvolvimento tanto regional quanto local. Isto ocorre porque o viés político das decisões de investimento sufoca e predomina sobre qualquer racionalidade econômica, sustentando injustificável pulverização de recursos.

Por outro lado, verifica-se abaixo que o investimento publico estadual reduziu-se significativamente a partir de 2014, prejudicado pelo aumento das despesas que desequilibram as contas estaduais.

Equivale a dizer que a gestão fiscal do Piauí, os números comprovam, acelera na despesa que faz desconsiderando o crescimento da receita que obtém.

COMPORTAMENTO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS E DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

PIAUÍ - 2002 A 2017

ANO	VALOR DOS TRIBUTOS	%	VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS	%
2017	4,72 bilhões	11,84	5,06 bilhões	- 2,13
2016	4,22 bilhões	8,48	5,17 bilhões	18,58
2015	3,89 bilhões	9,89	4,36 bilhões	3,56
2014	3,54 bilhões	10,63	4,21 bilhões	4,73
2013	3,20 bilhões	12,68	4,02 bilhões	1,77
2012	2,84 bilhões	14,06	3,95 bilhões	7,92
2011	2,49 bilhões	10,18	3,66 bilhões	15,46
2010	2,26 bilhões	20,86	3,17 bilhões	10,84
2009	1,87 bilhões	12,65	2,86 bilhões	1,42
2008	1,66 bilhões	19,42	2,82 bilhões	27,60
2007	1,39 bilhões	12,10	2,21 bilhões	13,92
2006	1,24 bilhões	20,39	1,94 bilhões	9,60
2005	1,03 bilhões	21,99	1,77 bilhões	34,09
2004	844,34 milhões	24,52	1,32 bilhões	10,92
2003	678,10 milhões	13,25	1,19 bilhões	11,21
2002	598,79 milhões	-	1,07 bilhões	-

Fonte: Balanços Gerais / SEFAZ

TAXA DE INVESTIMENTO PÚBLICO ESTADUAL

ANO	TAXA DE IPE	VARIAÇÃO %
2017	7,75%	-14,84
2016	9,10%	38,93
2015	6,55%	-48,95%
2014	12,83%	-20,46%
2013	16,13%	68,90
2012	9,55%	6,94%
2011	8,93%	-35,10%
2010	13,76%	-7,28%
2009	14,84%	48,25%
2008	10,01%	61,71%
2007	6,19%	-31,53%
2006	9,04%	35,33%
2005	6,68%	59,80%
2004	4,18%	65,87
2003	2,52%	- 48,15
2002	4,86%	-

Fonte: Balanços Gerais. Cálculo realizado a partir do investimento sobre a receita total

A baixa capacidade de investir pode ser também analisada a partir de um olhar para a poupança estadual. O cálculo da Taxa de Poupança Pública Estadual Líquida considera o total da receita corrente deduzidas as despesas correntes e a amortização de dívidas. Como se pode ver abaixo pouco resta do orçamento, uma vez deduzidas estas despesas e dívidas. Para investir são necessários mais empréstimos, que futuramente irão comprometer a taxa de poupança.

TAXA DE POUPANÇA PÚBLICA ESTADUAL LÍQUIDA		
ANO	TAXA DE PPEL	VARIAÇÃO
2017	4,21%	39,40
2016	3,02%	20,80
2015	2,50%	-61,77
2014	6,54%	-4,25
2013	6,83%	166,80
2012	2,56%	-43,61
2011	4,54%	-39,79
2010	7,54%	73,33
2009	4,35%	-50,23
2008	8,74%	354,81
2007	- 3,43%	-82,13
2006	2,91%	-99,75
2005	11,50%	63,35
2004	7,04%	89,76
2003	3,71%	49,59
2002	2,48%	-

Fonte: Balanços Gerais. Cálculo realizado a partir da poupança pública estadual sobre a receita corrente bruta

O OLHAR SOBRE AS RECEITAS PÚBLICAS ESTADUAIS – 2015 a 2017

Como mostra o quadro abaixo que resume o comportamento das receitas, entre 2016 e 2017, as receitas tiveram crescimento de 0,72%, apresentando forte redução das receitas de capital (- 45,63%), devido à baixa na captação de recursos de empréstimos (- 42,60%), compensado pelo crescimento das receitas tributárias de 11,85%, resultado dos aumentos de impostos e taxas.

Nesse contexto, as receitas de transferências correntes do Governo Federal para o Governo Estadual tiveram redução de 2,13%, ocasionando perda de R\$ 110,0 milhões ao Tesouro Estadual, ou R\$ 9,17 milhões por mês. Mesmo assim, tal tipo de receita ainda permanece como a principal no balanço (51,90%).

A perda verificada de receita, registre-se, foi plenamente compensada pelos efeitos do aumento das alíquotas de impostos e taxas, que possibilitaram ao Tesouro Estadual um acréscimo de R\$ 500,0 milhões, média - mês de R\$41,67 milhões. A receita tributária representou 48,41% do total das receitas.

Fato que merece registro é a receita de concessões e permissões, uma Receita Patrimonial, a qual engordou o Tesouro Estadual em 2017 em mais R\$ 160,68 milhões, devidamente diluídos no custeio da máquina administrativa. Isto foi resultado do direito de outorga pago pela operação do saneamento básico em Teresina por empresa privada.

Importante atentar para o fato de que as receitas do Piauí vêm crescendo de ano a ano, apesar do descontrole verificado no lado das despesas.

De 2015 para 2016 cresceu 21,61%, explicado pelo excepcional crescimento das receitas de transferências correntes (18,58%), vitaminadas pelas verbas obtidas com a repatriação de recursos do exterior para o Brasil e pelo aperto fiscal iniciado que resultou num crescimento de 8,48% das receitas tributárias próprias.

Já de 2016 para 2017, cresceu muito menos, mas ainda assim cresceu 0,73%, função, como dito, pelo arrocho fiscal impetrado.

As receitas do Estado do Piauí somaram, em 2016, R\$ 9,68 bilhões, com crescimento em relação a 2015 na ordem de 21,61%.

As receitas correntes saltaram de R\$ 7,46 bilhões para R\$ 8,49 bilhões em 2016, embora tendo-se dois anos de crise econômica. Um crescimento de 13,80%. Fato possibilitado pelo crescimento das receitas tributárias em 8,48%; pelo colchão de recursos recebidos (R\$ 470,0 milhões em transferências correntes) em nome da repatriação de dinheiro antes remetido ilegalmente ao exterior, que recompôs perdas com o Fundo de Participação dos Estados / FPE, via imposto de renda (18,58%).

As receitas de capital alcançaram R\$ 1,19 bilhão em 2016. Experimentaram crescimento em relação ao ano de 2015 no alto percentual de 137,54%. Este crescimento deveu-se às novas operações de crédito contratadas, que somaram no ano R\$ 854,64 milhões, correspondentes a 71,87% desta categoria de receita.

Em 2017, as receitas de capital reduziram-se bastante (-45,63%) em relação a 2016. O Piauí contratou menos empréstimos bancários (R\$ 490,54 milhões).

RECEITAS REALIZADAS PELO GOVERNO DO ESTADO (Em reais)							
CATEGORIA ECONÔMICA	2015	%	2016	%	2017	%	VAR % 2017/16
RECEITAS CORRENTES	7,46 bilhões	94,10	8,49 bilhões	87,71	9,11bilhões	93,44	7,3
Tributárias	3,89 bilhões	48,87	4,22 bilhões	43,60	4,72bilhões	48,41	11,85
Transferências Correntes	4,36 bilhões	54,77	5,17 bilhões	53,41	5,06bilhões	51,90	-2,13
RECEITAS DE CAPITAL	500,96 milhões	6,29	1,19 bilhões	12,29	647,05 mi	6,64	-45,63
Operações de crédito	398,73 milhões	5,01	854,64 milhões	8,83	490,54mi	5,03	-42,60
Transferência de capital	27,96 milhões	3,51	31,93 milhões	3,30	44,80 mi	4,59	40,31
Alienação de bens	10,17 milhões	1,28	1,35 milhões	1,39	-	-	-
Diversas rec. de capital	64,10 milhões	8,05	11,89 milhões	1,23	111,55mi	1,14	838,18
TOTAL DAS RECEITAS	7,96 bilhões	100	9,68 bilhões	100	9,75bilhões	100	0,72

Fonte: Balanço Geral 2015 a 2017

Receita de ICMS: A arrecadação do ICMS, incluindo o FECOP, foi de R\$ 3.781.896.453 (três bilhões, setecentos e oitenta e um milhões, oitocentos e noventa e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais), representando 80,10% de toda a Receita Tributária Estadual do exercício de 2017. Com um aumento de 11,01% frente ao arrecadado em 2016, o ICMS destacou-se como o imposto mais importante na arrecadação do Estado.

Receita de ICMS Adicional FECOP: O Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, instituído pela Lei Ordinária nº 5.622, em 28 de dezembro de 2006, corresponde ao adicional de 2% (dois por cento) na alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços e Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Este Fundo atingiu no ano de 2017 o montante de R\$143.868.650 (cento e quarenta e três milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, seiscentos e cinquenta reais), representando 3,05% das Receitas Tributárias e demonstrando uma variação positiva de 107,08% em relação ao ano anterior.

Apresentou total arrecadado de R\$ 69,47 milhões em 2016, ou 1,65% da receita de tributos. Em relação a 2015 cresceu 124,98%.

Receita de IPVA: O Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA atingiu em 2017 o montante de R\$ 271.448.651 (duzentos e setenta e um milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e um reais), significando 5,75% da Receita Tributária.

O incremento percentual desta Receita, comparado com o ano de 2016, foi de 6,24%.

Em 2016, correspondeu a 6,06% da receita tributária, com crescimento percentual em relação a 2015 na ordem de 16,69%.

Receita de IRRF: Esta receita totalizou em 2017 o montante de R\$ 383.734.510 (trezentos e oitenta e três milhões, setecentos e trinta e quatro mil, quinhentos e dez reais), com um crescimento percentual de 14,84% em relação a 2016 e representa 8,13% das Receitas Tributárias. A principal fonte desta receita é oriunda da retenção na fonte dos salários dos servidores do Estado.

Em 2016, o IRRF somou R\$ 334,14 milhões. Seu peso na estrutura das receitas tributárias foi de 7,92%. Em relação a 2015 a receita cresceu 13,23%.

Receita de ITCMD: O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD atingiu, no exercício de 2017, o valor de R\$ 13.653.626 (treze milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, seiscentos e vinte e seis reais), com decréscimo de 6,11% em relação ao exercício anterior e representa 0,29% da Receita Tributária.

O ITCMD teve peso relativo de 0,34% em 2016. Arrecadou R\$ 14,54 milhões e decresceu em relação a 2015 14,66% percentualmente.

RECEITA DE TAXAS (Em reais)

Discriminação	2015	%	2016	%	VAR %	2017	%	VAR %
Poder de polícia	3,19 milhões	1,91	3,36 milhões	1,62	5,18	1,58 milhões	0,58	-52,84
Prest. de serviços	164,10 milhões	98,09	204,09 milhões	98,38	24,37	269,30 milhões	99,42	31,95
TOTAL	167,30 milhões	100	207,45 milhões	100	24,00	270,89 milhões	100	30,58

Fonte: Balanço Geral 2016 e 2017

RECEITA PATRIMONIAL (Em reais)

Discriminação	2015	%	2016	%	VAR%	2017	%	VAR%
Aluguéis	12,68 mil	0,01	2,1 mil	0,00	-83,44	118,67 mil	0,05	5.551
Financiamento imóveis	3,56 mi.	3,62	5,14 mi	3,51	44,38	6,01 milhões	2,32	16,93
Tx de ocupação de imóveis	284,58 mil	0,29	314,57 mil	0,21	10,54	0,00	0	-100
Dividendos recebidos	954,00	0,00	19,00	0,00	-98,00	0,00	0	-100
Remun. Invest. do RPPS	-	-	-	-	-	10,31	3,97	-
Remun. de dep. bancários	94,42 mi.	95,97	140,80 mi.	96,17	49,12	82,21 milhões	31,70	-41,61
Rec. de conces. e permissão	91,22 mil	0,09	146,18 mil	0,10	60,25	160,68 milhões	61,96	109.820
Receita de cessão de direitos	7,33 mil	0,01	2,19 mil	0,00	-70,12	0,00	0	0
Total Geral	98,38 mi.	100	146,40 mi.	100	48,81	259,32	100	77,12

Fonte: Balanço Geral 2016 e 2017

[Digite o título do documento]

As receitas patrimoniais, apresentadas acima, são provenientes da fruição do patrimônio do Estado, como por exemplo, bens mobiliários e imobiliários ou, ainda, bens intangíveis e participações societárias.

Apresenta-se abaixo as contribuições dos servidores civis, militares e pensionistas, como também as receitas de serviços, transferências correntes e outras receitas, desagregadas das receitas totais.

RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO (Em reais)

Discriminação	2016	%	2017	%	VAR
Cont. patronal ativo civil	15,56mil	0,00	41,89mil	0,01	169,15
Cont. do serv. pensionista civil	7,25milhões	1,34	8,90milhões	1,46	22,70
Cont. do serv. pensionista militar	870,39 mil	0,16	454,23 mil	0,07	-47,81
Cont. do serv. ativo civil	245,74milhões	45,48	286,82milhões	46,91	16,72
Cont. do serv. ativo militar	36,65milhões	6,70	41,22milhões	6,74	13,79
Cont. do serv. Inativo civil	13,65milhões	2,53	17,05 milhões	2,79	24,90
Cont. do serv. Inativo militar	3,11milhões	0,58	4,07 milhões	0,67	30,81

Fonte: Balanço Geral 2016 e 2017

RECEITA DE SERVIÇOS (Em reais)

Discriminação	2015	%	2016	%	VAR %	2017	%	VAR
Transporte ferroviário	173,36 mil	0,89	181,47 mil	1,47	4,68	218,33mil	1,07	20,32
Serviços financeiros	-	-	-	-	-	856,88mil	4,21	-
Comunicação	199,52 mil	1,03	331,36 mil	2,68	66,08	49,32mil	0,24	20,32
Saúde	7,13 milhões	36,80	5,50 milhões	44,39	-22,91	7,07milhões	34,72	28,59
Administrativos	4,98 milhões	25,71	1,08 milhões	8,75	-78,25	7,01milhões	34,44	546,97
Inspeção e fiscalização	2,35 milhões	12,14	2,22 milhões	17,90	-5,79	1,71milhões	8,39	-22,94
Consultoria, assist.técnica e análise de projetos	776,65 mil	4,01	473,76 mil	3,83	-39,00	0	0,00	-100
Serviços comerciais	3,57 milhões	18,43	2,60 milhões	20,98	100,00	3,45milhões	16,93	32,68
Outros serviços	151,81 mil	0,78	-	-	-100,00	-	-	-
Total Geral	19,38 milhões	100	12,39 milhões	100	-36,10	20,37milhões	100	64,44

Fonte: Balanço Geral 2016 e 2017

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (Em reais)

Discriminação	2015	%	2016	%	VAR %	2017	%	VAR
FPE / Fundo de Participação dos Estados	3,30 bilhões	75,64	3,77 bilhões	72,97	14,30	3,60bilhões	71,10	-4,6
Imposto sobre Produtos Industrializados	1,09 milhões	0,03	1,01 milhão	0,02	-7,96	1,22milhões	0,02	21,1
ICMS – Exportação	4,41 milhões	0,10	4,41 milhões	0,09	0,00	4,41milhões	0,09	0,00
CIDE	11,05 milhões	0,25	30,39 milhões	0,59	175,10	42,89milhões	0,85	41,1
FUNDEB	524,08 milhões	12,01	579,74 milhões	11,21	10,62	649,45milhões	12,84	12,0
Complementação da União	124,90 milhões	2,86	161,49 milhões	3,12	29,30	207,35milhões	4,10	28,4
Convênios	97,51 milhões	2,24	141,73 milhões	2,74	45,29	35,95milhões	0,71	-74,

[Digite o título do documento]

Transferência do FNDE	40,18 milhões	0,92	103,29 milhões	2,00	157,07	87,59milhões	1,73	-15,
Transferência SUS	239,07 milhões	5,48	351,23 milhões	6,79	46,92	365,16milhões	7,22	3,96
Outras transferências	20,74 milhões	0,48	24,56 milhões	0,47	18,40	67,59milhões	1,34	175
Total Geral	4,36 bilhões	100	5,17 bilhões	100	18,49	5,06bilhões	100	-2,1

Fonte: Balanço Geral 2016 e 2017

OUTRAS RECEITAS CORRENTES (Em reais)

Discriminação	2015	%	2016	%	VAR %	2017	%	VAR
Multas e juros de mora	35,00 milhões	26,03	52,37 milhões	75,37	49,63	41,95milhões	64,30	-19,90
Indenizações e restituições	6,10 milhões	4,54	4,43 milhões	6,38	-27,28	7,08milhões	10,85	59,66
Dívida ativa tributária	7,71 milhões	5,73	2,89 milhões	4,15	-62,55	6,65milhões	10,19	130,40
Receitas diversas	85,65 milhões	63,70	9,8 milhões	14,10	88,56	9,56milhões	14,65	-2,45
Total Geral	134,45 milhões	100	69,48 milhões	100	- 48,32	65,23milhões	100	-6,42

Fonte: Balanço Geral 2016 e 2017

O OLHAR SOBRE AS DESPESAS PÚBLICAS ESTADUAIS

As despesas realizadas em 2016 foram de R\$ 9,44 bilhões. Cresceram 20,32% em relação a 2015. O maior peso de tal crescimento foi decorrente do componente Outras Despesas Correntes(27,31%), com participação de 25,96% das despesas totais. Nesse item classifica-se o custeio operacional dos órgãos públicos da administração direta do Estado.

Em 2017, as despesas chegaram a R\$ 9,68 bilhões. Seu crescimento foi de 2,47% em relação a 2016. O principal gasto do Governo é com a folha de pagamento do pessoal ativo, inativos e pensionistas(58,86%).

O custeio da máquina pública, negando eficiência no uso dos recursos e eficácia em seus resultados, aproxima-se perigosamente da marca de 30% da despesa total. Representou um percentual de 28,21% da Receita Corrente em 2017.

As despesas podem e devem ser vistas, também, pela sua destinação às funções estatais elencadas pelos três Poderes estaduais.

No Poder Executivo são apresentadas vinte e três funções que consumiram, em 2017, R\$ 8,27 bilhões. Uma no Legislativo consumiu R\$ 491,45 milhões, e duas no Judiciário, R\$ 906,72 milhões.

Dentre as funções do Poder Executivo, as que mais gastaram foram, por ordem, na faixa acima de R\$ 1,5 bilhão reais: educação, saúde, previdência e administração; acima de R\$280,0 milhões e abaixo de R\$820,0 milhões, por ordem, destacaram-se as funções de segurança, encargos especiais e transportes; acima de R\$ 61,0 milhões e abaixo de R\$79,0 milhões tem-se as funções agricultura, urbanismo e direitos da cidadania; e na faixa mais larga, abaixo de R\$ 50,0 milhões até o piso de R\$ 422,0 mil , tem-se treze funções, com destaque da faixa para a cultura, que realizou gastos de R\$49,69 milhões.

DESPESA PÚBLICA ESTADUAL POR FUNÇÃO EM 2017(Em reais)		
Função	Valor realizado	Participação %
Educação	1,58 bilhões	16,32
Saúde	1,56 bilhões	16,12
Previdência Social	1,53 bilhões	15,79
Administração	1,52 bilhões	15,68
Segurança Pública	819,66 milhões	8,47
Encargos Especiais (*)	495,18 milhões	5,12
Transporte	286,38 milhões	2,96
Agricultura	78,29 milhões	0,81
Urbanismo	78,70 milhões	0,81
Direitos da Cidadania	61,35 milhões	0,63
Cultura	49,69 milhões	0,51
Comércio e Serviços	45,71 milhões	0,47
Saneamento	43,78 milhões	0,45
Comunicações	42,23 milhões	0,44
Assistência Social	42,80 milhões	0,43
Ciência e Tecnologia	19,96 milhões	0,21
Gestão ambiental	9,63 milhões	0,10
Desporto e Lazer	7,30 milhões	0,08
Trabalho	4,83 bilhões	0,05
Habitação	3,47 milhões	0,04
Organização agrária	2,95 milhões	0,03
Indústria	1,29 milhões	0,01
Energia	421,84 mil	0,00
Legislativa	491,45 milhões	5,08
Judiciária	639,62 milhões	6,61
Essencial à Justiça	267,09 milhões	2,76
TOTAL	9,68 bilhões	100

Fonte: Balanço 2017

(*)" Engloba as despesas orçamentárias em relação às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra".

DESPESA REALIZADA PELO GOVERNO DO ESTADO (Em reais)								
CATEGORIA ECONÔMICA	2015	%	2016	%	VAR %	2017	%	VAR%
DESPESAS CORRENTES	7,02 bi	89,39	7,99 bi	84,61	13,89	8,42bi	87,05	5,42
Pessoal e encargos sociais	4,95 bi	63,12	5,38 bi	57,01	8,66	5,70bi	58,86	5,81
Juros e encargos da dívida	136,06 mi	1,73	155,93 mi	1,65	14,60	159,59bi	1,65	2,35
Outras despesas correntes	1,93 bi	24,53	2,45 bi	25,96	27,31	2,57bi	26,54	4,76
DESPESAS DE CAPITAL	832,74 mi	10,61	1,45 bi	15,39	74,48	1,25bi	12,95	-13,75
Investimentos	521,15 mi	6,64	880,63 mi	9,33	68,98	755,68mi	7,81	-14,19
Inversões financeiras	53,24 mi	0,68	326,07 mi	3,45	512,47	199,05mi	2,06	-38,96
Amortização da dívida	258,34mi	3,29	246,29 mi	2,61	-4,66	298,48mi	3,08	21,19
TOTAL DA DESPESA	7,96 bi	100	9,44 bi	100	20,32	9,68bi	100	2,47

Fonte: Balanço Geral 2016 e 2017

DESPESA DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (Em reais)								
DISCRIMINAÇÃO	2015	%	2016	%	VAR %	2017	%	VAR
Aposentadorias e reformas	1,04 bilhões	20,97	1,07 bilhão	19,81	2,63	1,099 bilhões	19,3	3,1
Pensões	345,08 milhões	6,97	365,68 milhões	6,79	5,97	392,16milhões	6,9	7,2
Vencimentos e vantagens fixas	2,58 bilhões	52,05	2,80 bilhões	51,93	8,39	3,04bilhões	53,3	8,6
Outras despesas de pessoal	991,38 milhões	20,01	1,16 bilhões	21,48	16,61	1,17bilhões	20,5	1,2
TOTAL GERAL	4,95 bilhões	100	5,38 bilhões	100	8,66	5,70bilhões	100	5,8

Fonte: Balanço Geral 2016 e 2017

Juros e encargos da dívida: Foi pago em 2016 um total de R\$ 155,93 milhões, representando um acréscimo de 14,60% em relação a 2015. Essa despesa correspondeu a 1,65% da despesa total e a 1,95% das despesas correntes.Devem crescer nos anos vindouros, juntamente com as amortizações de capital devido ao endividamento conduzido pelo atual governo.

As despesas dessa categoria em 2017 totalizaram R\$ 159.591.243 (centos e cinquenta e nove milhões, quinhentos e noventa e um mil e duzentos e quarenta e três reais), demonstrando um acréscimo de 2,35% em relação ao exercício de 2016.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES(Em reais)								
DISCRIMINAÇÃO	2015	%	2016	%	VAR %	2017	%	VAR
Outros serv. de terceiros	856,93 milhões	44,51	1,01 bilhões	41,25	17,99	1,08bilhões	42,23	7,51
Material de consumo	202,09 milhões	10,50	228,72 milhões	9,33	13,18	234,31milhões	9,13	2,44
Diárias	27,96 milhões	1,45	32,59 milhões	1,33	16,55	29,88milhões	1,16	-8,31
Material de dist. gratuita	20,03 milhões	1,04	28,98 milhões	1,18	44,67	27,54milhões	1,07	-4,98
Locação de mão de obra	134,77 milhões	7,00	175,51 milhões	7,16	30,23	177,64milhões	6,92	1,21
Contribuições	-	-	299,84milhões	12,23	-	278,16milhões	10,83	-7,23
Desp. de ex. anteriores	160,59 milhões	8,34	267,82 milhões	10,93	66,78	275,30milhões	10,71	2,73
Outras	522,94 milhões	27,16	706,30 milhões	28,82	35,06	460,68milhões	17,94	12,66
TOTAL GERAL	1,93 bilhões	100	2,45 bilhões	100	27,31	2,57milhões	100	4,76

Fonte: Balanço Geral 2016 e 2017

Despesas de capital: Essa categoria de despesa, em 2016, apresentou crescimento nominal na ordem de 74,48% em relação a 2015. Sua participação na despesa total foi de 15,39%.

Já em 2017 totalizaram R\$ 1.253.213.769 (um bilhão, duzentos e cinquenta e três milhões, duzentos e treze mil, setecentos e sessenta e nove reais), representando 12,95% da despesa total, com um decréscimo percentual de 13,75% em relação a 2016. Esta queda se explica pela redução dos investimentos do estado, pela queda das inversões financeiras e ainda pelo aumento das amortizações, incrementadas pelo endividamento contínuo do governo estadual.

DESPESAS DE INVESTIMENTOS (Em reais)								
DISCRIMINAÇÃO	2015	%	2016	%	VAR %	2017	%	VAR
Obras e instalações	217,72 milhões	41,78	517,52 milhões	58,77	137,69	441,99 milhões	58,49	-16,59
Equip. e mat. permanentes	82,71 milhões	15,87	86,98 milhões	10,22	8,79	123,34 milhões	16,32	37,07
Outros investimentos	220,72 milhões	42,35	144,14 milhões	16,37	-34,70	98,05 milhões	12,98	-31,97
Desp. de exerc. anterior (DEA)	-	-	128,99 milhões	14,65	100	92,30 milhões	12,21	-28,44
TOTAL GERAL	521,15 milhões	100	880,63 milhões	100	68,98	755,68 milhões	100	-14,19

Fonte: Balanço Geral 2016 e 2017

O quadro acima sintetiza as despesas de investimento realizadas pelo Governo de 2015 a 2017.

A conta de Investimentos do Piauí apresentou um decréscimo de 14,19% em relação a 2016. Não é segredo que o Piauí não tem capacidade própria de investir, especialmente em obras de maior porte, de caráter estruturante, que exigem maiores volumes de recursos.

O estranhamento que causa a leitura dos números apresentados pelo atual Governo é que a conta de Investimentos demonstra ter a mais e fazer a menos. Ou seja, contrata mais recursos de empréstimos para obras e faz menos que o recebido. Certamente tem um bom motivo que suscita inúmeras especulações – já que o fato financeiro não recebe explicação alguma.

O Governo contratou em 2017, R\$490,54 milhões. No entanto, executou obras e fez instalações na base de R\$441,99 milhões. Para onde foi a diferença de R\$ 48,55 milhões?

Por outro lado, é sabido que o Governo, numa única operação de crédito junto à CEF (Finisa I), contratou R\$307,90 milhões e teria prestado contas do recebido, rigorosamente. De onde vieram, então, os recursos extras de R\$182,64 milhões, que é a diferença para o total das operações contratadas em 2017?

Inversões financeiras: esta rubrica representou, em 2016, 3,45% da despesa total. Totalizou R\$ 326,07 milhões, onde R\$ 25,07 milhões foram destinados à participação no capital das empresas estatais. Em 2017, totalizou o montante de R\$ 199.049.207 (cento e noventa e nove milhões, quarenta e nove mil, duzentos e sete reais), dos quais R\$ 87.501.204 (oitenta e sete milhões,

quinhentos e um mil, duzentos e quatro reais) foram destinados à participação no capital das empresas estatais.

Despesas com amortização da dívida: Totalizou, em 2016, R\$ 246,29 milhões. Seu peso correspondeu a 2,61% da despesa total. Em 2017, totalizou R\$ 298.481.609 (duzentos e noventa e oito milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, seiscentos e seis reais), representando um percentual de 3,08% da despesa total.

COMPORTAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA

Como se pode observar, os balanços gerais do atual governo apresentam uma rigidez acentuada. Receitas e Despesas são estendidas ao limite acima do que se pode admitir como prudencial. Está-se sempre à espera de uma medida de última hora para alcançar o equilíbrio possível.

Em 2016, o alcance de certo equilíbrio nas contas públicas foi possível graças aos recursos da repatriação, recebidos em dezembro de 2016(R\$ 470,0 milhões) . As transferências correntes obtiveram crescimento na ordem de 18,58% em comparação com o ano de 2015. Somado ao crescimento das receitas tributárias de 8,48% foi conseguido suportar o peso do crescimento da máquina pública atual, em sacrifício correspondente nos investimentos demandados pela população.

Observemos o que aconteceria caso os recursos da repatriação(R\$ 470,0 milhões) não tivessem entrado no caixa como transferências correntes, via FPE: estas ficariam reduzidas a R\$ 4,7 bilhões; assim, cresceriam somente 7,8% e a receita corrente só chegaria a um crescimento de 7,5%. Resultado: não suportaria as despesas correntes que tiveram crescimento de 13,82%. Em última instância, reduziria a poupança estadual bruta para somente R\$ 32, 36 milhões. A repatriação surge como o gongo salvador da gestão financeira de 2016.

O chamado custeio da máquina administrativa apresentou crescimento de 27,31%, enquanto que as receitas correntes cresceram somente 13,80%. Portanto, são categorias em ritmos bem distantes – despesas evoluem duas vezes mais rápidas. Já sua representação na receita corrente, que foi em 2015 de 25,57%, em 2016 alcançou 28,86%. Os custeios crescem.

Isto significa claramente um descontrole na política de gastos e reflete a dança do surgimento injustificado de novos órgãos públicos na árvore administrativa estadual. Imagine-se que tal circunstância foi determinada ao tempo em que, por um lado, a atual gestão reclamava dos efeitos da crise econômica sobre o nível de atividade produtiva que reduzia a arrecadação e, por outro, multiplicava órgãos de função político-eleitoral, embora informasse ao público que “ as reformas na verdade são adequações funcionais, operacionais, destinadas a qualificar e melhorar o desempenho,

[Digite o título do documento]

sem pesar nos cofres públicos, visto que feitos apenas com a mesma quantidade de cargos em comissão”. E que, estes, “representam muito pouco na folha geral de salários”.

As receitas de capital apresentaram um crescimento de 137,54% em função do fechamento de novos contratos de empréstimos, em negociações feitas desde o Governo de Wilson Martins(2011 /2014), recebidos em 2016(R\$ 880,63 milhões) e do alongamento do perfil da dívida negociado, com as despesas de capital contidas num crescimento de 74,12%.

O quadro abaixo apresenta o real comportamento das contas.

CONTAS PÚBLICAS (Em reais)								
DISCRIMINAÇÃO	2015	%	2016	%	VAR %	2017	%	VAR%
Receitas Correntes	7,46 bi	100	8,49 bi	100	13,80	9,11bi	100	7,3
Receitas Tributárias	3,89 bi	52,14	4,22 bi	49,71	8,48	4,72bi	51,81	11,85
Transferências Correntes	4,36 bi	58,45	5,17 bi	60,90	18,58	5,06bi	55,54	-2,13
Despesas Correntes	7,02 bi	100	7,99 bi	100	13,82	8,42bi	100	5,38
Pessoal e encargos	4,95 bi	70,51	5,38 bi	67,33	8,69	5,70bi	67,70	5,95
Juros e encargos da dívida	136,06 mi	1,94	155,93 mi	1,95	14,60	159,59mi	1,90	2,35
Outras despesas correntes	1,93 bi	27,49	2,45 bi	30,66	27,31	2,57bi	30,52	4,90
POUPANÇA ESTADUAL BRUTA (RC – DC)	444,68 mi	-	502,36 mi	-	12,97	682,2mi	-	35,81
Receitas de capital	500,96 mi	100	1,19 bi	100	137,54	647,05mi	100	-45,63
Operações de crédito	398,73 mi	79,59	854,64 mi	71,82	114,34	490,54mi	75,81	-42,60
Transferência de capital	27,96 mi	5,58	31,93 mi	26,83	14,20	44,80mi	6,92	40,31
Alienação de bens	10,17 mi	2,03	1,35 mi	1,13	- 86,73	-	-	-100
Diversas receitas de capital	64,10 mi	12,80	11,89 mi	9,99	- 81,45	111,71mi	17,26	839,53
Despesas de capital	832,74 mi	100	1,45 bi	100	74,12	1,25bi	100	-13,79
Investimentos	521,15 mi	62,58	880,63 mi	60,73	68,99	755,68mi	60,45	-14,19
Inversões financeiras	53,24 mi	6,39	326,07 mi	22,49	512,45	199,05mi	15,02	-38,95
Amortização de dívidas	258,34 mi	31,02	246,29 mi	17,66	- 4,66	298,48mi	23,88	21,19
POUPANÇA ESTADUAL LÍQUIDA (1)	112,90 mi	-	242,26mi	-	107,24	79,25 mi	-	-67,28
TOTAL DAS RECEITAS	7,96 bi	-	9,68 bi	-	21,61	9,75bi	-	0,72
TOTAL DAS DESPESAS	7,96 bi	-	9,44 bi	-	18,59	9,68bi	-	2,54
Resultados de balanço (D ou S)	112,90 mi	-	238,51 mi	-	111,25	76,09	-	-68,09

Fonte: Balanço Geral 2016 e 2017. (1) Poupança bruta deduzida do resultado de capital

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS (Em reais)								
DISCRIMINAÇÃO	2015	%	2016	%	VAR %	2017	%	VAR%
Receitas Correntes	7,46 bi	100	8,49 bi	100	13,80	9,11bi	100	7,3
Pessoal e encargos	4,95 bi	66,35	5,38 bi	66,37	8,68	5,70bi	62,57	-5,73
Juros e enc. da dívida	136,06 mi	1,82	155,93 mi	1,84	14,60	159,59mi	1,75	2,35
Outras despesas correntes	1,93 bi	25,87	2,45 bi	28,86	27,31	2,57bi	28,21	4,90
Amortização de dívidas	258,34 mi	3,46	246,29 mi	2,90	-4,66	298,48mi	3,28	21,19

Fonte: Balanço Geral 2016 e 2017

Ouro de tolo – o falso equilíbrio fiscal

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	VAR %	2017	VAR%
Poupança estadual bruta	444,68 mi	502,36 mi	29,71	682,26mi	35,81
(-) Amortização de dívidas	258,34 mi	246,29 mi	- 4,66	298,48mi	21,19
(-) Investimentos	521,15mi	880,63mi	68,98	755,68	14,19
(-) Inversões financeiras	53,24mi	326,07mi	512,45	199,05	-38,95
(=) Resultado fiscal líquido	388,05 mi	950,63 mi	144,97	570,95 mi	-39,94
(-) Dívida flutuante	399,42 mi	586,33 mi	42,29	515,12mi	-12,15
(=) Déficit fiscal real	787,47 mi	1,54 bi	99,80	1,09 bi	-29,22

Fonte: Balanço Geral 2016 e 2017

O conceito de equilíbrio fiscal adotado pelo Governador Dias é fortemente comprometido pela razão, restrito a ter recursos para pagar o funcionalismo público estadual. É subordinação absoluta de cunho meramente eleitoral. Uma fraude. Tudo pode ser feito ou esquecido, desde que a folha de salários de ativos, inativos e pensionistas não sofra atraso maior que trinta dias, mesmo que o sacrifício para cumprimento de tal objetivo se estenda à fornecedores de bens e serviços e executores de investimentos em obras públicas contratadas pelo governo estadual.

A realidade é outra bem distante: o resultado primário das contas do Piauí cresceu 12,97% de 2015 para 2016 e 35,81%, de 2016 para 2017. Isto corresponde ao resultado entre as receitas e despesas correntes, tendo sido possível porque houve crescimento tanto da arrecadação de impostos e taxas, com o arrocho fiscal realizado, quanto do aumento das transferências correntes do Governo Federal, ambos fatos negados pelo Governador, que choraminga as duas coisas, mas continua acelerando nos gastos correntes.

Por outro lado, a dívida flutuante “bombou”: cresceu nada menos que 42,29%, em 2016, depois obtendo leve redução em 2017, ou seja, sufocou o crescimento da receita em 12,58 pontos percentuais. Este sim, o principal problema: descontrole de gastos, imprevisibilidade, falta de planejamento e controle.

Assim, fica demonstrado que o Piauí mantém sua recorrente dificuldade política e cultural de caber em suas contas. Teve déficit fiscal real de R\$ 787,47 milhões em 2015, subiu a R\$ 1,54 bilhões em 2016, reduzindo-se levemente a R\$ 1,09 bilhões em 2017. Demonstra-se mais ainda: que o déficit real está em trajetória ascendente, com a saúde financeira comprometida no fim dessa ladeira.

Tudo isso sem considerar o agravante daquilo que se encontra devidamente escondido na rubrica DEA – despesas de exercícios anteriores, aquelas pendentes de empenho para pagamento.

Resultados de balanço

As contas públicas do Piauí alternam-se na apresentação de resultados com pequenos superávits e déficits. Foi assim ao longo dos últimos 15 anos. A intenção é demonstrar certo equilíbrio. As pedaladas fiscais, entretanto, predominam.

Os pequenos superávits ou os déficits sofrem do mesmo mal: escondem manobras contábeis, são maquiados para bem parecer. Mas caem por terra quando vistos sem as manobras de atrasar pagamentos a fornecedores, inscrevendo-os ou não em restos a pagar; mantidos em arquivo de despesas de exercícios anteriores; ou ainda esticando o pagamento de pessoal e encargos sociais. Por vezes, também, camuflados em eventuais contratações de operações de crédito em que os recursos são internalizados, caem no caixa, mas não são totalmente transformados em despesas realizadas.

Como se vê, são manobras que alcançam os principais componentes das receitas, tributárias e de transferências; e das despesas, de pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes, operações de crédito e investimentos.

Nos últimos três anos, 2015, 2016 e 2017, foram apresentados resultados com pequenos superávits, respectivamente 1,41% , 2,46% e 7,80% medidos pela receita total.

É o que se demonstra no quadro a seguir.

RESULTADOS ANUAIS DE BALANÇO (Em Reais)

ANO		SITUAÇÃO CORRENTE	% DA RECEITA CORRENTE		SITUAÇÃO TOTAL	% DA RECEITA TOTAL
2002	Superávit	223,36 mi	-	Superávit	22,39 mi	-
	Receita Corrente	1,83 mi	12,21%	Receita total	2,11 Bi	1,06%
2003	Superávit	191,17mi	-	Superávit	56,16 mi	-
	Receita Corrente	2,05 bi	9,53%	Receita total	2,43 bi	2,31%
2004	Superávit	298,03 mi	-	Superávit	145,93 mi	-
	Receita Corrente	2,47 bi	12,06%	Receita total	3,35bi	4,36%
2005	Superávit	421,89 mi	-	Superávit	171,08 mi	-
	Receita Corrente	2,69 bi	15,68%	Receita total	3,40 bi	5,03%
2006	Superávit	253,28 mi	-	Déficit	<83,53 mi>	-
	Receita Corrente	3,08 bi	8,42%	Receita Total	3,20 bi	< 2,61%>
2007	Superávit	119,17 mi	-	Déficit	< 272,21 mi>	-
	Receita Corrente	3,39,bi	3,52%	Receita Total	3,50 bi	<7,78%>
2008	Superávit	589,33 mi	-	Déficit	<61,12> mi	-
	Receita Corrente	4,21 bi	14%	Receita Total	4,32 bi	<1,41%>
2009	Superávit	544,86 mi	-	Déficit	< 69,93 mi>	-
	Receita Corrente	4,46 bi	12,22%	Receita Total	5,19 bi	< 1,35%>
2010	Superávit	788,74 mi	-	Déficit	<51,33>	-
	Receita Corrente	5,01 bi	15,77%	Receita Total	5,54 bi	<0,93>
2011	Superávit	847,02 mi	-	Déficit	<3,95 mi>	-
	Receita Corrente	5,59 bi	15,15%	Receita Total	5,87 bi	<0,07%>
2012	Superávit	1,07 bi	-	Superávit	581,59 mi	-
	Receita Corrente	6,19 bi	17,29%	Receita Total	7,44 bi	7,82%
2013	Superávit	663,53 mi	-	Déficit	<158,36 mi>	-
	Receita Corrente	6,51 bi	10,19%	Receita Total	7,20 bi	< 2,20%>
2014	Superávit	682,28 mi	-	Déficit	<313,77mi>	-
	Receita Corrente	6,99 bi	9,76%	Receita Total	7,17 bi	<4,38%>
2015	Superávit	444,86 mi	-	Superávit	112,90 mi	-
	Receita Corrente	7,46 bi	5,96%	Receita Total	7,96 bi	1,41%
2016	Superávit	502,36 mi	-	Superávit	238,51 mi	-
	Receita Corrente	8,49 bi	5,91%	Receita total	9,68 bi	2,46%
2017	Superavit	682,26mi	-	Superavit	76,09mi	-
	Receita Corrente	9,11 bi	7,49	Receita total		7,80%

Fonte: Balanços Gerais.

O OLHAR MACROECONÔMICO

Produto e Renda pública estadual

Representado pelo total das receitas auferidas pelo Estado do Piauí a cada ano. Somam-se as receitas correntes e de capital.

Em 2015, o produto ou renda pública estadual correspondeu a R\$ 7,96 bilhões, segundo o Balanço Geral publicado pela Secretaria Estadual da Fazenda. Em 2016, alcançou R\$ 9,68 bilhões, com crescimento nominal da ordem de 21,61% (sem considerar a inflação).

Crescimento nominal de tamanha representatividade em tempos de crise econômica - leia-se tempos de redução de arrecadação - encontra amparo em duas circunstâncias: a primeira, admitida publicamente pelo Governador do Estado de ter tido necessidade de usar recursos externos de investimento para cobrir despesas correntes; a segunda, a salvadora entrada de recursos financeiros da repatriação, que operou a mágica de cobrir o uso dos recursos contratados para investimentos.

Os valores atenderam à seguinte composição:

EXERCÍCIO FISCAL DE 2015 – valores nominais

Descriminação	Valor (em reais)	Participação
Receitas Correntes	7,46 bilhões	93,72%
Tributárias	3,54 bilhões	44,47%
Transferências Correntes	4,21 bilhões	52,89%
Receitas de capital	500,96 milhões	6,29%
Produto e Renda	7,96 bilhões	100%

Fonte: Balanço Geral 2015

EXERCÍCIO FISCAL DE 2016- valores nominais

Descriminação	Valor (em reais)	Participação
Receitas Correntes	8,49 bilhões	87,71%
Tributárias	4,22 bilhões	43,60%
Transferências Correntes	4,27 bilhões	44,11%
Receitas de capital	1,19 bilhões	12,29%
Produto e Renda	9,68 bilhões	100%

Fonte: Balanço Geral 2016

Importante também é verificar o comportamento geral das receitas: enquanto as receitas correntes reduziram-se em 6,01%, as receitas de capital, obtidas para investimentos através de empréstimos bancários, com impacto direto no endividamento, alcançaram crescimento de igual proporção, compensando as quedas das receitas tributárias e das transferências correntes.

[Digite o título do documento]

EXERCÍCIO FISCAL DE 2017- valores nominais

Descriminação	Valor (em reais)	Participação %
Receitas Correntes	9,11 bilhões	93,34
Tributárias	4,72 bilhões	48,36
Transferências Correntes	5,06 bilhões	51,84
Receitas de capital	647,05 milhões	6,63
Produto e Renda	9,76 bilhões	100

Fonte: Balanço Geral 2017

Consumo público estadual

Corresponde à soma das “compras” feitas pelo governo – as despesas correntes mais despesas de capital. Em 2015 chegou a R\$ 7,96 bilhões, e em 2016 foi a R\$ 9,44 bilhões, apresentando crescimento da ordem de 18,59%, muito alto para tempos de crise.

CONSUMO - EXERCÍCIO FISCAL DE 2015- valores nominais

DESCRIÇÃO	VALOR	PARTICIPAÇÃO
Despesas correntes	7,02 bilhões	88,19%
Pessoal e encargos	4,95 bilhões	62,19%
Juros e encargos da dívida	136,06 milhões	1,71%
Outras despesas correntes	1,93 bilhões	24,25%
Despesas de capital	832,74 milhões	10,46%
Investimentos	521,15 milhões	6,55%
Inversões financeiras	53,24 milhões	6,69%
Amortização de dívidas	258,34 milhões	3,25%
Consumo do Governo	7,96 bilhões	100%

Fonte: Balanço Geral 2015

CONSUMO - EXERCÍCIO FISCAL DE 2016- valores nominais

Descrição	Valor (em reais)	Participação
Despesas correntes	7,99 bilhões	84,64%
Pessoal e encargos	5,38 bilhões	56,99%
Juros e encargos da dívida	155,93 milhões	1,65%
Outras despesas correntes	2,45 bilhões	25,95%
Despesas de capital	1,45 bilhões	15,36%
Investimentos	880,63 milhões	9,33%
Inversões financeiras	326,07 milhões	3,45%
Amortização de dívidas	246,29 milhões	2,61%
Consumo do Governo	9,44 bilhões	100%

Fonte: Balanço Geral 2016

CONSUMO - EXERCÍCIO FISCAL DE 2017- valores nominais

Descrição	Valor (em reais)	Participação%
Despesas correntes	8,42 bilhões	86,98
Pessoal e encargos	5,70 bilhões	58,88
Juros e encargos da dívida	159,59 milhões	1,65
Outras despesas correntes	2,57 bilhões	26,55
Despesas de capital	1,25 bilhões	12,91
Investimentos	755,68 milhões	7,81
Inversões financeiras	199,05 milhões	2,06
Amortização de dívidas	298,48 milhões	3,08
Consumo do Governo	9,68 bilhões	100

Fonte: Balanço Geral 2017

O crescimento do consumo foi puxado nos três anos considerados pelas despesas de capital, onde estão situados os investimentos realizados em obras e instalações e no crescimento dos gastos com a descomunal máquina pública estadual, classificados em Outras Despesas Correntes.

Em 2015, 2016 e 2017, para continuar o seu processo endividamento, o Piauí pagou em juros e encargos R\$ 451,57 milhões, e amortizou dívidas no montante de R\$ 789,11 milhões. Somados, está-se falando em R\$ 1,25 bilhões, proporção significativa das receitas de capital do período e da poupança pública estadual.

São proporções extremamente significativas e preocupantes: indicam que do que entra como receita de capital, 53,41% já está comprometida com o processo de endividamento em curso, e que de cada R\$ 100,0 de poupança conseguida, R\$ 76,79 ficam comprometidos com a estratégia adotada de financiamento através de empréstimos bancários internos e externos.

Poupança pública estadual

Definida pela diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes, forma-se por esta operação, a poupança interna do governo, também denominado de resultado primário de balanço. Ela pode ser acrescida de poupança externa, oriunda de operações de crédito (endividamento) junto a instituições bancárias, dada pelo resultado entre as receitas de capital e as despesas de capital.

A poupança estadual líquida considera a parte já comprometida com amortizações de dívidas, representando a capacidade de pagamento ou folga existente para a contratação de novos empréstimos bancários.

POUPANÇA - EXERCÍCIO FISCAL DE 2015 – valores nominais

Descrição	Valor (em reais)	Participação
Receita corrente	7,46 bilhões	100%
Despesa corrente	7,02 bilhões	94,10%
Poupança estadual bruta	444,68 milhões	5,96%
Poupança estadual líquida	186,24 milhões	2,50%
Receita de capital	500,96 milhões	100%
Despesa de capital	832,74 milhões	- 66,23%
Poupança externa	< 331,78> milhões	Negativa

Fonte: Balanço Geral 2015

POUPANÇA - EXERCÍCIO FISCAL DE 2016- valores nominais

Descrição	Valor (em reais)	Participação
Receita corrente	8,49 bilhões	100%
Despesa corrente	7,99 bilhões	94,11%
Poupança estadual bruta	502,36 milhões	5,89%
Poupança estadual líquida	256,07 milhões	3,02%
Receita de capital	1,19 bilhões	100%
Despesa de capital	1,45 bilhões	- 21,85%
Poupança externa	< 260 milhões>	Negativa

Fonte: Balanço Geral 2016

POUPANÇA - EXERCÍCIO FISCAL DE 2017- valores nominais

Descrição	Valor (em reais)	Participação
Receita corrente	9,11 bilhões	100%
Despesa corrente	8,42 bilhões	92,43%
Poupança estadual bruta	682,26 milhões	7,49%
Poupança estadual líquida	76,9 milhões	8,44%
Receita de capital	647,05 milhões	100%
Despesa de capital	1,25 bilhões	-13,79
Poupança externa	<603 milhões>	Negativa

Fonte: Balanço Geral 2016

Toda poupança decorre de disciplina fiscal e forte decisão para que seja formada. Poupar é uma estratégia de gestão financeira, referência de responsabilidade e qualidade dos gastos. Não é o que ocorre no Piauí, onde a despesa corrente, afetada por decisões políticas calcadas em práticas históricas inadequadas, possui força própria superior, sempre inspirada no jogo eleitoral.

Considerando-se os três últimos anos, o Piauí alcançou uma poupança bruta média de R\$ 543,16 milhões, resultado que projeta uma média mensal baixa para um Estado com as carências e a dívida social acumuladas: somente R\$ 45,26 milhões. Insuficiente para os imprevistos naturais e mesmo para atendimento a decisões judiciais contrárias.

O agravante que surge está no fato de que a pequena poupança estadual obtida nos três últimos anos serviu para cobrir gastos excedentes gerados por poupança externa negativa: as receitas de capital foram insuficientes para cobrir as despesas de capital realizadas. Em 2015 o déficit de capital alcançou R\$ 331,78 milhões, em 2016 ficou em R\$ 260,0 milhões e em 2017 chegou a R\$ 602,95 milhões. E está em perigosa linha ascendente.

A hipótese que explica esta “despoupança” externa não se situa apenas no fato de ter-se gasto mais com esse tipo de despesa que o disponível, mas, o que é mais grave, que recursos de operação de crédito (com destinação específica) foram desviados para a cobertura de despesas correntes, em manobra de antecipação.

Investimento público estadual

Categoria da despesa destinada a realização de obras, instalações e aquisição de equipamentos, diretamente vinculada à existência de poupança, que dá garantia ao que será contratado e espelha a real capacidade de pagamento de um tomador de empréstimo.

Investimentos podem ser feitos com recursos oriundos da poupança interna ou com recursos contratados junto a instituições de crédito, após análise da capacidade de endividamento e de pagamento do pretendente.

O Piauí para investir depende de operações de crédito (empréstimos bancários) e para investir melhor requer um melhor planejamento e orientação estratégica. Esta é uma realidade determinada pela baixa capacidade de poupar que apresenta.

Com uma poupança estadual bruta que oscilou de 7,49% em 2017 em relação à receita corrente; 5,92% em 2016; e 5,96 em 2015, e uma poupança estadual líquida menor ainda (0,84 em 2017; 3,02% em 2016 e 2,50% em 2015), o recurso de atrair poupança externa é o que resta para que se conduza um programa de investimento abrangente, consistente e de bom nível de retorno. Para fazê-lo, entretanto, não se pode descuidar de uma gestão focada em produzir níveis crescentes de poupança estadual, seja trabalhando para conter gastos correntes, seja para aumentar a receita corrente – ações que demandam prazo alongado e persistência. Vejam-se os números colhidos nos três últimos anos.

INVESTIMENTO - EXERCÍCIO FISCAL DE 2015 – valores nominais

Descriminação	Valor (em reais)	Participação
Poupança estadual bruta	444,86 milhões	5,96% da receita corrente
Poupança estadual líquida	186,34 milhões	2,50% da receita corrente
Receitas de capital	500,96 milhões	100%
Operações de crédito	398,73 milhões	19,97%
Despesas de capital	832,74 milhões	100%
Investimentos	521,15 milhões	62,58%

Fonte: Balanço Geral 2015

INVESTIMENTO - EXERCÍCIO FISCAL DE 2016- valores nominais

Descrição	Valor (em reais)	Participação
Poupança estadual bruta	502,36 milhões	5,92% da receita corrente
Poupança estadual líquida	256,07 milhões	3,02% da receita corrente
Receitas de capital	1,19 bilhões	100%
Operações de crédito	854,64 milhões	71,82%
Despesas de capital	1,45 bilhões	100%
Investimentos	880,63 milhões	60,73%

Fonte: Balanço Geral 2016

INVESTIMENTO - EXERCÍCIO FISCAL DE 2017- valores nominais

Descrição	Valor (em reais)	Participação
Poupança estadual bruta	682,26 milhões	7,49% da receita corrente
Poupança estadual líquida	76,9 milhões	0,84% da receita corrente
Receitas de capital	647,05 milhões	100%
Operações de crédito	490,54 milhões	75,81%
Despesas de capital	1,25 bilhões	100%
Investimentos	755,68 milhões	60,45%

Fonte: Balanço Geral 2017

O Piauí conseguiu investir nominalmente no período de 2015 a 2017, 2,16 bilhões de reais, numa média mensal de R\$ 59,93 milhões, um patamar considerado modesto para as necessidades de serviços públicos requeridos pela população e de uma economia carente de obras de infraestrutura.

Interessante notar que em 2015, partindo de uma poupança estadual de R\$ 444,86 milhões, acrescida de recebimento de empréstimos de R\$ R\$ 398,73 milhões, o que totaliza uma disponibilidade de R\$ 843,59 milhões, o Estado investiu o correspondente a R\$ 521,15 milhões, ou 61,78% do disponível, deixando de executar um pouco mais de 1/3 dos recursos disponíveis.

Já em 2016, a poupança estadual teve crescimento de 12,9% , as operações de crédito cresceram 114,3% e os investimentos subiram 69,98% .A disponibilidade de recursos para investimento desse ano foi de R\$ 1,36 bilhões, mas o Estado permaneceu investindo abaixo – R\$ 880,63 milhões - ou 64,75% da disponibilidade, deixando de executar um pouco mais de 1/3 do que seria possível.

Em 2017, a poupança estadual foi de 682,26 milhões de reais. A esta foi acrescida operações de crédito no valor de 490,54 milhões de reais, fazendo com que a disponibilidade para investimento chegasse a 1,17 bilhões de reais, embora o Estado só tenha conseguido investir 755,68 milhões de reais, ou seja, da disponibilidade total do ano só fez investimentos proporcionais a 64,59%, deixando de executar 35,41%.

Mantidas as mesmas condições de 2015, 2016 e 2017 preocupa a contínua incapacidade do Piauí de executar mais de 2/3 do disponível para investimento. Ou, então, reforçará a indicação de que permaneceria a fuga de recursos, servindo de cobertura aos gastos correntes, com o atraso na realização de investimentos. Uma manobra contábil costumeira.

De forma geral, a situação fiscal piauiense é emblemática e difícil. O Estado tem, ainda, uma boa capacidade de endividamento, de acordo com as regras vigentes. É preocupante a intenção tornada pública e muito propagada, do gestor atual em implantar política de endividamento máximo, desvinculada de reais condições de pagamento, dadas pela poupança estadual líquida (0,84% da receita corrente em 2017; 3,02% da receita corrente em 2016, 2,50% da receita corrente em 2015).

Isto porque proporcionalmente à sua receita corrente líquida (receita deduzida de juros e encargos e amortizações de dívidas), há folga para novas contratações. Entretanto, são baixíssimas as condições de pagamento do Estado, fato determinado pela baixa capacidade de poupança interna, tamanho é o comprometimento de suas receitas com despesas obrigatórias. Tal consequência impõe severos limites de controle sobre novas contratações considerados os elevados riscos: exigências de aval federal, garantias reais e pesadas condições financeiras para compensá-los.

A rigor, a gestão financeira do Estado do Piauí deveria reservar a pequena poupança estadual para a oferta de contrapartidas exigidas nas contratações e para obras e instalações de pequena monta, mas de bom retorno econômico-financeiro e social. Mas não é assim que acontece: a medição do grau de retorno e urgência é esquecido, negligenciado, em favor de concessões políticas de duvidosa oportunidade para o interesse público, sempre vencido pelo interesse eleitoral imediato do gestor.

Por outro lado, ao projetar investimentos, o gestor deveria revelar extremo rigor com suas repercussões econômicas, financeiras e sociais, atrelando-os à critérios objetivos como os de grau de retorno, capacidade real de estruturação e orientação estratégica. Ou seja, é da responsabilidade do gestor o cuidado com os recursos públicos contratados por antecipação e que deverão ser restituídos com acréscimos de juros e encargos, evitando-se o comprometimento da saúde financeira do Piauí.

Entretanto, o que se vê é o esforço de investimento ser pulverizado em decisões bastante duvidosas, sem análise concreta de custos e benefícios e de oportunidade, alicerçado apenas numa vontade política nebulosa, em frágeis argumentos, ainda assim rotulados como estruturantes ou longamente desejados.

ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS

Corresponde à receita de impostos e taxas apurada em balanço.

EXERCÍCIO FISCAL DE 2015 – valores nominais

Descriminação	Valor (em reais)	Participação
Receitas tributárias	3,89 bilhões	48,86
Receitas correntes	7,46 bilhões	93,72 l
Receitas totais	7,96 bilhões	100%

Fonte: Balanço Geral 2015

EXERCÍCIO FISCAL DE 2016- valores nominais

Descriminação	Valor (em reais)	Participação
Receitas tributárias	4,22 bilhões	43,59%
Receitas correntes	8,49 bilhões	87,71%
Receitas totais	9,68 bilhões	100%

Fonte: Balanço Geral 2016

EXERCÍCIO FISCAL DE 2017- valores nominais

Descriminação	Valor (em reais)	Participação
Receitas tributárias	4,72 bilhões	48,41%
Receitas correntes	9,11 bilhões	93,44%
Receitas totais	9,75 bilhões	100%

Fonte: Balanço Geral 2017

A participação das receitas tributárias na formação das receitas correntes e das receitas totais, caiu de um ano para outro, embora mantenha-se na proporção em torno de 50% das receitas totais.

O relatório do Balanço 2015 e 2016 descreve a formação das receitas correntes nos seguintes termos: representaram 90,05% das receitas totais e apresentaram uma variação nominal positiva com relação ao ano de 2015 na ordem de 12,81%.Nelas se inserem as receitas tributárias demonstrando-as da seguinte forma: estas receitas são compostas de impostos e taxas e representaram 39,19% das receitas correntes, com aumento nominal 2015/2016 na ordem de 8,32%.

RECEITAS TRIBUTÁRIAS(R\$)								
DISCRIMINAÇÃO	2015	%	2016	%	VAR%	2017	%	VAR%
Impostos	3,73 bilhões	95,70	4,01 bilhões	95,08	7,62	4,45 bilhões	94,26	10,96
ICMS	3,17 bilhões	81,27	3,34 bilhões	79,11	5,44	3,64 bilhões	77,05	9,01
ADIC ICMS FECOP	30,88 milhões	0,79	69,47 milhões	1,65	124,98	143,87 milhões	3,05	107,08
IPVA	218,97 milhões	5,62	255,50 milhões	6,06	16,69	271,44 milhões	5,75	6,24
IRRF	295,09 milhões	7,58	334,14 milhões	7,92	13,23	383,73 milhões	8,13	14,84
ITCDM	17,04 milhões	0,44	14,54 milhões	0,34	-14,66	13,65 milhões	0,29	-6,11
Taxas	167,30 milhões	4,30	207,45 milhões	4,92	24,00	270,89 milhões	5,74	30,58
TOTAL	3,89 bilhões	100	4,22 bilhões	100	8,48	4,72	100	11,85

Fonte: Balanço Geral 2016 e 2017

O principal imposto arrecadado (o ICMS) teve crescimento de 5,44%. O adicional do ICMS arrecadado para o FECOP – Fundo Estadual de Combate a Pobreza - , de destinação específica, como se vê, apresentou variação positiva de 124,98%.O IPVA cresceu sua arrecadação em 16,69% e o IRRF, 13,23%. Somente o ITCDM decresceu sua arrecadação em - 14,66%. A arrecadação através de taxas pela prestação de serviços e poder de polícia cresceu 24%.

Recursos do FECOP - Fundo Estadual de Combate à Pobreza.

O FECOP foi instituído no primeiro mandato do atual gestor, em dezembro de 2006. Sua destinação é específica e atende a uma regulamentação própria. Isto não vem sendo observado. Onde estão sendo gastos os recursos deste Fundo público? Como estão sendo gastos?Certamente foram consumidos pelas despesas correntes.

A base de cálculo corresponde a 2% (dois por cento) na alíquota do ICMS. Segundo os relatórios do Balanço Geral, a arrecadação realizada foi a seguinte:

RECURSOS ARRECADADOS FECOP	
ANO	VALOR(R\$)
2007	20,27 milhões
2008	48,89 milhões
2009	50,89 milhões
2010	60,49 milhões
2011	65,43 milhões
2012	76,88 milhões
2013	30,27 milhões
2014	31,03 milhões
2015	30,88 milhões
2016	69,47 milhões
2017	143,87 milhões
TOTAL GERAL	628,37 milhões

Fonte: Balanços Gerais de 2007 a 2017

ENDIVIDAMENTO PÚBLICO ESTADUAL

DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL – 2015, 2016 e 2017 – Em R\$			
Discriminação	2015	2016	2017
Dívida interna	2,48 bilhões	2,03 bilhões	2,29 bilhões
Dívida externa (a)	1,48 bilhões	1,97 bilhões	2,04 bilhões
Total	3,97 bilhões	3,90 bilhões	4,33 bilhões
Dívida flutuante(b)	399,42 milhões	568,33 milhões	515,12 milhões
Total geral	4,37 bilhões	4,47 bilhões	4,85 bilhões

Fonte: Balanço geral 2016 (a) É dolarizada (b) Restos a pagar

O endividamento do Piauí atingiu em 2016 R\$ 4,47 bilhões e foi a R\$ 4,85 bilhões em 2017 e deverá aumentar nos próximos anos, tendo em vista a propalada decisão do atual gestor em promover uma política de endividamento máximo, desgarrada das condições de pagamento. Justifica o gestor, em nome da realização de investimentos, a tentativa de manter a economia aquecida. Assim, quer revelar a contribuição piauiense no enfrentamento da crise econômica nacional –na verdade, mais discurso que efetividade. Uma decisão que coloca em risco a saúde financeira do Piauí nos próximos anos.

E não é demais lembrar que, à medida que o endividamento avança, novas operações de crédito naturalmente passam a tornar-se mais custosas, de maior risco, portanto, mais caras e dependentes de avais e garantias. E mais difíceis de serem realizadas.

O endividamento apontado em 2016 já significa 52,65% das receitas correntes(de R\$ 8,49 bilhões); 105,92% da receitas tributárias(impostos e taxas); 104,68% das transferências correntes(a maior delas é o FPE); e quase nove vezes a poupança estadual bruta (de R\$ 502,36 milhões).

A situação do endividamento em 2017 evoluiu da seguinte forma: passou a representar 53,24% das receitas correntes (de R\$ 9,11 bilhões); 97,39% das receitas tributárias(impostos e taxas); 95,85% das transferências correntes(de R\$ 5,06 bilhões); e pouco mais de sete vezes a poupança estadual bruta

O quadro acima demonstra que a dívida interna foi reduzida, de 2015 para 2016, em 18,15%, ou seja, o Piauí pagou pelo que devia a credores nacionais R\$ 450,0 milhões. Ao mesmo tempo, aumentou o seu endividamento externo (dívida dolarizada) para R\$1,97 bilhões, acrescendo o estoque em R\$ 490,0 milhões. Já a dívida flutuante, constituída praticamente pelos restos a pagar (dívida de curto prazo), atingiu a R\$ 568,33 milhões, sendo acrescida em R\$ 168,91 milhões.

Já de 2016 para 2017, a dívida interna cresceu 12,8%, seguida pela dívida externa que cresceu 3,55%, com redução da dívida flutuante em 9,36%.

Trocando em miúdos, o Piauí pagou, em 2017, R\$ 550,37 milhões : R\$ 159,59 milhões de juros e encargos, mais R\$ 298,48 milhões de amortizações, mais 92,30 milhões de despesas de exercício anterior(2016). Mantém um estoque contabilizado de R\$ 4,85 bilhões, sem contar com o que vamos descobrir em 2019 referente à despesa de exercício anterior (2017).

PREVIDÊNCIA ESTADUAL

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS(Em reais)					
Receitas previdenciárias	2015	2016	Variação %	2017	Variação%
Receitas correntes	300,00 milhões	328,57 milhões	9,52	1,123 bilhões	241,78
Receitas de capital	-	-	-	111,55 milhões	-
Receitas previdenciárias/RPPS Intra-orçamentária	602,45 milhões	907,85 milhões	0,69	-	100
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	902,45 milhões	1,24 bilhões	37,40	1,22 bilhões	- 1,61
Despesas previdenciárias	2015	2016	Variação	2017	-
Administração	1,46 milhões	6,66 milhões	356,16	1,509 milhões	- 77,33
Previdência social	1,46 bilhões	1,57 bilhões	7,53	1,53 bilhões	- 2,55
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	1,47 bilhões	1,58 bilhões	7,48	1,53 bilhões	-3,16
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	- 565,36 milhões	-347,63 milhões	61,49	-305,37milhões	12,16
Aportes para o RPPS(1)	2015	2016	Variação	2017	
Para cobertura de déficit financeiro	626,17 milhões	391,76 milhões	- 37,44	366,10	
Outros aportes para RPPS	-	301,00 milhões	100	-	
TOTAL DE APORTES AO RPPS	626,17 milhões	692,76 milhões	10,63	366,10	

Fonte: Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal. (1) Regime Próprio de Previdência Social

CONCLUSÕES

Todo governo deveria ser avaliado à luz do relatório financeiro que apresenta ao final de cada exercício fiscal. Infelizmente não o são. Eles, os números, ensinam muito. São capazes de consolidar o discurso político bem centrado, ou destruir pura e simplesmente a conversa mole.

Detendo-se apenas nos resultados apresentados nos três últimos anos, 2015, 2016 e 2017, dá para anotar que o Piauí em nada mudou e nada indica que irá mudar permanecendo sob a liderança atual. Administra-se apenas para o curto prazo sem nada olhar para o futuro. *Continuamos iguais e nada indica que poderemos ser diferentes num futuro próximo mantidas as ideias e orientações atuais.* Ou seja, se parados estamos, continuaremos; se estamos perdidos no tempo do desenvolvimento, atrasando nossos passos, nada indica que teremos condições de acelerar e chegar mais rápido num horizonte melhor.

Será nesse contexto que se dará a disputa eleitoral de 2018 com a tentativa de renovação de mandato do atual gestor. Certamente ele *não conseguirá nem mesmo repetir os resultados que obteve em 2015, 2016 e 2017, muito menos será capaz de elevá-los para melhor.*

Somente um milagre desfará a lógica de tal raciocínio: não é provável que a mão salvadora do Governo Federal, através de transferências voluntárias via convênios, seja estendida ao Piauí para fazer reforço de caixa para investimentos. Muito menos, que novos empréstimos bancários(externos e internos) sejam conseguidos a tempo de haver execução relevante em 2017 e em dez meses de 2018 – dado o calendário eleitoral com suas proibições legais.

Nada indica que haverá aumento das receitas. Nem tributárias, num padrão elevado, nem de transferências constitucionais. Não há tempo, nem cenário favorável. Em 2016, a receita de convênios foi de R\$ 141,73 milhões. Em 2017 caiu para R\$ 35,95 milhões. A promessa comentada nos meios políticos de que seria possível alavancar, em 2017, mais R\$ 1,0 bilhão para investimentos não se confirmou.

E como se tenta justificar de alguma maneira essa conclusão tão óbvia quanto lógica do Piauí parado no tempo ou andando a passos lentos? Com o fato de que *sofremos do mal da estrutura:* As receitas são rígidas e as despesas também. Aumentar receitas e diminuir e racionalizar despesas, é projeto que caberia aos ingênuos políticos ou a descompromissados. Para quem pensa assim, pouco ou nada há o que fazer que não seja esperar que ventos favoráveis soprem, vindos de Brasília. Esses são os experts, os astutos, aqueles que sabem onde pisam.

O atual gestor está levando o Piauí à uma situação de asfixia financeira: utiliza a pequena capacidade de pagamento ainda restante para financiar investimentos mal planejados e de baixo retorno econômico. Tal circunstância é agravada pela constatação óbvia de que *não há prática orientada de formação de poupança estadual*, uma meta a ser buscada no resultado primário das contas públicas.

O endividamento público foi de R\$ 4,47 bilhões em 2016, alcançou, em 2017, R\$ 4,85 bilhões e há declarada intenção de aumentá-lo ao limite do risco de quem empresta, segundo o pensamento pragmático do atual gestor.

O modelo de gestão financeira baseia-se tão somente no fluxo de caixa atrelado à reunião de recursos suficientes para *pagamento mensal de pessoal e encargos sociais*, com tudo o mais sendo subordinado a esta meta.

O Piauí vem sendo governado para a minoria de seus habitantes: a classe de servidores públicos, que produz serviços de baixa qualidade e aceitação, mal avaliados pela população em geral; e para os fornecedores de bens e serviços sempre tratados com o atraso em suas faturas. Estes consomem a maior parte das verbas públicas em forma de remuneração e encargos sociais obrigatórios e o custeio geral das atividades de uma extensa, ineficiente e ineficaz máquina administrativa.

Isto numa população que beira os 3,2 milhões de habitantes, a quem se nega não só serviços melhores e eficazes, mas investimentos que podem melhorar suas vidas e fazer a economia crescer. *O dinheiro não chega para todos, apenas para uma pequena parcela que recebe benefícios diretos e quase nada de benefícios indiretos.*

Por fim deve-se apontar ao *fracasso da estratégia fiscal da atual gestão*, cuja causa é absolutamente clara: falta de determinação política para buscar resultados financeiros, pois as decisões são orientadas exclusivamente pelo viés político-eleitoral.

Sem descontar a inflação, as receitas tributárias cresceram 8,48% entre 2015 e 2016 e 11,85% em 2017; não houve corte nas despesas correntes, mas crescimento em plena crise que reduz a atividade econômica brasileira, determinada especialmente pelo *crescimento do custeio administrativo em 27,31%(Outras despesas Correntes)*, em 2016.

Os efeitos positivos verificados nas contas de Receitas de Capital são fruto de esforço de negociação com bancos nacionais e estrangeiros realizados no período de 2010 a 2014, restando quase nada a fazer de conseqüente ao atual gestor.

Em suma: os decretos editados de redução no custeio administrativos foram completamente anulados pela expansão da estrutura, com novos órgãos públicos consumindo recursos. Em 2017, a estrutura administrativa do Piauí contou com 69 unidades gestoras, um absurdo incompatível com a capacidade econômica e financeira do Piauí; nem mesmo o tão falado recadastramento geral dos servidores foi suficiente para gerar impactos significativos, porque o número de contracheques cresceu consideravelmente, segundo se informa; e as medidas adotadas para elevação da receita tributária, como a Nota Fiscal Piauiense, aumento nas alíquotas de alguns impostos; negociação de créditos tributários através do chamado REFIN; redução do volume de incentivos fiscais concedidos a empresas, tem efeitos ainda esperados.

Pontualmente deve-se anotar:

- a) Alto comprometimento das receitas com o custeio das atividades destrói a capacidade de investimento, que só acontece em quantidade significativa com o apoio federal ou a partir de operações de crédito.
- b) Receitas e despesas têm ritmo de crescimento bem diferenciado. As receitas crescem mais lentamente, um crescimento quase vegetativo, ou alavancadas por operações de crédito; já as despesas crescem mais rapidamente em função do descontrole quanto ao custeio da máquina administrativa inchada por funções superpostas e órgãos sem função essencial bem definida e por decisões políticas distanciadas da realidade econômica e financeira.
- c) Grande rigidez estrutural das receitas e despesas, o que significa dizer: margem estreita para decidir sobre despesas e receitas.
- d) Grande dependência dos repasses federais obrigatórios e não-obrigatórios para investimentos.
- e) A rigor o Piauí não consegue ter desempenho fiscal em que possa exercer plena autonomia sobre investimentos. Por isso, o Governo Federal dita regras que deseja ver cumpridas para que o Estado tenha alguma capacidade de investir, escolhendo linhas de atuação prioritárias e concedendo avais para operação de crédito.
- f) Forte concentração das despesas em pessoal e encargos que não deixam margem para investimentos com recursos próprios.
- g) Despesas carecem de melhor acompanhamento e maior controle e qualidade.
- h) Peso insuportável de uma máquina pública inchada.
- i) Investimentos carecem de melhor acompanhamento e controle de qualidade.
- j) Há capacidade larga de endividamento, mas em contrapartida há restrições severas na capacidade de pagamento determinado pela rigidez estrutural do balanço de pagamentos.
- k) Qualquer alteração estrutural deverá ser fruto de uma constante disciplina fiscal no controle dos gastos – medida de bom alcance de resultados no curto prazo e de longo prazo de aplicação – e de atitude determinada de transformação das bases da economia piauiense, pouco diversificada, focada muito mais em circulação de mercadorias(consumo) do que em produção de mercadorias e serviços de alto valor agregado.

UNIDOS PELO IDEAL DA TRANSFORMAÇÃO – Diretrizes, conceitos e idéias –forças

Diretrizes e conceitos

- a. *A honestidade e a seriedade.* É hoje e sempre será base de tudo que se faz na vida pública, com uso dos recursos que são de todos e de ninguém em particular. Antes de tudo, ser honesto com o dinheiro envolvido e com as escolhas feitas, com as prioridades eleitas. Portanto, é imprescindível na atividade política.
- b. *Contas equilibradas.* Significa dizer que a responsabilidade fiscal deve ser rigorosamente observada e cumprida à risca. O Governo deve caber no Estado e não o contrário. Caberá ao Governo orientar os gastos do Estado na medida das necessidades e das disponibilidades de caixa do Tesouro Estadual. Para tanto o Piauí deve passar a adotar uma política financeira que revele visão estratégica tanto quanto na qualificação da poupança estadual quanto na qualificação dos investimentos. O dinheiro público deve ser gasto com orientação segura e responsabilidade, que preserve a governabilidade no presente e garanta um futuro de prosperidade; onde eventuais contratação de empréstimos sejam garantidas pelas reais condições de pagamento.

c. *Planejamento* das ações. Sem planejar o que será feito com todo o cuidado necessário não será possível alcançar os melhores resultados que justifiquem o uso dos recursos destinados ao que será feito. Nossas necessidades são ilimitadas – sempre queremos e precisamos de mais – enquanto que os recursos que temos são menores do que temos. Planejar é preciso para se ir mais longe e da melhor maneira. Sem nada desperdiçar. Sem perder tempo. Sem ter que refazer o já feito. Sem improvisar.

O esforço de planejar será expresso na cuidadosa elaboração de planos, programas ou projetos, ajustados em perspectivas de curto, médio e longo prazo. Todo planejamento partirá de estudos, levantamentos e diagnósticos bem formulados; com clara definição de objetivos e metas alcançáveis; com estratégias, táticas e ações exequíveis; com execução bem acompanhada e supervisionada; e avaliação criteriosa. Isso porque o passado nos ensina, o presente se ilumina e o futuro será aquilo que soubermos fazer.

Planejar sempre é garantia de resultados e desperdícios reduzidos. É o meio ideal para ampliar benefícios. E por isso mesmo, deve ser a base necessária para obtenção dos maiores e melhores resultados em todos os campos abrangidos pela ação estatal – mesmo nas menores ou maiores.

O planejamento, que nada mais é do que tudo fazer antes de fazer, representará a mais importante orientação estratégica do novo governo.

Aquela capaz de, ao escolher foco, traçar objetivos e metas, definir a estratégia correta para atingi-los, as táticas mais confiáveis e os meios mais adequados, apresentar a melhor relação custo-benefício possível ao Estado.

A ausência de planejamento ou o planejamento mal-feito, total ou parcial, abriria caminho para desperdícios de recursos de toda ordem e propiciaria fuga pelos ralos da corrupção.

- d. A *descentralização* das ações, para fazer com que os serviços estatais, os empregos e as oportunidades estejam tão próximos quanto possíveis do cidadão residente na capital, no litoral ou no sertão, e para que seus benefícios sejam ampliados.
- e. A *participação* e o compartilhamento das decisões. Entendo que ninguém deve decidir nada sozinho. O isolamento não é bom conselho. A participação deve ser institucionalmente estimulada porque fortalece as decisões e escolhas e torna legítimos os objetivos. Devemos multiplicar e fortalecer os Conselhos representativos no funcionamento do Governo, na configuração dos serviços estatais, especialmente. Estimular as práticas de audiências públicas para debater e orientar questões relevantes, ouvir opiniões divergentes e ajudar na formação de consensos. Naturalmente sem desconhecer a importância das tradicionais instituições representativas: Assembléia Legislativa e Câmaras Municipais.
- f. A *parceria*. Desde que seja real e sincera; equilibrada e benéfica aos parceiros, tudo aquilo que é feito em parceria é melhor porque sustenta-se na igualdade entre direitos e deveres. A parceria em que as partes são entes públicos; a parceria que articula interesse público e o interesse privado, representam uma força da sociedade, extremamente importante, porque integra e articula recursos de toda ordem visando compartilhamento de benefícios
- g. A *transparência dos atos e decisões*. Governos não devem ter o que esconder. Quando envolve recursos públicos, e tudo envolve, há que se ter transparência correspondente para preservar a lisura dos atos e decisões, a relevância das intenções e dos gestos e para permitir que se forme opinião sobre aquilo que foi decidido, planejado, executado e avaliado. Sobretudo para que seja possível revelar o alcance dos benefícios proporcionados. Há que se preservar acima de tudo a legalidade, a confiança depositada, o equilíbrio e a justiça, e os meios adotados.
- h. *Visão e atuação regionalizada*. O Piauí é um território que apresenta potencialidades e oportunidades bastante diversificadas. A atuação do governo deve respeitar tal circunstância. É nosso propósito adotar um modelo de regionalização definido a partir de quatro macrorregiões – cerrados, semi-árido, centro norte e o litoral – com doze territórios de desenvolvimento que agrupam os 224 municípios.

O processo de desenvolvimento do Piauí deve ser trabalhado como resultado das ações que favoreçam o crescimento da economia, a redistribuição da renda gerada, para beneficiar os mais pobres, e também deve ser equilibrado do ponto-de-vista regional, sabendo-se que o Estado é formado por regiões de formação natural diferente, com diferentes necessidades e

diferentes potencialidades: o uso dos recursos naturais, a localização geográfica, a proximidade com Teresina, a integração com outros Estados da região nordeste e o acesso aos grandes mercados consumidores são fatores que definem as vocações de cada lugar ou região. E isto é peculiar.

Idéias - forças para o Piauí bem governado

Educação: preparação para a vida e para o trabalho: professores ensinam, alunos aprendem, conteúdos são atualizados, as estruturas são construídas, preservadas, melhoradas.

A grande bandeira da educação efetiva, que só a qualidade permite, eleva a educação integral e a ampliação da jornada escolar dos alunos e professores como o caminho definido para que os fins se estabeleçam: professores ensinam, alunos aprendem. Isto é educação de verdade.

Saúde: prevenção, atendimento, resolução: profissionais preparados atendem à todos com humanidade e respeito.

É a sabedoria popular que diz: melhor prevenir do que remediar. Ao pé da letra, será preciso ficar atento e atuar na prevenção das doenças e quando os males do corpo e da mente chegar aos hospitais, que recebam o tratamento adequado capaz de aliviá-los ou vencê-los. Fortalecer e reorganizar a rede de hospitais regionais e de hospitais conveniados municipais é o meio adequado para que os piauienses recebam tratamento eficiente e eficaz.

Segurança: ação inteligente, ampla e efetiva: mais informação, homens preparados, estrutura operacional compatível, ação integrada.

Policiamento ostensivo de largo alcance aliado à ação investigativa inteligente permeada pela ação integrada para atingir objetivos comuns é o caminho para fortalecer o tripé da segurança pública de bons resultados, seja na prevenção dos crimes ou em sua repressão: homens e armas, estruturas e equipamentos, veículos e informação.

Assistência social: atenção e acolhimento para quem mais precisa: crianças e jovens em situação de risco; idosos incapazes; jovens infratores; combate à fome e à pobreza.

A qualidade da assistência deve ser medida não pela quantidade de atendimentos que realiza e que pode realizar, mas pela quantidade de pessoas que antes precisavam de acolhimento do Estado e que deixaram de precisar.

A maior bandeira é a busca pela regionalização estadual das ações e programas, articulados à ação municipal. Em outras palavras, vencer a excessiva centralização existente em Teresina num Estado de grande extensão territorial.

Economia: produção diversificada e trabalho de qualidade; com infra - estrutura adequada, incentivos para acelerar o crescimento, educação empreendedora, ambiente de negócios receptivo.

A melhor forma de atingir o desenvolvimento é fazer com que a economia cresça e se diversifique. Para isso será preciso investir com orientação e atenção para o retorno econômico e social do que foi investido. Será preciso estabelecer as prioridades e fazer as melhores escolhas.

O desenvolvimento não acontece de forma simultânea por todo o território. Exatamente por isso é essencial adotar-se uma visão regional para melhor dirigir o esforço estadual, articulando-o com as perspectivas nacionais e as urgências locais. Este conceito contraria a ideia atrasada da pulverização dos recursos, supostamente em nome de “ dar um pouco a cada um”. Ao dividir não se pode obter uma multiplicação.

A política econômica do governo estadual estará centrada no Programa Estadual de Infra – Estrutura Econômica; na oferta de apoios e incentivos a quem deseja investir de acordo com os critérios e objetivos fixados em função das potencialidades e oportunidades apresentadas pelo Piauí; no trabalho profissional de atração de capitais de investimento; na disseminação da educação empreendedora; e na melhoria do ambiente de negócios.

- Criar o Programa Piauiense de Infra - estrutura Econômica – **CAMINHOS DA PRODUÇÃO;**
- Criar o Programa Piauiense de Incentivo à Produção e Emprego – **MÃOS A OBRA;**
- Criar o Programa Piauiense de Atração de Investimentos – **MAIS EMPRESAS, MAIS EMPREGO.**

Saneamento ambiental: busca permanente da universalização de atendimento dos serviços de abastecimento de água humano e animal, esgotamento sanitário, coleta e tratamento de resíduos líquidos, destinação final de resíduos sólidos (lixo), escoamento de águas pluviais(drenagem).

- Criar o Programa Piauiense de Saneamento Ambiental – **AMBIENTE-SE**

Habitação: abrigo seguro associado a serviços dignos (água e esgotos, energia e comunicação)

- Criar o Programa Piauiense de Moradia Popular – **HABITAR - PIAUÍ**

Os programas de habitação popular envolvem construção de moradias, melhorias e ampliações das unidades habitacionais existentes, regularização fundiária e a adequada infra-estrutura colocada a serviço – pavimentação, água, energia e transporte. Tudo isso nas cidades e povoados.

Devem ser mobilizados recursos do Governo Federal e dos bancos públicos, do Governo Estadual e das Prefeituras.

O principal papel do Governo Estadual será de atuar como agente articulador da demanda (quem precisa de casa) e da oferta (quem pode produzi-las), cuidando de qualidade e segurança das construções. Devendo ir além: cuidar para que as intervenções tenham segurança jurídica.

A URGÊNCIA DAS MUDANÇAS

Nova Administração – estudar, preparar, executar, avaliar

Disseminação do mérito em todas as atividades | Qualificação de RH | Recuperação do poder de compra da remuneração dos servidores de atividades-meios | Adoção da produtividade operacional dos servidores das áreas – fins | Gestão orientada para resultados: metas | Contratos de gestão para formar compromissos e poder cobrá-los.

Deverá ser conduzida no sentido de três objetivos centrais: obter máxima eficiência no uso dos recursos, alcançar os melhores resultados e fazer o reconhecimento de mérito de quem tem. Não é mais possível expandir o Governo, com uma extensa malha administrativa em desarranjo com as reais condições financeiras do Estado do Piauí. Isto é, o Governo cabendo no Estado que o sustenta, em busca de eficiência e eficácia.

Conter o Governo nos limites da realidade do Estado deveria ser possível apenas no uso do bom senso. A tradição criada, infelizmente, exige uma norma legal. Nesse sentido, assume-se o compromisso de propor projeto de lei para apreciação legislativa destinada a estabelecer limites financeiros ao custeio administrativo e fixar um valor máximo a ser corrigido somente pelos efeitos inflacionários: a Lei do Teto do Custeio Administrativo.

O Estado - instituição para existir dignamente deverá produzir serviços essenciais à população e construir, manter e melhorar a infra-estrutura de suporte adequado ao funcionamento e ao crescimento desejado da economia.

É a economia que gera renda, multiplica a riqueza e permite o pagamento de impostos, taxas e contribuições pelas pessoas e as instituições da sociedade, aquilo que é recolhido pelo Estado.

Ao buscar cumprir tais funções condignamente, que legitimam sua existência, o Estado deve agir respeitando princípios básicos, elementares, em respeito à dignidade humana:

a) o planejamento das ações ordenando recursos humanos, naturais, técnicos, financeiros, tecnológicos – que são escassos e finitos;

b) a impessoalidade;

c) a honestidade e a ética;

d) a seriedade; e

e) a mais ampla comunicação social informativa e educativa, exercida em função da transparência e da participação.

Todos, princípios ancorados na sustentabilidade, na eficiência do uso dos recursos e na eficácia crescente dos resultados das decisões tomadas e ações empreendidas.

Por isso, não tem cabimento discutir a existência de gradação entre um Estado máximo ou mínimo, mas tão somente de um Estado essencial, sustentável socialmente, economicamente e culturalmente. Sua ação deverá estar predominantemente orientada a expressar e preservar interesses coletivos e a regular interesses privados.

O Estado são as pessoas: este é o modelo de Estado que queremos construir:

Equilibrado financeiramente para ser sustentável e justo;

Suficiente para suprir necessidades do governo;

Ágil para apresentar soluções duradouras;

Eficiente no uso dos recursos humanos, financeiros, naturais, técnicos disponíveis;

Produtor de **resultados** que levem **benefícios** sempre à **maioria** da população;

Moderno e inovador na gestão e no uso das tecnologias.

O desenho dessa “ máquina” de produção de decisões e serviços, que preza o interesse coletivo sobre o privado esboça-se a partir da busca necessária e equilibrada entre os meios e os fins.

São meios para atingir objetivos: o planejamento, finanças, administração, desenvolvimento econômico, desenvolvimento ambiental, desenvolvimento urbano, desenvolvimento assistencial, a cultura e comunicação.

Como são finalidades da ação do Governo: a educação, saúde, segurança, assistência social, saneamento básico, habitação popular e geração de emprego e renda.

Esquemáticamente, a proposta assumirá a seguinte configuração:

O novo governo contará com dezessete órgãos de administração direta e dezessete outros de administração indireta.

Nova Economia – crescer para gerar emprego, renda e riqueza

Expansão e diversificação da economia de mercado | Melhoria do ambiente de negócios | Atração de novos investimentos | Reorientação do consumo do governo | Formação da poupança do Governo | Investimento público estadual | Educação empreendedora | Estruturar o Programa de Infraestrutura Econômica.

A experiência tem demonstrado sobejamente que o Piauí deve rever conceitos de responsabilidade fiscal para sustentar-se no tempo e manter possibilidades competitivas. Não seremos eficientes nem eficazes negligenciando o investimento público estabelecido com a necessária autonomia de decisões em privilégio das atividades de custeio da máquina administrativa, de inequívoca vocação para o inchaço, apresentando baixo rendimento em termos de qualidade de serviços e benefícios gerados.

Há tempos chegou ao fim o ciclo do Estado-empregador, onde todas as receitas obtidas pelo governo são destinadas ao pagamento de salários, aos encargos sociais previdenciários, ao custeio do funcionamento dos órgãos públicos.

Levado ao limite esta opção esgotou-se. Não é mais possível admitir que as receitas sejam consumidas pelas estruturas governamentais que, em troca, entregam à população serviços de baixa qualidade na educação, na saúde, segurança pública, na assistência social, na infra-estrutura e no planejamento, só apresentando relevância na função tributária e fiscal.

O limite para o crescimento da máquina pública deverá ser a arrecadação tributária própria. Tal opção significa que o Governo deverá existir à sua própria custa, interrompendo o ciclo danoso de sacrificar os investimentos necessários ao pleno desenvolvimento indefinidamente. É inaceitável que as transferências correntes obtidas também às duras custas em processos morosos de negociação continuem sendo desperdiçadas indefinidamente, consumidas por uma máquina agigantada e autofágica, que cresce sem razão ou sentido, apenas pelos desígnios políticos.

Deverá ser meta de Estado reorientar o fluxo dos recursos públicos, definindo por determinação e obstinação política, que o seu uso seja orientado em proporções realistas, justas e equilibradas, para o custeio do Governo que caiba no Estado, e para os investimentos necessários e estruturantes que dêem sustentação ao pleno desenvolvimento.

O Governo precisa caber dentro das possibilidades do Estado do Piauí. Não tem condições de gastar R\$ 2,45 bilhões, como gastou em 2016, R\$2,57 bilhões, como gastou em 2017, para os órgãos funcionarem mal e não produzirem bons serviços e serviços relevantes, de reconhecida utilidade. O Governo tem que funcionar a contento gerando melhores serviços de forma crescente e contínua.

ESTRATÉGIA FISCAL - A base de todo governo

Só há governo de fato quando há recursos para decidir como melhorar a vida da população e como estimular o crescimento econômico. Sem eles, não há decisão segura e bem orientada. Esta é a questão central que deve ser objetivamente respondida por quem pretende governar.

Os recursos como se sabe, serão sempre escassos; já as necessidades, são ilimitadas. Antes mesmo de fixar prioridades de uso, é necessário equacionar a questão fiscal para chegar - se à melhor política de desenvolvimento.

A estratégia fiscal a ser colocada em prática nos próximos quatro anos pode ser assim enunciada: *É proibido gastar mal – para poder aumentar a receita e realizar investimentos.*

Gastos de qualidade só serão possíveis com planejamento cuidadoso, em que se poderá conter os arroubos e a fúria de gastadores.

O aumento de arrecadação deve ser buscado, mas sem levar ao sacrifício inútil a capacidade contributiva presente na economia piauiense, ou seja, das pessoas, famílias e cidadãos. É possível aumentar a arrecadação sem aumentar o peso da carga tributária. Por isso é nosso compromisso não aumentar impostos, que já são sufocantes, sendo necessário reduzi-los.

A estratégia deverá considerar três pontos simultâneos:

- I) *Racionalizar os gastos* do Governo, primeiro, no sentido da redução dos gastos em outras despesas correntes”, o conhecido custeio da máquina pública, para o patamar observado em 2015;
- II) Pelo menos, *manter o ritmo de crescimento das receitas tributárias*, acreditando na retomada do crescimento da economia brasileira – circunstância da qual não se pode afastar no curto prazo, dado o elevado grau de dependência do Piauí - o que fará com que reflexos positivos sejam sentidos nas transferências correntes voluntárias e constitucionais obrigatórias;
- III) Melhorar sobremaneira a *alocação de recursos* para a realização de *investimentos*, evitando a pulverização hoje tornada regra, o desperdício e uso político, por mal planejamento, focando o maior e melhor retorno econômico e social.

Ações estratégicas:

- 1- O Piauí deverá buscar com obstinação sua transformação econômica: passar a ser produtor de riquezas, quando hoje é um espaço territorial de circulação de mercadorias e serviços, buscando diversificar a produção e dinamizar os setores produtivos refletido na formação do PIB – Produto Interno Bruto;
- 2- Propor ao Legislativo a Lei do Teto do Custeio Administrativo do Piauí.

- 3- O Piauí deverá realizar gastos correntes tendo como referência e limite a arrecadação tributária própria, reservando os recursos do FPE – Fundo de Participação do Estado para investimentos projetados, seja no seu valor total e ou para contrapartidas de outros investimentos realizados em parcerias públicas, com a União Federal, e privadas – para atender a projetos produtivos de grande relevância econômica;
- 4- Romper com a lógica vigente orientadora da *realização de investimentos públicos*, meramente de cunho eleitoral, que drena os poucos recursos do Estado para obrigações municipais clássicas: construção de praças, matadouros públicos de animais, pavimentação em pedra e asfalto. Não que estes não sejam importantes em si mesmo, mas para que seus benefícios sejam resultado de investimentos decididos nos municípios, com recursos municipais e para os municípios, liberando recursos do Estado para aquelas modalidades de maior repercussão econômica que lhes são exigidas e são inalcançáveis pelos municípios por exigirem maior capacidade financeira. De cada investimento a ser realizado deverá ser exigido eficiência e eficácia medida em retorno e benefícios abrangentes para a configuração real de sua viabilidade e sustentabilidade.
- 5- *Rever a pauta tributária* de mercadorias e serviços visando adaptá-la à nova realidade econômica e financeira;
- 6- Acelerar as medidas de modernização da *arrecadação tributária*, visando evitar a sonegação de impostos e a evasão fiscal;
- 7- Profissionalizar as atividades necessárias à *captação de investimentos* privados desde a sua identificação, passando pelos protocolos de intenções e compromissos até o pleno desenvolvimento das plantas de produção;
- 8- Desenvolver um *ambiente de negócios*, antes de tudo, receptivo ao empreendedor privado local, regional, nacional ou internacional; desburocratizado no atendimento de requerimentos legais; prestativo no atendimento de informações relevantes para os projetos; e aberto às negociações e objetivo nas solicitações quanto a serviços de infra – estrutura;
- 9- Implantar o Programa Estadual de Infraestrutura Econômica definindo ações e projetos em energias, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, mobilidade urbana; barragens e adutoras e saneamento ambiental.

Na definição do programa de infraestrutura deverão ser considerados os seguintes componentes:

I - Transportes

Rodovias

Os principais eixos rodoviários do Estado são formados pelas rodovias federais:

- BR-343, que atravessa o Piauí desde Luís Correia a Teresina e Floriano;
- BR-222, de Piripiri a Fortaleza;
- BR-316, que vem de São Luís a Teresina, e prossegue rumo a Picos e ao sul do País;
- BR-135 procedente do Maranhão, entra no território piauiense em Guadalupe e forma o principal eixo da região sul do Estado, até a divisa com a Bahia;
- BR-230, procedente da Paraíba, que atravessa o Estado ligando Picos a Oeiras e Floriano, e daí segue para estado do Pará;
- BR-407 ligando Picos ao estado da Bahia e à região Sudeste do País;
- BR-020, que liga Fortaleza a Picos, e daí a São Raimundo Nonato, com alguns trechos ainda não pavimentados, como Simplício Mendes a Itainópolis. A BR-020 foi planejada no governo Juscelino Kubitschek, para ligar Fortaleza a Brasília, e ainda não foi concluída.

A malha rodoviária estadual completa a rede de rodovias que interligam todo o Estado.

Assim, a ação do governo no setor de rodovias compreenderá os seguintes aspectos:

- Criação de Fundo de Manutenção e Conservação de Estradas, para evitar o desgaste excessivo e o aumento dos custos dele decorrentes;
- Reorganização institucional do setor, uma vez que vários órgãos constroem estradas, além do DER, que é o mais adequado;

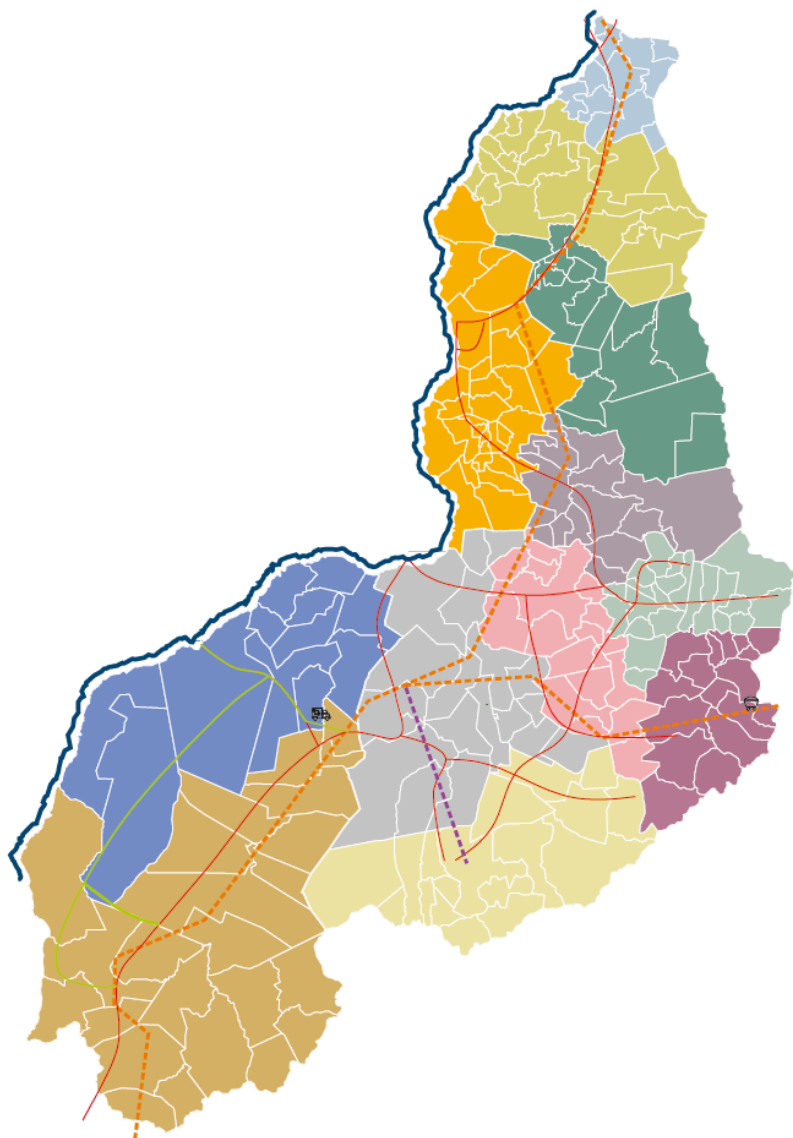
A questão principal do modal rodoviário, diz respeito à região dos cerrados piauienses. A região multiplica a produção de grãos a cada ano; dá saltos em produtividade, apropria-se de modernizações tecnológicas, mas debate-se com a precariedade das vias de escoamento das safras, retirando competitividade. É preciso concluir o planejamento já feito há décadas com a pavimentação asfáltica dos eixos estratégicos:

- Rodovia Transcerrados – Sebastião Leal/ Entroncamento Palmeira do Piauí numa extensão de 117Km;
- BR 135 – Transcerrados – Colônia do Gurguéia – 60 Km, incluindo uma ponte sobre o rio Gurguéia;
- Baixa Grande do Ribeiro/Serra- Unidade Bunge – 16,5 Km ;
- Bom Jesus (Palestina)/Serra do Quilombo/Transcerrados – 40,76Km
- Currais/Delícia/Transcerrados/Serra da Laranjeira – 3,6 Km

Além disso, atenção especial deverá ser dada aos seguintes aspectos:

- Implantação dos contornos rodoviários nas cidades onde existe conflito entre tráfego urbano e de carga.
- Conclusão da interligação das sedes urbanas dos municípios aos principais eixos rodoviários pavimentados.
- Programa de restauração, recuperação e reforço de pontes para se adequarem à capacidade de carga hoje em vigor.
- Implantação de balanças rodoviárias para controlar a capacidade de carga e com isso, evitar danos às rodovias.

Ferrovias



A Ferrovia Transnordestina ligará os portos de Suape, em Pernambuco, e Pecém, no Ceará, à cidade de Eliseu Martins – Pi, início das áreas produtoras dos cerrados e atravessando a região sudeste, rica em recursos minerais. Sua extensão prevista no Estado é de cerca de 400 quilômetros.

Depois de implantada, terá importância fundamental no escoamento da produção do estado, especialmente porque tornará viável a exploração mineral na região, e abrirá novas oportunidades de investimento nas mais diversas atividades econômicas. O Governo do Estado agirá no sentido de:

- Acompanhar a execução da obra, inclusive do processo de desapropriação de terras na faixa de domínio da ferrovia, para garantir a justa indenização aos proprietários, bem como para a realização de estudos de viabilidade para a extensão da ferrovia até Teresina e Luiz Correia.

- Estimular a industrialização no próprio estado dos produtos a serem exportados, aumentando o valor agregado e a geração de empregos.

O Governo Estadual dará início aos estudos de viabilidade, projetos básicos e de negociação, projetos executivos necessários ao planejamento ferroviário piauiense, passando a considerar a necessidade da infra - estrutura de integração Sul/Norte, facilitando o fluxo de cargas e passageiros, tendo por objetivo o alcance do extremo sul-sudeste, do Pólo(turístico) das Origens(São Raimundo Nonato) à Teresina e ao Pólo(turístico) Costa do Delta , no litoral.

Esse traçado preliminar pressupõe o desenvolvimento de quatro trechos de linhas sequenciais a serem estudadas do ponto de vista de viabilidade econômica presente e futura. Alcançam o território de sessenta e oito municípios:

- De **Cristalândia a Eliseu Martins**, passando por treze municípios: Corrente – São Goçalo do Gurguéia – Monte Alegre do Piauí - Redenção do Gurguéia – Bom Jesus – Currais – Santa Luz – Cristino Castro – Palmeira do Piauí – Alvorada do Gurguéia – Manoel Emídio – Colônia do Gurguéia .
- De **Rio Grande do Piauí a São Raimundo Nonato**, passando por quatro municípios: Pavussu, Canto do Buriti, Tamboril do Piauí – Brejo do Piauí.
- De **Rio Grande do Piauí a Teresina**, passando por quatorze municípios: Itaueiras, Flores, São José do Peixe, São Francisco, Oeiras, Cajazeiras do Piauí, Tanque do Piauí, Francinópolis, Elesbão Veloso, São Felix do Piauí, Prata do Piauí, Alto Longá, Coivaras e Altos.
- De **Teresina a Luis Correia**, passando por quinze municípios: Altos - José de Freitas, Campo Maior, N. S. de Nazaré, Boqueirão, Capitão de Campos, Piripiri, Brasileira, Piracuruca, São José do Divino, Caraúbas, Cocal, Bom Princípio, Parnaíba e Ilha Grande.

Hidrovia do Parnaíba

O Rio Parnaíba é uma via natural de integração territorial e econômica do Piauí. Ao longo dos seus 1.254 km de extensão, há anos discute-se o retorno de sua navegabilidade em variados trechos. Ultimamente, o debate tem girado em torno de um trecho inicial de 900 km, considerando as nascentes do rio até Teresina. Modelagem nesse sentido vem sendo feita pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF.

A ideia ganha viabilidade econômica com o transporte dos grãos produzidos nos cerrados piauienses pela hidrovia do Parnaíba, aliado à transformação de Teresina -Pi e Timon - Ma em entreposto de industrialização. De imediato os produtos aqui processados poderiam, por via ferroviária, alcançar o Porto do Itaqui – Ma, em reais condições de competitividade.

Portos

Será concluído e colocado em operação o Porto de Luís Correia. Para tanto, serão feitas intervenções para realizar as obras complementares do retro-porto e recuperação do acesso ferroviário até Teresina, inclusive com a intercalação de trens de passageiros.

Essas medidas, além da importância para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico do Piauí, especialmente da região norte, representa a realização de um sonho antigo dos piauienses.

O Porto dos Tatus, um pequeno porto pesqueiro, deve ser transformado em entreposto turístico para a região do Delta do Parnaíba, mas mantendo suas finalidades originais. Favorecerá a visitação turística para contemplação das belezas naturais daquele lugar, bem como a atividade pesqueira artesanal, e de pequeno porte, e a catação de mariscos, gerando assim impacto econômico local significativo.

Com a intenção de tornar o Porto dos Tatus uma atração turística relevante, deverá ser construído o cais e o píer, para atração de barcos e embarcações, sendo recuperada a sua entrada e o entorno, que contará com estacionamento e praça.

II - Recursos Hídricos

O geólogo Aldo da Cunha Rebouças, em seu estudo *Água doce no mundo e no Brasil* (Escrituras, 2002), informa que o Piauí detém o terceiro maior potencial hídrico do Nordeste, inferior apenas ao dos estados da Bahia e do Maranhão, e apresenta a segunda maior disponibilidade hídrica social da região, com 9.185 m³/hab/ano, superado apenas pelo Maranhão, mas desfruta do segundo menor nível de utilização, com apenas 1,05% de sua disponibilidade hídrica. Esta é uma síntese do Piauí: muitos recursos naturais, que são pouco utilizados em benefício da sociedade.

Os açudes e as barragens construídas no estado têm pouco aproveitamento para o abastecimento de água à população, para a irrigação e para a piscicultura.

O grande desafio do Piauí é sair paulatinamente das ações emergenciais, tais como caminhão pipa e distribuição de alimentos. O governo propõe elaborar e executar um projeto estruturante de recursos hídricos que contemple ações permanentes e seja concebido com base nas demandas da população, incluindo, entre outras ações, as que se seguem:

No plano institucional o governo adotará medidas para:

- Articulação com o Governo do Maranhão, no sentido de que o Governo Federal execute plano de valorização do Rio Parnaíba à semelhança do plano em execução no Rio São Francisco, tendo em vista a recuperação das áreas marginais degradadas, preservação dos mananciais e especialmente, do Parque Nacional das Nascentes.
- Institucionalização dos comitês de bacias hidrográficas, para planejamento e gestão dos recursos hídricos, com a participação do poder público, dos usuários e da comunidade;
- Reforço à segurança física das barragens e implantação de sistema de alerta de enchentes;
- Adequação da estrutura de governo aos objetivos de gestão integrada dos recursos hídricos do estado e capacitação dos recursos humanos ligados à área.

No plano operacional:

- Promover o aproveitamento das barragens construídas, funcionando como centros estratégicos de acumulação de água para distribuição;
- Construir adutoras para abastecimento de água às populações rurais e urbanas;
- Fomentar a implantação de projetos de irrigação privados, em escala comercial, de forma a atender aos pequenos, médios e grandes produtores;
- Implantar programa de universalização do abastecimento de água em comunidades rurais não assistidas por outros programas do Governo, mediante a construção de sistemas de abastecimento d'água com ligação domiciliar, envolvendo as comunidades beneficiadas e as Prefeituras Municipais para a manutenção e conservação, evitando o uso de carro-pipa;
- Acompanhamento sistemático dos resultados, com a maior transparência possível na utilização dos recursos e permanente envolvimento das comunidades afetadas.
- Aproveitamento dos estudos, dos projetos e das obras, inclusive das barragens executadas ou planejadas, para integrar o Plano e com isso se lograr agilidade na sua execução.

III - Mobilidade Urbana

O acelerado processo de urbanização e a nova classe média que hoje representa mais da metade da população brasileira no mercado de consumo (carros, acessos a ônibus, metrô) impõe aos gestores uma ação efetiva e proativa na área de mobilidade urbana e infraestrutura viária.

Nesse contexto, a proposta prevê a continuidade das ações de mobilidade urbana em Teresina com a execução das obras civis para revitalização, modernização e melhorias do Metrô.

Estas ações já apresentadas ao Governo Federal contemplam, entre outras ações, a construção de 02 viadutos em estrutura metálica, 02 pontes, 13 Km de vias permanentes com muro

de fechamento ao longo de toda a via ,08 estações de transbordo além da aquisição de 16 novos vagões (VLT) para substituição dos existentes.

Essas intervenções associadas às obras de mobilidade urbana em execução pela Prefeitura de Teresina (terminais de integração, estações de passageiros, estações de transbordo no centro da cidade, e corredores exclusivos para transporte coletivo) possibilitarão melhoria efetiva no trânsito e no sistema viário de Teresina, com repercussão imediata na qualidade de vida da população.

Outra meta a ser alcançada prevê continuidade e ampliação nas intervenções em mobilidade urbana nas principais cidades do Estado, especialmente aquelas consideradas entroncamentos rodoviários, a exemplo de Altos, Campo Maior, Piripiri, Parnaíba, Pedro II, Barras, Esperantina, União, Água Branca, São Pedro, Amarante, Regeneração, Barro Duro, Valença, Picos, Oeiras, Floriano, São Raimundo Nonato, Bom Jesus, Uruçui.

IV - Transportes Públicos

Em Teresina, a Companhia Metropolitana de Transportes Públicos atua no transporte de passageiros, do bairro Dirceu Arcoverde até o centro da cidade. O governo envidará esforços no sentido de viabilizar a expansão do sistema para outros bairros da capital e cidades, com a análise de viabilidade de implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), na capital, como já utilizado em outras cidades de grande porte.

V - Energia Elétrica

A disponibilidade de energia elétrica é um dos principais fatores para o crescimento econômico e para o desenvolvimento social de qualquer região. Nos últimos anos, a CEPISA, agora denominada ELETROBRAS Distribuição Piauí, tem passado por dificuldades financeiras que comprometeram seus investimentos e, conseqüentemente, a qualidade da oferta de energia no Estado.

Embora a empresa tenha melhorado seus indicadores de desempenho, ainda são insuficientes os investimentos realizados e os programados para os próximos anos. Hoje espera-se a efetivação do processo de transferência da empresa para a iniciativa privada, prevista para o mês de outubro 2018.

Uma vez efetivada a privatização, espera-se o cumprimento das metas de investimento e operacionais pactuadas no processo de transferência do controle acionário, para enfim haver a melhoria da oferta energética no Piauí.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), o número de domicílios urbanos no Piauí com iluminação elétrica atingia 98,9% do total. Parece uma boa marca, mas é o menor índice entre todos os Estados, alguns dos quais registram 100% de atendimento.

Na zona rural, o número de domicílios com iluminação elétrica era de 80,6%, superior a apenas seis Estados, todos da região Norte, onde as condições naturais são mais difíceis para a implantação de linhas de distribuição. Uma das razões desse baixo índice é o lento processo de implantação do Programa Luz Para Todos.

Como ações estratégicas para o setor de Energia Elétrica destacam-se:

- As metas de universalização do Programa Luz para Todos terão todo o apoio do governo estadual em sua execução, inclusive com contrapartidas do tesouro estadual, se necessárias.
- Da mesma forma, o governo acompanhará o Programa de Investimentos que leve energia elétrica a todos os estabelecimentos rurais, em apoio à irrigação e à industrialização rural.
- O Governo do Estado acompanhará os projetos de implantação de usinas hidrelétricas no rio Parnaíba, tendo em vista sua importância para o desenvolvimento do Estado e sua capacidade de multiplicação de investimentos privados em sua área de influência.
- O Governo do Estado dará seu apoio aos empreendimentos públicos e privados voltados para a implantação de projetos de geração de energia de fontes alternativas (eólica e térmica, entre outras), no sentido de aumentar a oferta de energia elétrica em todo o Estado.

VI - Piauí Turístico – Conjunto de belezas e mistérios de grande potencial econômico.

Que outro lugar pode propagar e assumir a condição de berço do homem americano, com uma bela paisagem ainda inexplorada, que inclui uma enorme variedade de sítios arqueológicos, praias lindíssimas e exemplos de natureza exuberante? O Piauí tem sim, um enorme potencial a ser bem trabalhado.

Some-se a isto o fato de ser um mercado consumidor regional por sua localização geográfica estratégica no meio norte do Brasil, aproximando os Estados do Norte e Nordeste e ao restante do país.

Do ponto de vista internacional, temos vantagens competitivas, dada a localização estratégica equatorial permitindo clima tropical durante todo o ano, e por estar mais próximo dos EUA e da Europa. O Piauí dispõe de um território cuja dimensão representa 16,2% do nordeste, sendo o terceiro da região, atrás somente da Bahia e do Maranhão, e o décimo do território nacional.

Conhecer o Piauí é tomar contato com uma herança cultural das mais ricas, sob os mais diferentes aspectos, em especial, em cidades históricas e parques arqueológicos.

Teresina, a capital, é moderna e planejada; bem arborizada, de topografia com pequenas ondulações. É uma cidade de inquestionável vocação para os negócios e a promoção de eventos.

Um pólo de excelência em serviços de saúde e educação em todos os níveis e especialidades, preocupada em crescer economicamente.

O Delta do Parnaíba tem lugar entre os principais atrativos ecoturísticos do Brasil, pelas singularidades naturais e por ser um dos três exemplos mundiais. Um verdadeiro santuário ecológico.

O Parque Nacional da Serra da Capivara abriga o maior número de sítios arqueológicos das Américas, sendo o maior acervo de pinturas rupestres do continente. Nestes sítios encontram-se vestígios extremamente antigos da presença do Homem, entre 50 a 60 mil anos atrás.

O Parque Nacional de Sete Cidades tem nos monumentos geológicos sua maior atração, trazendo semelhanças com cidades, ruas, casas, prédios, monumentos e praças.

Os poços jorrantes do sul do Piauí esguicham água em altura de até 60 metros formando belas piscinas de água corrente.

O turismo no mundo movimenta recursos na casa de trilhões de dólares e é a atividade econômica que mais cresce, expande-se, moderniza-se e reinventa-se. Não é aceitável que o Piauí deixe escapar os benefícios que sua implantação profissional e bem planejada poderá oferecer, como das mais importantes alavancas de seu desenvolvimento integrado, sustentável e estratégico.

Será preciso expandir a dinâmica do turismo a partir da porta de entrada, Teresina, com a multiplicação dos negócios e eventos; considerar o litoral, com o turismo de sol e mar, ecológico, representado por praias, dunas e o Delta do Parnaíba; o turismo científico, a partir dos potenciais das serras da Capivara e Confusões; o turismo religioso realidade em Santa Cruz dos Milagres e Oeiras; além da interiorização da atividade ao longo do rio Parnaíba.

Os espaços turísticos devem ser hierarquizados de acordo com a oferta existente, em termos de infra-estrutura e atrativos

A faceta mais significativa da atividade turística é a representatividade econômica que pode assumir no contexto do esforço de desenvolvimento. Muito longe de ser apenas um tipo de produção relacionada à disseminação e afirmação de valores culturais ou vinculada ao lazer e ao entretenimento, o turismo deve ser tratado com profissionalismo em que se sabe ser essenciais: a competição pelo interesse dos visitantes e pelos fluxos de renda que poderá conduzir e potencializar.

Turismo é investimento com alta taxa de retorno de capital, de alta capilaridade em virtude dos interesses que inter - relacionam-se, cuja dinâmica repousa na melhor forma de trabalho dos atrativos turísticos sob os mais variados aspectos.

Assim pensando, é inescapável admitir que sua principal base de sustentação é o planejamento consequente, com refinada noção de mercado, a ser mantida sempre atualizada em que não sobra lugar para amadorismo e improvisações.

Emprego e renda – de consequência a objetivo central

Os processos orientados e não espontâneos de geração de emprego e renda, ou a falta deliberada deles, traz ao Piauí algumas oportunidades e estabelece muitos obstáculos a serem superados.

Averiguando o tema pela lente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua -, feita pelo IBGE, de acordo com os últimos resultados colhidos no último trimestre de 2016, foi possível obter a seguinte fotografia, que bem retrata o perfil do emprego no Piauí.

EMPREGO E DESEMPREGO PIAUÍ		
SITUAÇÃO EM OUT/DEZ 2016		
Especificações	Quantitativo	Proporção
População total estimada	3,2 milhões	-
População apta ao trabalho(1)	2,56 milhões	100%
População fora da força de trabalho(2)	1,17 milhão	45,70%
Força de trabalho piauiense	1,39 milhões	54,30%
População empregada	1,268 milhões	49,53%
Desempregados mas aptos ao trabalho	123 mil	4,80%
Desempregados e no mercado de trabalho	123 mil	8,80%

Fonte: IBGE / PNAD Contínua. (1) Com idade acima de 14 anos (2) Por exemplo estudantes, donas de casa

O Piauí teve a mais baixa taxa de desemprego, no período considerado dentre dos Estados brasileiros: 8,80%. Não cabe comemorações. Melhor um freio, já que a economia piauiense também é uma das que menos emprego gera, situação que se agrava pela baixa qualidade do emprego ofertado, sem carteira assinada e sem benefícios sociais trabalhistas, e sua remuneração – a média mensal é a mais baixa do país. Há excesso de informalidade na relação de trabalho e milhares sequer ganham o salário mínimo.

É fato que uma economia restrita e pouco dinâmica, sem vocações claramente assumidas, apresenta como resultado pequena capacidade de geração de empregos e renda, e impostos ao Governo. Ainda por cima há que ser considerado a qualidade de tais empregos. Assim é o Piauí.

RELAÇÃO DE TRABALHO MANTIDA		
O piauiense se vira para trabalhar e ter renda		
Especificações	Quantitativo	Proporção
Emprego com carteira assinada	239 mil	18,99%
Emprego sem carteira assinada	215 mil	17,06%
Emprego doméstico	79 mil	6,27%

Empregadores	57 mil	4,52
Emprego público	197 mil	15,63%
Emprego autônomo	390 mil	28,57%
Tem ocupação em casa	90 mil	7,14%
Total de empregos	1,260 milhões	100%

Fonte: IBGE / PNAD Contínua / Out/Dez 2016

Do total de piauienses que mantém algum tipo de relação de trabalho (1,260 milhão) ,seja ela formal ou informal, autônoma ou não, seja no setor público ou privado, ajudando em casa ou trabalhando na casa, o perfil do emprego mudou bastante no Piauí, como vem mudando no Brasil e no mundo.

Fica claro que a iniciativa privada tomou a dianteira oferecendo 1,06 milhão de empregos, deixando ao setor público 197 mil empregos (15,63%), deixando claro que não é este o maior empregador do Piauí ; que a força empreendedora, se já comparece com 4,52% dos empregos, tem grande potencial para crescer diante das oportunidades que podem ser abertas no território piauiense, ante a baixa utilização de seus recursos naturais e das vocações econômicas que poderá assumir nos mais diferentes setores e atividades; e que a busca de renda do trabalho já impulsiona autonomamente 390 mil pessoas que vendem diretamente sua força de trabalho.

Diante do quadro aqui traçado, há que ser feito um redirecionamento nas ações do estado –instituição, não lhe cabendo mais a tentativa ultrapassada de oferecer empregos diretamente à população, mas criar condições adequadas ao ambiente econômico estimulante e receptivo para a multiplicação de investimentos produtivos, que partam dos que aqui já vivem ou dos que pra cá queiram vir. Caberá ao Governo orientar investimentos que elevem a produtividade sistêmica da economia, construindo infra-estrutura econômica bem planejada e duradoura; fazendo educação pública de qualidade em todos os níveis, com ênfase no mercado de trabalho e na educação empreendedora; e incentivando a inovação tecnológica.

ONDE TRABALHAM OS PIAUIENSES

Especificações	Quantitativo	Proporção
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	260 mil	20,63%
Comércio, reparação de veículos automotivos e de motocicletas	250 mil	19,84%
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais	233 mil	18,49%
Construção civil	115 mil	9,13%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias e administrativas	83 mil	6,59%
Indústria em geral	81 mil	6,43%
Serviços domésticos	79 mil	6,27%

Alojamento e alimentação	71 mil	5,63%
Transportes, armazenagem e correios	39 mil	3,1%
Outras	57 mil	4,52%
Total geral	1,260 milhão	100%

Fonte: IBGE / PNAD Contínua.

As atividades ligadas ao campo proporcionam emprego formal ou ocupação a 20,63% daqueles que estão no mercado de trabalho, seguido do comércio (19,84%) e da administração pública, com 18,49%. A indústria só comparece com 6,43%. Como se vê o Estado não é o grande empregador; continua importante empregador, certamente pelo volume de salários que paga com remuneração média mensal superior à média geral das pessoas ocupadas.

RENDIMENTO MÉDIO MENSAL		
Especificações	Quantitativo	Proporção
Renda média dos piauienses	R\$ 1.267,09	63% da média dos brasileiros
Das pessoas ocupadas	R\$ 1.292,00	-
Dos empregados domésticos	R\$ 520,00	40% do ganho das pessoas ocupadas
No setor privado, sem carteira assinada	R\$ 588,00	45,51% do ganho das pessoas ocupadas
Dos empregadores	R\$ 3.178,00	146% mais que o ganho das pessoas ocupadas
Dos empregados no serviço público	R\$ 2.684,00	108% mais que o ganho das pessoas ocupadas
Dos empregados em informação, comunicação, atividades financeiras, imobiliárias e administrativas	R\$ 1.867,00	44,50% mais que o ganho das pessoas ocupadas
Dos empregados no campo	R\$ 330,00	25,54% do ganho das pessoas ocupadas
Pessoas brancas	R\$ 1.921,00	33% a mais que as pretas; 41% mais que as pardas
Pessoas pretas	R\$ 1.287,00	67% do que as brancas
Pessoas pardas	R\$ 1.119,00	58,25 do que as brancas
Dos homens	R\$ 1.356,00	13,38% mais que o ganho das mulheres
Das mulheres	R\$ 1.196,00	11,8% menos que o ganho dos homens

Fonte: IBGE / PNAD Contínua.

A massa salarial mensal obtida pelos piauienses é da ordem de R\$ 1,523 bilhões. Em 2015, a mesma medição da PNAD Contínua, apontava para um valor de R\$ 1,662 bilhões. O desemprego de 123 mil piauienses reduziu a renda salarial mensal em R\$ 139,00 milhões, afetando fortemente o mercado consumidor.

Como foi visto anteriormente, 8,8% da força de trabalho está desempregada: mais homens que mulheres estão desempregados, atingindo em maior proporção os menos qualificados. Tais resultados deixam claro que o maior desafio no campo do emprego é melhorar a qualificação profissional para obter colocação no mercado de trabalho e alcançar melhores remunerações.

DESEMPREGO		
Especificações	Quantitativo	Proporção
Força de trabalho desempregada	123 mil pessoas	8,8% do total de 1,39 milhão
Desempregados homens	73 mil	60%
Desempregados mulheres	49 mil	40%
Desempregados sem concluir o ensino fundamental	39 mil	31,70%
Desempregados com ensino médio completo	39 mil	31,70%
Desempregados com ensino superior	6 mil	4,87%

Fonte: IBGE / PNAD Contínua.

O desemprego sempre é tido como resultado dos desarranjos da economia de mercado. No caso piauiense, há o agravante do pequeno dinamismo de sua base – as atividades produtivas ainda são pouco variadas por haver grande distanciamento no aproveitamento das grandes potencialidades naturais e aquelas existentes nos mais variados setores: agronegócio, mineração, energias renováveis, serviços de alta tecnologia, turismo, irrigação, agroindústrias, etc. Ou seja, as decantadas potencialidades econômicas ainda permanecem não realizadas, não viraram riquezas efetivas.

O Piauí permanece uma economia periférica, bastante afastada dos seus centros dinâmicos. A pujança dos setores do comércio e serviços na formação do PIB; a organização das empresas, e a geração restrita de empregos bem como os rendimentos do trabalho, confirmam a evidência de que o Piauí é um território onde a geração de riqueza se dá muito mais pela circulação de mercadorias e serviços do que pela produção em grandes escalas.

A economia local, de tão restrita, e tão aberta às incertezas das intempéries climáticas, é sempre a última a ser atingida pelas grandes crises capitalistas, como também torna-se a última a dar sinais de recuperação. Por isso mesmo, é bastante previsível que o nível de desemprego venha a subir durante o ano de 2017 no Piauí. Da mesma forma, é previsível que comecem a surgir sinais de recuperação da economia brasileira, mesmo que de forma lenta.

O relatório Empresômetro - mais empresas, mais empregos

O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT – mantém interessante levantamento periódico sobre a configuração das empresas brasileiras, que nos permite guiar pensamentos e ações no sentido de atrair interesse de empresas por determinados setores e atividades econômicas. Vejamos os resultados para o Piauí nos anos de 2015 e 2016.

Empresas instaladas no Piauí				
Discriminação	2015	2016	Variação	Participação
Total	161,922	176,891	9.24%	100.00%
COMÉRCIO	79,682	86,582	8.66%	48.95%
SERVIÇOS	65,274	72,048	10.38%	40.73%
INDÚSTRIA	9,134	10,023	9.73%	5.67%
AGRONEGÓCIO	3,915	4,266	8.97%	2.41%
FINANCEIRO	2,169	2,216	2.17%	1.25%
SERVIÇOS PÚBLICOS	1,748	1,756	0.46%	0.99%

Fonte: IBPT / Empresômetro

São as empresas que geram empregos formais e de melhor padrão de remuneração. Elas refletem a capacidade empreendedora instalada da economia.

Existem no Piauí 176.891 empresas formalizadas. Há forte concentração delas nos setores comércio (48,95%) e serviços(40,73%). Como a indústria não é desenvolvida, comparece apenas com 5,67% das empresas. Já no setor primário (o campo) quando há formalização de empresas isto se dá no agronegócio, mas somente 4.266 estão representadas nessa atividade.

O retrato do IBPT não deixa de ser interessante. Reforça a condição piauiense de integrante do fim da fila do desenvolvimento. Faz lembrar a pouca representatividade econômica, a condição de Estado dependente.

Como se sabe, mais empresas operando representa mais renda, riqueza, empregos, tributos, autonomia de decisões.

Dos 27 Estados da federação, o Piauí é 21o. no ranking das empresas ativas. Representa apenas 0,9 % do total de empresas brasileiras (19.709.933). E Teresina, a capital, é 31a. cidade brasileira, somente.

O tipo de empresa mais comum por aqui são as de comércio e serviços, com 89,68 %, o que indica que a economia não é centrada na produção de bens e mercadorias, as que agregam mais valor. Tipicamente o Piauí é espaço de circulação de mercadorias.

Olhando pra dentro do Piauí, a concentração nesse aspecto se torna, como de hábito, excessiva. Teresina apresenta 41,26 % das empresas do Estado. Se juntarmos mais Parnaíba, Picos,

Floriano e Piripiri a concentração de empresas chega a 55,79 % . Quer dizer, em cinco cidades, quase 56 %; em 219 cidades, 44 %.

Como atividade econômica mais presente no território, o comércio varejista de mercadorias em geral, as empresas existentes revelam também pouco dinamismo. Aquelas que trabalham apenas com produtos alimentícios e roupas e acessórios representam 15,65 % do universo empresarial piauiense.

A rigor, o foco dos investimentos governamentais em infra - estrutura, inovação tecnológica e educação devem ter por finalidade os setores primário e secundário, para obter-se maior repercussão e resposta econômica.

Nova Agenda Social- melhorias nos serviços estatais

As grandes mudanças a serem realizadas no campo social será fazer com que os serviços essenciais hoje executados e mantidos pelo Estado, de educação, saúde, segurança pública, assistência social, e aqueles diretamente compartilhados com os municípios como o de saneamento, mobilidade urbana e habitação popular, primeiro passem a ser planejados rigorosamente, depois sejam de ampla cobertura, efetivos do ponto de vista de resultados e mais acessíveis. E que sejam serviços de comprovada qualidade e renovados ao longo do tempo. Ou seja, é o Estado entregando melhor os serviços que produz diretamente em função dos impostos que recebe.

Tais serviços devem não apenas existir, mas serem feitos com qualidade crescente. Será preciso deixar de ser guiado por uma dinâmica concentradora na geografia do voto, por uma nova, descentralizada, mais próxima dos cidadãos. Serviços públicos que devem ser periodicamente avaliados para serem melhorados, classificados em escala de qualidade para que seja permitido remover entraves à evolução.

Nova Educação - no centro das ações e atenções.

Todos os piauienses têm direito a uma educação de qualidade, em todos os níveis. E o grande desafio do Estado nos próximos anos será ampliar o esforço na direção da qualidade da educação, sustentada em uma concepção de direitos.

Este desafio inclui a universalização da Educação Básica dos 4 aos 17 anos, com a colaboração entre todos os entes federados na direção da ampliação do aprendizado e também na efetiva ampliação da escolarização. Supõe também políticas de acesso, permanência, redução da distorção idade-ano de escolaridade, maior equidade, intersetorialidade, com ênfase na redução das desigualdades, ampliação das oportunidades aos estudantes mais carentes e respeito às diversidades.

A sociedade piauiense quer escolas organizadas que funcionem bem, com mais tempo para as crianças e jovens aprenderem, mais transparência na gestão de recursos públicos, mais eficiência na execução de políticas educacionais e professores bem preparados e remunerados adequadamente.

A educação cumpre papel insubstituível de propulsora do desenvolvimento social e econômico e como instrumento de ampliação de oportunidades de emprego favorecendo a redução de desigualdades sociais. É necessário garantir sua centralidade no conjunto das políticas públicas e dos investimentos, reconhecendo as especificidades locais e regionais.

Direcionamento: preparação para a vida e para o trabalho

Mecanismo: professores ensinam, alunos aprendem, currículos são atualizados, as estruturas físicas são construídas, preservadas, modernizadas e melhoradas.

Benefício: conhecimento transmitido e aprendido

Nossas bandeiras/propostas:

- Fazer um **Pacto Estado - Municípios pela Educação**, por alfabetização na idade certa e para reduzir o número de **analfabetos** em geral.
- **Pacto pela Municipalização do Ensino Fundamental**, com o Estado cedendo professores, instalações e funcionários, para que o Piauí possa dedicar-se exclusivamente ao ensino médio.
- **Pacto ICMS – Educação**, onde os municípios receberão repasse extra de ICMS, principal imposto estadual, em função dos **resultados escolares** dos alunos da rede municipal.
- Requalificar o **ensino técnico-profissionalizante** na rede estadual, com oferta de cursos de interesse relevante do mercado e orientando a inserção dos egressos.
- Estabelecer **programas de parceria público privadas para a Educação** que explorem as vertentes da sustentabilidade, da tecnologia da informação e comunicação e do protagonismo juvenil.
- Como mecanismo de alcance ampliado ao conhecimento, fortalecer o **sistema de ensino à distância**.
- Criar o Programa Piauiense de Educação Integral - **EDUCA BEM**
- Criar o Programa Rede Piauiense de Requalificação e Modernização de Escolas – **FUTURO NO PRESENTE**
- Implantar Centros Regionais de Educação Empreendedora – **PROJETO APRENDER FAZENDO**

Alguns eixos importantes para a garantia da qualidade devem ser privilegiados no contexto da política educacional:

- a) a formação profissional e valorização do pessoal docente e técnico-administrativo;
- b) a gestão educacional;
- c) a avaliação educacional;
- d) a mediação tecnológica.

Questão de suma importância é refletir sobre a necessidade de ampliação do tempo de atividade dos alunos na escola e realizar uma educação em que os conteúdos sejam articulados em nome da sua integralidade. Não basta somente ampliar a jornada na escola, de certa forma é o mais fácil, mas é preciso ofertar uma Educação Integral em nome do ensino-aprendizagem de maior qualidade.

É bastante provável que até 2020, 50% das escolas públicas de Educação Básica no Brasil desenvolvam suas atividades em jornada ampliada. É preciso, contudo, compreender

melhor o que significa esse esforço pela ampliação da jornada nas escolas e pela diversificação das atividades educativas oferecidas a meninos e meninas.

Mais tempo na escola?

Uma das principais metas do Plano Nacional da Educação, instituído em 2001, é a ampliação da jornada escolar para um período mínimo de 7 horas. Embora se trate de uma prática comum em países desenvolvidos, ela pode não significar uma melhoria automática do sistema educacional brasileiro. “Não basta aumentar o tempo. Até porque, se você aumentar o tempo de uma escola em que as condições de aprendizagem são muito precárias, você está aumentando o tempo de uma aprendizagem muito precária, não resolve”, como diz o Programa de Educação do Unicef Brasil.

É nesse cenário que os diversos atores ligados à educação buscam a articulação entre a escola em tempo integral – jornada ampliada – com atividades de Educação Integral. “A ampliação do tempo não significa necessariamente a Educação Integral. Teremos que ter o cuidado de trabalhar uma Educação Integral que persiga a formação e o desenvolvimento humano mais amplo e múltiplo possível, sem esquecer a base do currículo”, afirmam representantes do MEC.

Formação ampla e articulada é o objetivo sugerido.

Fazer Educação Integral deve ser entendido como um ensino que possibilita uma formação mais completa para o aluno enquanto ser humano e não apenas como estudante. Trabalhar com essa perspectiva significa conciliar a formação intelectual com a formação socioemocional, que melhor prepara para a vida.

Os alunos devem ser incentivados a desenvolver diferentes formas de expressão, como a artística, física, intelectual, digital e social. “É importante não ficar preocupado só com os conteúdos. Crianças e jovens precisam ser formados em atitudes e valores que caminhem para a tolerância e a participação na vida pública, uma preocupação com o coletivo.

Mas é necessário que essas atividades sejam integradas com os conteúdos escolares tradicionais. Não adianta a jornada ser ampliada se o aluno pensar separadamente: de manhã aula regular e, à tarde, atividades de educação integral, ou vice-versa.

As formas de se trabalhar Educação Integral podem variar em função do contexto, das necessidades e das características da comunidade e dos próprios estudantes. O planejamento dessas ações tem de partir da cultura local e do repertório dos alunos. A partir daí, é possível expandir as opções de atividade e fazer pontes com outras referências culturais.

Para ampliar o diálogo com o contexto de vida de meninos e meninas, a Educação Integral não deve ficar restrita ao espaço escolar. Muito pelo contrário, espaços fora da escola, como parques, praças e museus, também podem ser aproveitados como ambientes de aprendizagem.

As escolas com jornada ampliada devem multiplicar-se, bem como adotar Centros de Educação Integral.

Há enormes desafios a serem vencidos!

Comprometida com a gestão adequada dos recursos, a principal tarefa em educação da nova administração será ampliar o nível de qualidade educacional para todos e completar o acesso onde necessário. E isso só será possível trabalhando em parceria com os governos federal, municipais, setor privado e sociedade civil.

Outro aspecto fundamental é a carreira, qualificação e formação de professores, o que também está relacionado à questão da equidade. Tornar atraente a carreira de professores e incentivar mudanças nos programas de formação inicial e continuada é nosso compromisso.

Para o equacionamento dos graves e complexos problemas historicamente presentes no Piauí, outros desafios devem ser enfrentados, especialmente a erradicação do analfabetismo, com garantia de permanência de toda criança na escola.

Além disso, cada escola deverá ser um espaço seguro, inclusivo e acolhedor: um corpo docente, técnico e administrativo, bem preparado e comprometido, com adequada infraestrutura física, laboratorial e tecnológica, transporte escolar e alimentação de qualidade.

Caberá ao próximo Governo propiciar condições adequadas para o ensino e o trabalho, bem como para o envolvimento das famílias, das comunidades e da sociedade em geral na vida escolar.

Além disso, não se pode deixar de planejar o futuro das políticas públicas estaduais sem uma forte e profunda articulação entre as áreas de educação, esporte e cultura.

Assim, elencamos os compromissos fundamentais com a educação de qualidade das nossas crianças e jovens:

1. Compromisso com a valorização da carreira de professores e a promoção de mudanças na formação inicial
2. Compromisso com a gestão e melhor infraestrutura das escolas
3. Compromisso com o fortalecimento do regime de colaboração com os municípios
4. Compromisso com o apoio às políticas municipais para a primeira infância
5. Compromisso com a juventude: fortalecimento do ensino médio
6. Compromisso com a juventude: fortalecimento da educação profissional
7. Compromisso com a inclusão e qualidade no ensino superior

A UESPI e o desenvolvimento do Piauí

O desafio do ensino superior no Piauí está ligado aos destinos da UESPI. Em 2017, a universidade estadual contou 127 cursos, entre presenciais e a distância, de graduação, gerando uma matrícula de 21.319 alunos. Além disso, tem 835 professores efetivos, 448 professores substituto, 342 técnicos efetivos, lotados em seus 135 campi e pólos de ensino, espalhados por todos os territórios de desenvolvimento do Estado do Piauí.

Os principais desafios estão relacionados ao aprofundamento da sua autonomia, melhoria do financiamento e principalmente, a qualidade de ensino ofertado e ampliação da produção de conhecimento.

Especificamente sua missão comporta:

- a) direcionar a educação superior para o fortalecimento do desenvolvimento regional em função das vocações e oportunidades apresentadas;
- b) incentivar a criação de mais cursos de mestrado e doutorados no âmbito da instituição;
- c) realizar de modo mais eficiente, o fortalecimento da rede de ensino público superior do Piauí, com melhoria da estrutura física e de equipamentos, concurso para técnicos, ampliar o número de professores efetivos dos atuais campi, em estreita articulação com a Universidade Federal e o Instituto Federal;

O governo estadual continuará investindo na UESPI, seja na expansão das atividades de graduação e pós-graduação, na melhor qualificação do corpo docente, na desejada aproximação entre geração de conhecimento e necessidades do desenvolvimento, como também na busca de um modelo inovador de gestão, estimulando a contratualização de metas e resultados com vistas a garantir não apenas a citada autonomia, mas os resultados que são esperados pela sociedade.

Nova Saúde – pra viver bem e mais

A rede estadual de saúde está assim desenhada:

- a) *onze regionais de saúde e cinco coordenações* – em Parnaíba, Barras, Piripiri, Campo Maior, Teresina, Amarante, Valença, Oeiras, Picos, Floriano, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Bom Jesus, Corrente, Uruçuí, Fronteiras e Paulistana;
- b) *seis hospitais na capital* – Hospital da Polícia Militar, Hospital Infantil, Hospital Getúlio Vargas, Maternidade Dona Evangelina Rosa, Hospital de Doenças Infecto Contagiosas, Hospital Areolino de Abreu;
- c) *nove hospitais estaduais* – em Canto do Buriti, Corrente, Curimatá, Parnaíba, São Miguel do Tapuio, Elesbão Veloso, Esperantina, Luzilândia, Simplício Mendes;
- d) *dez hospitais regionais* – em Floriano, Bom Jesus, Campo Maior, Oeiras, Picos, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Uruçuí, Valença.

Só há um modelo de saúde que vale à pena: aquele que está próximo do cidadão que precisa de atendimento. Que seja fortalecido na prevenção das patologias, meio pelo qual as ações se tornam imbatíveis na melhor definição da relação custo – benefício. Que promova uma saúde resolutiva no atendimento das necessidades em urgência e emergência. Que seja descentralizada em nível regional e bem articulada em nível municipal.

Este modelo que preconizamos alia profissionais em saúde qualificados, atualizados e bem preparados do ponto de vista generalista e especialista, motivados para o exercício de suas atividades. Tais profissionais devem atuar em ambiente qualificado, com instalações minimamente adequadas, aparelhadas com equipamentos em condições de uso e funcionamento.

Direcionamento: prevenção, atendimento, resolução;

Mecanismo: profissionais preparados atendem a todos com humanidade e respeito;

Benefício: boa saúde.

Nossas bandeiras/propostas:

- Descentralização, Integração, Universalização, Equidade do atendimento em saúde conforme **preceitos do SUS**.
- Choque de gestão, regularidade dos repasses financeiros e investimentos reais nos **hospitais estaduais, regionais** e os **municipais** conveniados para que funcionem bem, resolvendo problemas de saúde e não só remetendo-os para Teresina.
- Criar o Programa Rede Piauiense de Hospitais Estaduais, Regionais e Conveniados – **PROGRAMA ATENDE BEM**
- Promover um **Pacto pela Saúde Municipal**, em que o Estado cumpre **metas negociadas** com o município, em termos de pessoal, equipamentos, materiais e repasses financeiros; avalia os progressos e refaz o pacto diante dos resultados obtidos.

O Governo do Estado buscará cumprir os três princípios constitucionais do Sistema Único De Saúde - SUS, de universalidade, integralidade e equidade, incluindo repactuações com os municípios, com as participações da Comissão Inter - gestores Bipartite e do Conselho Estadual de Saúde.

Vamos criar as CENTRAIS REGIONAIS DE REGULAÇÃO DO SUS, tornando o SUS mais eficiente, ágil e resolutivo;

Fortalecer e aumentar a resolutividade dos hospitais públicos, especialmente os estaduais, regionais, de referências;

Implementar a rede de assistência às urgências e emergências médicas, especialmente as relacionadas aos traumatismos, incluindo a construção, instalações, equipamentos e funcionamento regular de quatro HOSPITAIS DE URGÊNCIA DO PIAUÍ, em Parnaíba, Picos, Floriano e Bom Jesus;

Implementar, ampliar os existentes e criar novos serviços de UNIDADES DE TRATAMENTO INTENSIVO - UTI;

Implementar e criar LABORATÓRIOS REGIONAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS;

Implementar e implantar SERVIÇOS REGIONAIS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, com emissão de laudos à distância dos exames radiológicos, mamografias, tomografias computadorizadas e ressonância nuclear magnética. As ultrassonografias serão realizadas por profissionais qualificados e locais;

Vamos promover maior participação estadual nas ações da Atenção Básica desenvolvidas pelos municípios;

Qualificar o Programa Saúde da Família, inclusive pactuando a participação de profissionais além dos médicos, enfermeiras, odontólogos, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde;

Garantir ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ADEQUADA, com fornecimento regular dos medicamentos excepcionais e para o tratamento das doenças crônicas, como diabetes e hipertensão arterial;

Implementar a ASSISTÊNCIA MATERNO-INFANTIL, especialmente a assistência ao pré-natal, parto e puerpério;

Implementar o acesso aos procedimentos de alto custo, como a hemodiálise e transplantes de órgãos;

Repactuar a participação do nível estadual relativas ao financiamento e recursos humanos do SUS junto aos municípios;

Valorização dos trabalhadores da saúde, mantendo relações adequadas com as entidades representativas das respectivas categorias profissionais.

Nova Assistência Social – acolhimento de verdade

A realidade da situação da assistência social no Piauí é de penúria, desaparelhamento, déficit operacional e de serviços extremamente concentrados em Teresina. Além da capital, há alguma coisa em Parnaíba e Picos.

Existem trinta e uma unidades de assistência social que devem ser mantidas funcionando em bom padrão de atividade, prestando serviços sócios assistenciais, a maioria delas por vinte e quatro horas ininterruptas. São casas de acolhimento como são os abrigos, casas de atividades sócio educativas, que internam adolescentes em conflito com a lei, outras que se propõem a realizar atividades de proteção social básica, de segurança alimentar e nutricional, lavanderias comunitárias e ainda as casas de administração e governança. Em seu conjunto formam uma estrutura imensa para Teresina e quase inexistente para o restante do Estado.

Não é animador constatar que 43% da população piauiense é assistida pelo Programa Bolsa Família. É triste saber que a dependência do Piauí de Brasília chega a este ponto.

São 449.586 famílias que sobrevivem com a ajuda federal da assistência social. São famílias que tem direito a uma vida digna, mas que dependem do Estado para receber a migalha brasileira que cai da mesa.

O BF todo mês manda para o Piauí 91,154 milhões de reais, o que representa ao ano 1,09 bilhão de reais.

Pela métrica do último PIB medido no Piauí (2015), de 39,15 bilhões de reais, chega-se à proporção da dependência de 2,78%.

A assistência social no próximo governo estará voltada para atender aos grupos de pessoas em condições de vulnerabilidade, especialmente aos mais pobres, excluídos do mercado de trabalho; idosos e crianças em situação de abandono; portadores de deficiência; e aqueles adolescentes em conflito com a lei.

As ações buscarão ser tão mais abrangentes quanto possíveis, rompendo os limites de Teresina, onde está inteiramente concentrada, alcançando as mais diversas regiões, territórios, até concretizar-se nos municípios.

O planejamento da Assistência deverá ter como fonte inspiradora a Lei Orgânica da Assistência Social, que preconiza a descentralização, a articulação e a coordenação como princípios fundamentais de atuação, distribuindo competências, atividades e fazendo o comprometimento de recursos em nível federal, estadual e municipal.

Em tudo deverá elevar a condição humana de respeito, dignidade e acolhimento para aqueles que mais precisam diretamente do Estado - instituição.

Direcionamento: atenção e acolhimento para quem mais precisa: crianças e jovens em situação de risco; idosos incapazes; jovens infratores; combate à fome e à pobreza.

Mecanismo: cumprimento das diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social e dos preceitos previstos no SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

Benefício: assistência social real efetiva aos grupos sociais carentes.

Nossas bandeiras/ propostas:

- Realizar progressivamente a **descentralização** da assistência social, tendo alternativas regionais, primeiro, e locais para as mais variadas demandas.
- Criar o Programa Piauiense de Assistência Social – **ACOLHE BEM**
- Implantar nas cidades-pólos dos territórios de desenvolvimento **Centros de Atividades Integradas Sociais (CAIS)**, voltados ao esporte, lazer, cultura e capacitação profissional, com ações compartilhadas entre Estado e municípios.
- **Recuperar e requalificar** a rede atual composta pelas diversas casas existentes em Teresina, Picos e Parnaíba, tanto de acolhimento quanto para cumprimento de medidas sócio-educativas.

A Constituição Federal de 1988 instituiu a Assistência Social como política pública. Posteriormente foi editada a Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS/1993. Na sequência foi instituída a Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004 e o Sistema Único da Assistência Social -SUAS/ 2005. Este conjunto de princípios, regras e organização deram materialidade ao conteúdo da Assistência Social como pilar do sistema de proteção social brasileiro no âmbito da Seguridade Social.

Neste sentido, a Assistência Social no Piauí tem ainda uma longa agenda para cumprir e alcançar a sua missão institucional, sendo um dos principais desafios o cofinanciamento das ações sócioassistenciais junto aos municípios; a consolidação de uma política de recursos humanos que atenda aos princípios preconizados pela Norma Operacional Básica-NOB/RH; além da produção e a construção coletiva do conhecimento entre os entes federados e a população de modo geral, nivelando o entendimento do que é necessário para a garantia dos direitos sociais.

Para tanto, é preciso priorizar o Pacto de Aprimoramento da Gestão, firmado em 2007 com o Governo Federal e requalificado em 2011, constituindo assim, a sua execução como um compromisso para consolidar o SUAS no Estado do Piauí. É o que pretendemos fazer.

O Pacto de Aprimoramento está organizado em 07 (sete) prioridades contendo ações que fortalecerão a Assistência Social no âmbito do governo estadual.

PRIORIDADE I: Adequação organizacional e programática do órgão estadual gestor da assistência social, para adequação ao SUAS.

Ação 1-Instituição do órgão gestor responsável pela política de assistência social, considerando as áreas previstas na NOB/SUAS e NOB/RH, com a implantação do Regimento Interno e reordenamento do órgão gestor.

Ação 2-Quadro de pessoal efetivo correspondente nos setores do órgão gestor, nos equipamentos públicos, se houver, e nas unidades descentralizadas regionais, a partir de estudo de necessidades, com a realização do concurso público para ampliação do quadro de servidores e nomeação de servidores atendendo as orientações da NOB/SUAS e NOB/RH.

PRIORIDADE II: Organização do território estadual em regiões/microrregiões de assistência social, com identificação para orientar a implantação dos serviços de caráter regional nos municípios-sede ou pólo e municípios de abrangência

Ação 1 - Realização de diagnóstico das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com a utilização de instrumento padrão, próprio da Rede SUAS.

Ação 2- Delimitação das regiões/microrregiões de assistência social do estado para orientar a implantação de serviços regionalizados de média e alta complexidade no SUAS.

Ação 3 - Elaboração e pactuação de Planos Regionais de Assistência Social.

Ação 4 – Implantação de serviços de caráter regional ou de unidades regionais de proteção social especial de média e alta complexidade, podendo ter como referência a existência de comarcas, as micro regiões e o mapa de risco social.

PRIORIDADE III: Prestação de apoio técnico aos municípios na estruturação e implantação de seus Sistemas Municipais de Assistência Social, na gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, como forma de acesso à renda, o combate à fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos.

Ação 1- Implantação de sistemática de assessoramento e apoio técnico e de monitoramento aos municípios na implementação do SUAS, no que se refere: à estrutura organizacional; aos instrumentos de planejamento e de monitoramento; os planos e relatório de gestão; a gestão dos serviços e benefícios; a gestão do fundo; a instância de controle social; a gestão do trabalho, a rede socioassistencial; a efetivação do vínculo SUAS; ao alcance de metas de pactuação nacional e; na observância das normativas do SUAS .

Ação 2- Gestão do Cadastro Único / CadÚnico, considerando a coordenação, capacitação dos operadores e de gestores, assessoramento técnico e monitoramento aos municípios; utilização

do CadÚnico para a vigilância sócio assistencial e como instrumento prioritário de planejamento do SUAS.

Ação 3 - Fortalecimento da intersetorialidade na gestão do Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada- BPC; monitoramento das condicionalidades; capacitação de gestores de assistência social, saúde e educação; assessoramento técnico e monitoramento aos municípios, quanto à aplicação do Protocolo de Gestão Integrada de Benefícios e Serviços; articulação com os demais programas de transferência de renda do estado ou dos municípios.

PRIORIDADE IV: Coordenação, gerenciamento, execução e co-financiamento de programas de capacitação para gestores, trabalhadores e conselheiros.

Ação 1- Execução do Plano Estadual de Capacitação, contendo as diversas modalidades, os formatos, as temáticas e o público, na perspectiva da educação permanente, sistemática e continuada, e da capacitação em serviço, em conformidade com a NOB/RH, compatíveis com as necessidades locais e regionais.

PRIORIDADE V: Implantação do Sistema Estadual de Informação, Monitoramento e Avaliação.

Ação 1- Implantação do Sistema Estadual de Informação, Monitoramento e Avaliação, com aplicativos básicos e homogêneos a serem utilizados (plano municipal de assistência social, relatório de gestão, repasse fundo a fundo, CadSUAS e CadÚnico), .

Ação 2- Requalificação e execução do Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação do Sistema Único de Assistência Social considerando protocolo de referência elaborado pelos estados e MDS.

PRIORIDADE VI: Garantir o cofinanciamento da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.

Ação 1- Estabelecer dotação orçamentária e financeira para o co-financiamento estadual dos serviços sócio assistenciais nacionalmente tipificados de Proteção Básica e Especial e de Benefícios Eventuais.

Ação 2- Adequação de ferramenta informacional, disponibilizada pelo MDS para operação do repasse fundo a fundo, nos casos que se fizerem necessários.

PRIORIDADE VII: Apoio ao exercício da participação e do controle social.

Ação 1- Apoio técnico e financeiro ao pleno funcionamento do Conselho Estadual, visando o fortalecimento de suas funções normativas e do controle social do SUAS.

É importante destacar que o pleno desenvolvimento deste Pacto assegura, sobretudo, a consolidação do Sistema Único da Assistência Social no Piauí, impactando positivamente a realidade nos 224 municípios, contribuindo de forma efetiva na melhoria das condições de vida das famílias piauiense.

Nova Segurança – presente, atuante, resolutiva

Segundo dados divulgados em 2017 pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, a estrutura operacional da Segurança fica muito aquém da necessidade, sendo que nos últimos anos praticamente nada mudou, ficando claro a paralisação dominante.

O Piauí conta com um efetivo de 7.925 profissionais de segurança: 1.669 policiais civis; 5,936 policiais militares; e 320 bombeiros militares. E estão dispostos desproporcionalmente entre a capital e o interior.

A Segurança está assim estruturada: são 173 unidades de segurança: 103 unidades na polícia civil; 65 unidades na polícia militar; e 07 de bombeiros. Sua distribuição entre capital e interior segue a enorme desproporção.

A Polícia Civil conta com 52 unidades de segurança na capital; 38 no interior; 04 de perícia (03 na capital e 01 no interior); e 09 unidades administrativas na capital.

A Polícia Militar conta com 39 companhias operacionais das quais 18 na capital e 21 no interior; 22 batalhões, sendo 13 na capital e 09 no interior; e 04 unidades de apoio, com 03 na capital e 01 no interior.

Nem precisa fazer conta para concluir pelo enorme déficit operacional da Segurança Pública no Piauí, sua ineficiência e ineficácia.

O texto abaixo atualiza a noção e o sentido entre segurança pública e governança. Está escrito na edição do Atlas da Violência 2018, com base em dados levantados até 2016, das ocorrências de violência.

“ Governança é um termo que nasce da ideia de que o Estado não é o responsável exclusivo pelo sentido da política e das políticas públicas e, se olharmos em perspectiva, há uma pluralidade de interesses em disputa e que precisam ser administrados (o próprio caput do art.144, da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), traduz este conceito ao dizer que segurança é uma responsabilidade de todos).

No caso brasileiro, governança em segurança pública é responsabilidade difusa de vários atores e instituições e, para se ter efetividade, ela precisa ser coordenada e articulada em torno do que está previsto na nossa própria Constituição, mas que muitas vezes gera diferenças de interpretações.

Nossa Carta Magna diz que segurança é condição basilar para o exercício da cidadania (art. 5º) e é direito social universal de todos os brasileiros (art. 6º). Sendo assim, é em torno destes comandos que precisamos analisar o quadro das respostas públicas frente ao medo, à violência, ao crime e à garantia da cidadania.

Por esse conceito, percebemos que as instituições públicas responsáveis por prover justiça criminal e segurança, bem como garantir os direitos, trabalham muito, mas fazem isso quase sem nenhuma coordenação e articulação. Cada uma atua em uma direção e sem convergência de metas e de processos; sem que uma política criminal baseada nos comandos constitucionais citados seja efetivamente implementada.

Na brecha deixada por essas instituições, o crime organizado ocupa os espaços e os territórios abandonados pelo Estado. Com isso, o medo passa a justificar discursos cada vez mais radicalizados e ideologizados, e assim a vida perde importância.

Desse modo, se queremos modernizar a área de segurança pública brasileira e pacificar o Brasil, um sistema integrado e coordenado deve – se o objetivo é que ele seja efetivo na transformação do quadro de medo e violência –, criar mecanismos de governança capazes de articular União, Estados, Distrito Federal e Municípios, mas, necessariamente, precisa criar condições para a coordenação de ações entre Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como entre Ministérios Públicos, Polícias Civil, Militar, Federal, Rodoviária Federal, Guardas Municipais, Forças Armadas, Tribunais de Conta e Sistema Prisional.

(.....)Dada a dificuldade de coordenar tantas frentes no curto prazo (....), temos de valorizar alguns vetores estratégicos de mudança e mobilização (informação/transparência, financiamento, novas doutrinas; foco territorial; e participação social). São eles que permitirão que as questões estruturantes da área possam ser exploradas e boas políticas públicas formuladas.

Neste momento, no Brasil, a taxa de homicídios ultrapassa a marca nunca antes vista de 30 por 100 mil habitantes. Há a premência de pararmos enquanto sociedade para fazer uma profunda reflexão acerca de como podemos superar essa verdadeira crise civilizatória.

Esta é a oportunidade de abandonarmos as tergiversações gratuitas, os embates ideológicos e eleitorais e o descompromisso com o outro e focarmos na grande política e no direito primordial à vida. Não precisamos reinventar a roda. Vários países e várias cidades conseguiram superar problemas parecidos ou até mais graves(....). Já apontamos os elementos presentes nas experiências internacionais e nacionais que levaram à diminuição da criminalidade violenta. Entretanto, não basta apenas sabermos em que direção devemos navegar. Além das cartas náuticas, precisamos também construir bons navios que nos levem ao destino. Daí a centralidade de se pensar a governança.

Os muitos planos nacionais de segurança pública que tivemos falharam pela incapacidade de o governo ter uma arquitetura institucional e de governança que pudesse traduzir as ideias em ações e em boas políticas.

No que tange ao papel do governo federal,(....)a política deveria ser baseada em três pilares: i) indução de políticas efetivas; ii) capacitação dos entes federados; e iii) o financiamento para a mudança do equilíbrio perverso da segurança pública (que garantirá a indução)”.

Dura realidade: a violência incontida. Foi publicada a nova edição do Atlas da Violência 2018 elaborado pelo IPEA. Os dados apurados são de 2006 até 2016. Atenção: não considerou 2017. É passado, não é presente.

A análise dos números não permite visão otimista, por isso parece um escárnio a tentativa que se faz por aqui de tapar o sol com a peneira. " No Nordeste, o Piauí é o mais seguro. O terceiro estado menos violento do país".

A taxa de homicídios do Brasil rompeu, pela primeira vez, a marca de 30 mortes por cada grupo de 100 mil habitantes. Foi de 30,3. A mesma taxa verificada no Piauí é de 21,8 e vem crescendo acentuadamente pois que em 2006 era de 13,8 mortes por grupo de 100 mil habitantes.

O número de homicídios cresceu de 2015 para 2016 em 7,8%. Não é pouco. Não há nada para sorrir. No Piauí os homicídios contaram 701 em 2016.

Considerando-se apenas o segmento de jovens (15 a 29 anos) a taxa de homicídios mais que dobra em 2016: 45,2 por grupo de 100 mil habitantes. Foram 367 mortos no Piauí nesse ano. Pra completar, a violência com nome de estupro alcançou 653 mulheres em 2016. Sabe-se, por óbvio, que este número é sub-notificado. Estes foram os casos registrados na polícia.

A política consequente de segurança pública parte do reconhecimento e fortalecimento de seus fundamentos democráticos: respeito aos direitos humanos; compatibilidade com o estado democrático de direito; valorização do profissional de segurança pública e a proximidade com o cidadão.

A segurança pública é um problema complexo e multidimensional, que aponta saídas de superação, “algumas que exigem reformas estruturais profundas em nossa economia e mudanças drásticas na sociedade. Essas merecem, aqui, simplesmente um registro: é preciso distribuir renda, reduzir as desigualdades, elevar drasticamente as taxas de escolaridade, eliminar o racismo embutido em nossa pirâmide social, valorizar as mulheres, gerar emprego e renda, incorporar a juventude pobre ao mercado de trabalho e consumo, promover condições de integração à cidadania que façam renascer esperanças no deserto do ceticismo, hoje cultivado pelas fontes de recrutamento criminoso.”

A segurança pública deve ser ação integrada das forças policiais resultantes da prevenção das violências, do confronto direto com o crime e do exercício da inteligência na repressão, no combate e na investigação.

Segurança se faz com a melhor integração dos seguintes recursos: homens preparados, estrutura adequada e inteligência avançada.

Como se sabe há um déficit acentuado de homens no aparato de segurança do Estado, tanto nas polícias civil e militar quanto de bombeiros militares. A par disso, há um déficit também no treinamento do contingente. As duas ações devem correr em paralelo: é preciso mais gente e treinar mais e melhor, bem como manter os diversos grupos motivados para o desempenho de suas funções.

Ao mesmo tempo, é preciso dar adequadas condições de trabalho a policiais militares, civis e bombeiros: impõe-se melhorar as estruturas físicas cada vez mais próximas da população, bem como armas, máquinas, veículos e equipamentos atualizados.

Entretanto, segurança não se resolve, do ponto de vista da eficiência e eficácia, apenas com força e quantidade; é preciso qualidade, que só será atingida com o exercício da inteligência no planejamento e na execução das ações.

Portanto, a ação estratégica deverá estar orientada para melhorar as condições de atuação, com fixação de metas, das polícias militar e civil e do corpo de bombeiros militares, para mantê-los cada dia mais próximo dos cidadãos nos bairros das maiores cidades e nas sedes dos municípios.

Direcionamento: ação de cobertura local, efetiva, ampla, inteligente e eficaz no âmbito do **Sistema Único de Segurança Pública / SUSP**.

Mecanismo: mais e melhores informações; homens preparados; estruturas operacionais compatíveis, armas e equipamentos atualizados; ações integradas entre forças policiais.

Benefícios: crescente sensação de segurança.

Nossas bandeiras/propostas:

- Re-implantar o **Programa Ronda Cidadão** - grupamento das forças de segurança do Piauí, de atuação tática regional, para operações especiais.
- Criar o **Programa Estadual de Requalificação e Modernização das Forças de Segurança**, voltado para dar plenas condições de funcionamento e resolutividade às estruturas existentes (quartéis, batalhões, grupamentos, delegacias, distritos, institutos);
- Reconstituir os **efetivos das polícias** Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros, cuidando da melhor capacitação;
- Realizar e cumprir o **planejamento operacional** das estruturas de segurança cuidando para que seja bem executado, acompanhado e avaliado periodicamente;

O que se pretende objetivamente é: a) Reduzir a criminalidade urbana e rural; b) Diminuir a sensação de insegurança; c) Fortalecer as polícias militar e civil; d) Prevenir a violência entre jovens; e) Ampliar os serviços de inteligência e tecnologia em segurança .

Para alcançar tais objetivos as ações serão assim orientadas:

- a) Ampliar os mecanismos de prevenção primária à violência:
 - Iluminar as áreas que tenham histórico de violência;

- Ocupar áreas com histórico de violência com ações agregadoras, lúdicas ou de lazer;
- Promover o reaproveitamento dos espaços públicos, reformando-os para contemplar bairros com áreas para esporte e atividades culturais
- Urbanizar territórios sem uso para reduzir o isolamento;
- Apoiar a formação de associações locais;
- Implementar políticas integradas que focalizem os três domínios fundamentais para a vida social: a casa, a rua – ou a comunidade e o bairro – e a escola;
- Difundir a cultura da paz nas escolas públicas e privadas por meios ao alcance do Estado.

b) Fortalecimento das Polícias Civil, Militar e o Corpo de Bombeiros Militares

- Contratar e formar de policiais civis e militares e bombeiros militares;
- Interiorizar as atividades da pericia criminal no sentido das cinco macro regiões de desenvolvimento, com a contratação de peritos e instalação de unidades do Departamento de Polícia Técnico- Científica
- Criar estímulos à fixação dos policiais nos municípios tais como: curso de formação regionalizado e auxílio localidade;
- Reestruturar as delegacias de polícia, dos batalhões e companhias da Polícia Militar e Bombeiro Militar;
- Dar autonomia administrativa e financeira à Polícia Civil;
- Ampliar os serviços de tecnologia de informação e de comunicação das instituições de segurança pública, com a criação do Centro Inteligente de Operações Policiais, reunindo no mesmo espaço físico Polícia Militar, Civil e Bombeiro Militar;
- Promover a valorização profissional das forças policiais;
- Implementar programas de educação continuada para os órgãos de segurança pública;
- Integrar as academias de polícia.

c) Prevenção e combate às drogas

- Adotar estratégia coordenada de efetiva prevenção e combate às drogas, com uso da inteligência policial, instalando pontos focais de ação nos doze territórios de desenvolvimento.

- d) Gestão racional e integrada
- Aperfeiçoar os instrumentos de gestão integrada com planejamento estratégico e avaliação da atividade policial.
 - Descentralizar o comando de policiamento do interior da Polícia Militar;
 - Interiorizar as unidades do Corpo de Bombeiros Militar;
 - Criar as Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP na capital e no interior;
 - Fortalecer o Gabinete de Gestão Integrada - GGI;
- e) Prevenção e repressão à criminalidade
- Fortalecer o planejamento das intervenções policiais nas grandes cidades do Piauí, de modo a oferecer obstáculos a migração da criminalidade para os pequenos e médios municípios;
 - Criar programa de patrulhamento e ocupação da zona rural da capital e dos municípios;
 - Ampliar o programa guardião eletrônico na capital e no interior;
 - Expandir para os territórios de desenvolvimento a rede de proteção à mulher vítima de violência;
 - Fortalecer as ações de combate à criminalidade organizada;
- f) Ampliação da estratégia de aproximação das polícias e o cidadão
- Difundir a filosofia da polícia comunitária nas instituições policiais;
 - Retomar o Programa Ronda Cidadão
 - Expandir o Pelotão Mirim;
 - Criar ouvidorias nas polícias civil e militar e no corpo de bombeiros;
 - Fomentar a participação das instituições policiais nos conselhos comunitários de segurança pública e em outros canais de comunicação com a comunidade;
 - Criar a Coordenadoria de Polícia Comunitária na Polícia Civil;
 - Fortalecer e interiorizar as Corregedorias de Polícia Civil e Militar;
 - Melhorar o atendimento nas unidades do sistema de segurança pública.
- g) Justiça e Direitos Humanos

Nessa área tão importante quanto sensível, duas principais diretrizes serão adotadas:

- A melhoria das condições físicas das estruturas prisionais seja por reforma, ampliação ou construção, inclusive com a ampliação das atividades de produção, para elevar a renda e a capacitação para o regresso à sociedade; e

- Ampliação das condições de acesso à Justiça pela população mais pobre, por meio da Defensoria Pública.

A política de direitos humanos do governo será exercida em sua significação mais ampla, ou seja, a definição dada pelo Art. 23, inciso I da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU em 1948: “Toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, à moradia, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes de sua vontade”.

Encargos dessa ordem não podem ser cumpridos senão mediante a cooperação de esforços entre todos os níveis de governo, especialmente com a União.

Portanto, procurar a humanização, qualificação e segurança das unidades prisionais significará: contratar e formar agentes penitenciários; desativar celas nas delegacias de polícia; construir novas de unidades prisionais e melhorar as existentes; adotar programas de educação básica e profissionalizante para detentos.

Novo saneamento ambiental – desenvolvimento que protege

O desafio do poder público e da Sociedade é promover o crescimento das atividades econômicas de modo a garantir o desenvolvimento sustentável, ou seja, o atendimento às necessidades da geração presente não pode comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras.

O Piauí é uma zona de transição e em seu território estão presentes os Biomas da Caatinga, do Cerrado e de vegetação litorânea, este formado por mangues, restingas e tabuleiros.

As Unidades de Conservação existentes no Estado, criadas pelo Governo Federal, pelo Governo Estadual e pelos Municípios cobrem uma área de 2,6 milhões de hectares, equivalente a 10,6% do território piauiense. As principais e mais conhecidas Unidades são os Parques Nacionais de Sete Cidades, da Serra da Capivara, da Serra das Confusões e das Nascentes do Parnaíba, e a Estação Ecológica Uruçuí-Una.

No plano institucional, o governo deverá ter prioridade em:

- Ampliar e capacitar os recursos humanos e materiais da Secretaria de Meio Ambiente;

- Manter permanente gestão junto ao Governo Federal no sentido de garantir recursos financeiros para a estruturação e manutenção das Unidades de Conservação existentes, bem como a efetiva implantação do Parque Nacional das Nascentes do Parnaíba;
- Rediscutir com o governo federal a Lei 11.428/2006, que definiu considerável área do Piauí como pertencente ao Bioma da Mata Atlântica;
- Promover articulação com universidades, instituições de pesquisas, empresas e organizações sem fins lucrativos no sentido da promoção de estudos e de práticas de preservação ambiental;
- Priorizar a educação ambiental nos currículos escolares e realizar campanhas de esclarecimento à população;
- Elaborar estudos do Zoneamento Agroecológico do Estado, tendo como prioridade os cerrados, tendo em vista o avanço da agricultura na região;
- Criar Programas de apoio aos municípios.

Uso dos Recursos Hídricos

O Piauí tem um grave problema de insegurança hídrica: chove bem em todo o território, mas o regime de chuvas é concentrado em quatro ou cinco meses; há no subsolo uma riqueza hídrica das maiores do nordeste e do país, mas o aproveitamento da água subterrânea através dos poços é insuficiente e sem gestão adequada; no período chuvoso as precipitações em excesso causam inundação e medo, provocando prejuízos; e quando chega o período seco, sem captação suficiente e acumulação (barragens e açudes) nem distribuição adequada (em adutoras), falta água para consumo humano, animal e para irrigar a terra, colocando a vida em risco e mais prejuízos.

A água é, provavelmente, o único recurso natural que tem a ver com todos os aspectos da civilização humana, desde o desenvolvimento agrícola e industrial aos valores culturais e religiosos arraigados na sociedade. É um recurso natural essencial, seja como componente bioquímico de seres vivos, como meio de vida de várias espécies vegetais e animais, como elemento representativo de valores sociais e culturais e até como fator de produção de vários bens de consumo final e intermediário.

Os recursos hídricos têm importância fundamental no desenvolvimento de diversas atividades econômicas. Em relação à produção agrícola, a água pode representar até 90% da constituição física das plantas. A falta d'água em períodos de crescimento dos vegetais pode inviabilizar a produção agrícola e até afetar seriamente ecossistemas equilibrados. Na indústria, por exemplo, para se obter diversos produtos, as quantidades de água necessárias são muitas vezes superiores ao volume gerado pelas estações de tratamento de água.

No nosso Estado, sabe-se que durante as secas, que se amudaram nos últimos anos, grande número de municípios, ainda nos dias de hoje, enfrentam situações de calamidade pública em face da falta de água potável para as populações, bem como para seus rebanhos animais.

Estudos indicam que a demanda de água para o abastecimento humano crescerá fortemente até 2030, assim como também crescerá a demanda para a agricultura irrigada e para a indústria, incluindo as atividades de mineração relacionada com a exploração da mina de níquel localizada no município de Capitão Gervásio Oliveira, e de ferro localizada na região de Paulistana.

Esta constatação indica a urgente necessidade de aplicação de recursos financeiros na ampliação das reservas hídricas de superfície, com mais construção de grandes barragens e açudes, enfrentar a questão da adução de água e realizar a exploração racional das águas subterrâneas.

A Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba estuda várias alternativas em caráter definitivo para superar a insegurança hídrica. Destacam-se duas delas:

- a) A interligação das bacias dos dois rios através da transposição do São Francisco para o Piauí;
- b) A construção de quatro grandes adutoras partindo do rio Parnaíba para o semi-árido – Adutoras do Parnaíba.

Transposição para o Piauí

A construção do reservatório de Sobradinho, na Bahia, elevou o nível das águas do rio São Francisco para a cota mínima 380,50 sendo a cota de cheia máxima de Sobradinho 393,00 (dados fornecidos pela CHESF), aproximando o nível do lago de Sobradinho da divisa com o Piauí, no sopé da serra Dois Irmãos.

O avanço das águas represadas do Rio São Francisco pelo riacho Zabelê atinge a cota mínima 380,50 **na localidade Queimada Velha**, onde efetivamente se inicia o projeto de Transposição do São Francisco para o Piauí, resumidamente com as seguintes obras:

- 1 - Pretende-se transpor uma vazão por 6 meses para o Piauí, $Q = 48\text{m}^3/\text{s}$, através de canal no leito do **riacho Zabelê até a localidade Canadá**.
- 2 - Recalque para a **Barragem da localidade Canadá** e recuo das águas até a **localidade Pé da Serra Dois Irmãos** onde seria implantada outra **barragem** tendo a cota 435 como geratriz superior da embocadura do túnel travessia da serra Dois Irmãos.
- 3 - Declividade do túnel 0,20m/km e comprimento de 5.000m, com 5 m de diâmetro atingindo a cota 430, **desembocadura no riacho Santa Luzia, afluente do riacho das Lajes, afluente do rio Piauí**. E estaria pronta a Transposição para o Piauí.

Destino da Água e Vantagens do Projeto: como a água transposta do rio São Francisco $Q = 48\text{m}^3/\text{s}$ chega na cota 430 e a declividade inicial no Piauí é muito forte, $i = 6\text{ m/km}$, pode-se

instalar imediatamente turbinas reversíveis para recuperar a energia gasta nos dois recalques até o túnel.

A hidrelétrica reversível teria $H = 50$ mca, continuidade do túnel em tubulação de aço num trecho de 5 km até a cota 380, que geraria potencia firma $P = 17,208$ MW.

Da cota 380, após a descarga da hidrelétrica teria uma caixa repartidora de vazão partindo em três direções.

1ª Direção – Canal à direita com $Q = 24/\text{m}^3\text{s}$, seguindo o estudo elaborado pelo Escritório Noronha Hidroterra através de canais e elevados conduzindo a água até a barragem Pedra Redonda, já construída, no Rio Canindé. Desta Barragem a água seguiria por canais até a Barragem de Poço do Marruá no Rio Itaim. Da barragem poço do Marruá, seria elaborado projeto de adutora de Ferro Fundido transpondo a água de Poço do Marruá para a Barragem de PIAUS no rio Marçal e daí seria disponibilizada a vazão continua para perenizar todo o rio Marçal até o rio Guaribas em Picos-PI. Neste Ramal teria uma Bifurcação, após as águas encherem a Barragem Nova Fortaleza em Lagoa do Barro. Daí no rumo da localidade Sete Lagoas onde nasce o Rio Fidalgo seria feita a bifurcação para encher o vale do Fidalgo.

2ª Direção – Canal à esquerda com $Q = 8/\text{m}^3\text{s}$, seguindo o Estudo preparado pela SEMAR, elaborado pelo Eng. Norbelino Lira de Carvalho e que conduz a água até a Barragem Pedregulho, já executada no município de Dirceu Arcoverde-PI, daí pela sangria desta barragem poderá encher a barragem Petrônio Portela, no rio Piauí.

3ª Direção – Sangria direta com $Q = 16/\text{m}^3\text{s}$, pelo riacho das lajes até a barragem Jenipapo no rio Piauí. Até a base da barragem do Jenipapo, já construída no rio Piauí, município de São João do Piauí, cota 219, são 161 m de desnível, em vale estreito e propício à construção de barragens para fins hidrelétricos. Vamos considerar ser possível construir 5 barragens com 28 m de coluna d'água, mais a barragem Jenipapo já construída com lâmina d'água de 28 m, e que passaria a operar gerando energia com queda de 28 m. Isto resultaria a potência total recuperada nas hidroelétricas reversíveis:

$$P = 1 \times 7.17 \times 48 \times 50 > \quad P = 17,208 \text{ MW}$$

$$P = 6 \times 7.17 \times 16 \times 28 > \quad \underline{P = 19,272 \text{ MW}}$$

$$P_t = 36,55 \text{ MW}$$

BENEFÍCIOS:

1 - Balanço energético

Energia gasta com o bombeamento:

Consumo efetivo com a transposição:..... 19,82 MW

Energia recuperada com o turbinamento:...36,55 MW

Saldo energético da transposição 16,72 MW

2 – Assim seria possível alcançar um reforço hídrico de 755 milhões de m³ de água disponibilizados anualmente.

3 - Projeto Para o Vale do Piauí/Canindé

O Projeto Para o Vale do Piauí/Canindé consiste na transposição do rio São Francisco através de um sistema de canais em nível com 445 km de extensão, situados em diferentes patamares e objetivando o fornecimento de água para todos os fins econômicos e sociais, para uma população estimada para 2020 em 438.450 habitantes além da irrigação de uma área de 125.000 hectares.

Localiza-se a noroeste do Estado da Bahia e se estende pelo sudeste do Estado do Piauí entre as cidades de São Raimundo Nonato e Picos, beneficiando, no seu caminhamento, os municípios na Bahia: Remanso da Bahia; e, no Piauí: 45 municípios; além de outros a identificar quando do traçado definitivo dos canais.

A água é captada no lago da barragem de Sobradinho, nas proximidades da cidade de Remanso/BA e bombeada para o túnel.

No canal, na altura do km 67 o canal se divide em três braços, seguindo um na direção norte até a cidade de Paulistana-PI outro reto na direção de São João do Piauí e o outro, na direção oeste até a cidade de Dirceu Arcoverde e daí ao Rio Piauí em São Raimundo Nonato-PI.

Nos trechos entre duas estações, o canal é dotado de estruturas e equipamentos para permitir o adequado manejo da água. Nos locais de cruzamento do canal com os talvegues naturais serão construídos 33 reservatórios.

Os canais, além da função de condução de água, são concebidos também para captar as águas de chuva que precipitam nas áreas de cotas mais elevadas.

As sub-bacias dos riachos intermitentes no caminhamento do canal ficarão interligadas, aproveitando as águas das chuvas torrenciais e localizadas, características da região.

Aproveitando a declividade natural do terreno no caminhamento do canal, foi projetada a construção de usinas hidrelétricas.

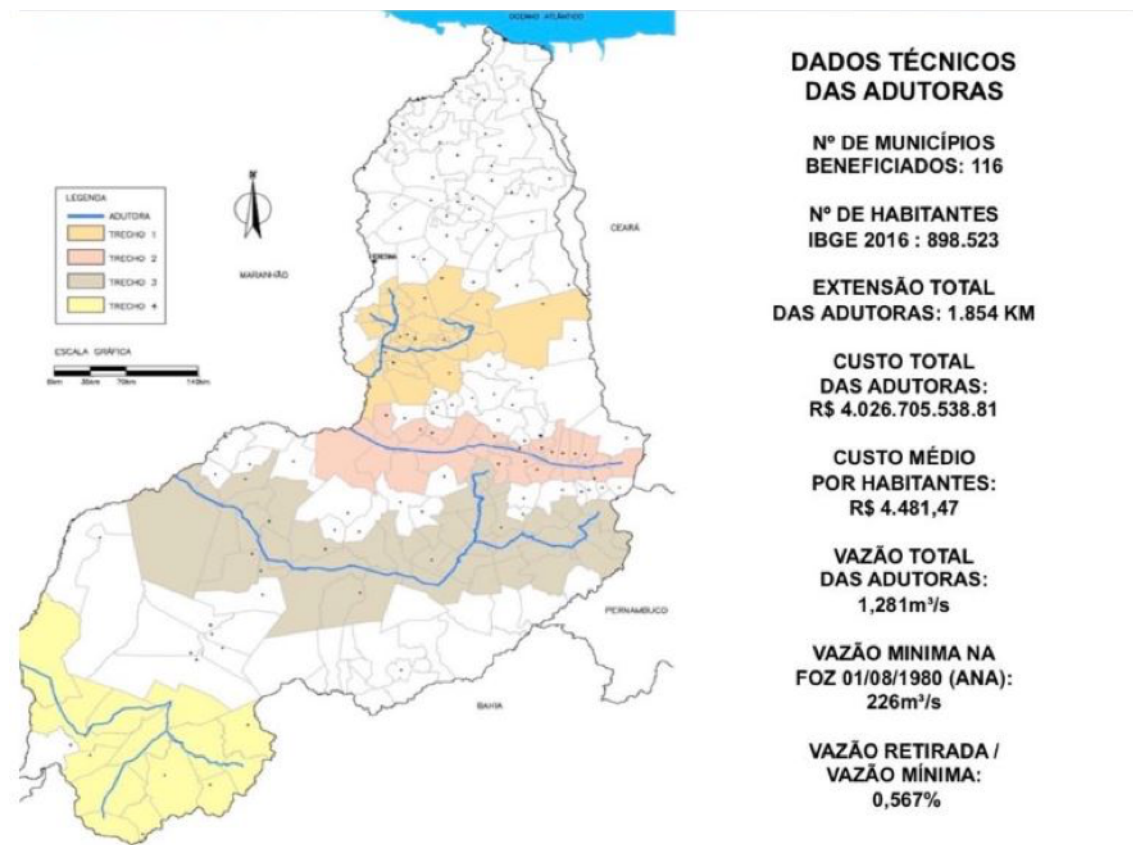
As principais obras do Projeto Piauí Canindé são:

- 445 km de canais em nível, com vazões de 10 a 80 m³/s;
- 33 reservatórios com capacidade total de armazenamento de 1,53 bilhão de m³ de água;
- 1 aqueduto com 1.500 metros de extensão e um túnel de 5,2km, divisa da Ba/PI;
- 3 estações de bombeamento;
- 7 usinas hidroelétricas.

O custo total de implantação do projeto: US\$ 710.000.000,00.

Projeto Adutoras do Parnaíba.

Consiste na construção de quatro adutoras partindo do rio Parnaíba, numa extensão total de 1.854 km, beneficiando diretamente quase 900 mil pessoas em 116 municípios.



Gestão Ambiental

Avalia-se a necessidade de adotar políticas públicas para aumentar a eficiência da gestão de recursos hídricos no Estado. Diante da forte seca dos últimos dois anos, pequenos produtores que receberam os títulos de propriedade através da Lei 6.127/11 (*supra* parágrafo 13) expressaram receio em solicitar recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e outras linhas de crédito, devido às possíveis perdas na produção decorrentes da escassez de água.

Situado em área de transição entre o sertão semiárido e a zona subsumida amazônica, o Piauí possui mais da metade de todos os recursos hídricos subterrâneos do Nordeste brasileiro. Apesar da grande extensão dos lençóis freáticos, a irregularidade das chuvas gera dois opostos na oferta de água no Estado: a extrema escassez na sua porção leste, especificamente no semiárido, e a relativa abundância no restante do seu território, incluindo a região do Cerrado. Enquanto as chuvas chegam a cerca de 1.400 mm por ano no norte do Piauí, não ultrapassa 800 mm na região do semi-árido, com níveis elevados de evaporação. No centro-sul, as médias de chuva atingem 1.100 mm e na região sudoeste pode chegar a 1.600 mm.

Estima-se que os recursos hídricos no estado estejam na ordem de 19 bilhões m³, sendo 94% destes em água superficiais e 6% abaixo da terra, ou seja, algo em torno de 5.700m³ por habitante, por ano. Na região do semi-árido, no entanto, a água disponível está em torno de 1.000m³ por pessoa/ano, o que é suficiente para o consumo humano, mas insuficiente para o uso na irrigação. Apesar disso, os recursos hídricos são usados de forma ineficiente em todo o Estado.

Deste modo, a gestão dos recursos hídricos no Piauí tem como desafios e prioridades: (a) assegurar a disponibilidade de água adequada para o consumo humano e animal, principalmente na região do semi-árido; (b) assegurar a oferta e qualidade das águas subterrâneas e de superfície para as finalidades previstas; (c) regular e controlar o uso de águas subterrâneas e superficiais, com a alocação clara e transparente dos direitos de água, em especial nas regiões do semi-árido e do Cerrado; e (d) regular o fluxo do rio Parnaíba e seus afluentes, para prevenir e mitigar inundações periódicas de grandes extensões de terra, bem como para utilizar esses recursos para a navegação, irrigação e geração de energia elétrica.

Combate à Desertificação

O acentuado grau de degradação nas duas regiões do Piauí, semiárido e subúmido seco, representa um grave entrave à promoção da qualidade de vida do Estado e também do Brasil. É necessário, pois, um programa de políticas públicas que incorpore toda a sociedade na luta ao combate à desertificação e a mitigação dos efeitos da seca.

Cabe ao Estado apoiar o Programas de Ação Estadual de Combate à Desertificação - PAEs elaborado com vistas a estabelecer diretrizes e instrumentos legais e institucionais que permitam otimizar a formulação e execução de políticas públicas e investimentos privados nas Áreas Suscetíveis à Desertificação – ASD.

Com isto, criar instrumentos de apoio ao desenvolvimento de atividades produtivas compatíveis com a preservação, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais, ajudando na consolidação de cadeias produtivas estratégicas adequadas, respeitando as limitações e aproveitando as potencialidades dos biomas, com aplicação de tecnologias adaptadas ao ambiente e à sustentabilidade da flora e da fauna locais.

Nova Habitação – lugar seguro pra viver

Estudos do Ministério das Cidades estimam o déficit habitacional no Brasil, introduzindo nova metodologia que inclui domicílios improvisados e os rústicos (habitações precárias), coabitação familiar, ônus excessivo com aluguéis e o adensamento excessivo nos domicílios alugados.

Constatou-se um déficit de 139.318 dos quais 76.157 habitações, das quais localizam-se nas zonas urbanas e 63.161 na zona rural, correspondente a 16,9% do total de domicílios existentes. Segundo a faixa de renda, 89,2% do déficit habitacional encontram-se nas famílias de renda média familiar mensal de até 2 salários mínimos; e, tomando-se a faixa de até 3 salários mínimos, o déficit chega a 98,3% do total.

O governo adotará providências no sentido de construção de unidades habitacionais para as classes de mais baixa renda, em todo o Estado, utilizando os recursos disponibilizados pelo governo federal.

Outra linha de ação será por meio de programas de melhoria habitacional, com a construção de fossas sépticas controladas, quando não for possível a ligação à rede coletora de esgotos, ligação domiciliar à rede de abastecimento de água.

Como ação prioritária será feita a regularização fundiária urbana visando a garantia da propriedade da terra. Assim como, a regularização da situação dos mutuários que já quitaram seus imóveis e não conseguem transferi-los.

Nova ação cultural e esportiva – o Piauí que se reconhece

A Conferência da ONU sobre Políticas Culturais, realizada na Cidade do México, em 1982, definiu a Cultura como “Todo e qualquer complexo de aspectos espirituais que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Inclui não apenas as artes e as letras, mas também os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.”

A política cultural do governo, dessa maneira, deverá apoiar-se em três eixos de ação estratégica:

- Incentivar a produção cultural, desde o plano individual, artesanal bem como os coletivos de arte para que venha a se tornar uma indústria cultural, em que se destacam a geração de emprego e renda e a propagação, além fronteiras, dos nossos valores culturais. Em especial deve ser vista as questões relativas ao financiamento das atividades e sua ampla divulgação;

- Organizar e melhorar a estrutura de serviços públicos a partir dos espaços e instalações adequados à população, por meio dos museus, teatros, galerias, casas de cultura, da preservação do patrimônio arquitetônico, histórico e arqueológico do estado; e
- Proporcionar os instrumentos de que a sociedade necessita para, ela própria, evoluir culturalmente, por meio da educação e do conhecimento.

Para tanto, o governo adotará medidas para reorganizar e fortalecer a Secretaria de Estado da Cultura e o Conselho Estadual de Cultura, com a garantia de recursos para a execução de projetos e atividades prioritárias, bem como promover a articulação entre os diversos órgãos estaduais com atividades afins, como as áreas de educação e turismo, na esfera estadual, e com os órgãos federais ligados ao Ministério da Cultura, como a FUNARTE e o IPHAN.

O governo terá, ainda, prioridade para o fortalecimento do Sistema Estadual de Museus, que envolve instituições estaduais, municipais e privadas em diversos municípios do estado.

É nosso compromisso a articulação das políticas de cultura e esporte em favor do pleno desenvolvimento da cidadania

Um dos principais desafios da sociedade piauiense é encontrar a articulação correta entre as políticas de educação integral, e não só as de ampliação de tempo de permanência do aluno na escola, e as políticas de esporte e cultura, em favor de todos os cidadãos, hoje cotidianamente expostos aos problemas que são gerados pela exposição de nossas crianças e jovens às tentações das drogas, que levam à violência e à perda de perspectivas de futuro de milhares de cidadãos piauienses e brasileiros.

O compromisso de articulação dessas políticas reflete uma das demandas mais urgentes da sociedade piauiense, de nossas famílias, hoje preocupadas com as dificuldades enfrentadas no dia a dia da criação de seus filhos, da sua livre circulação, sem medo de sofrer violências de qualquer natureza e, também, angustiadas quanto às suas alternativas de nossa convivência futura. A questão da violência enfim, não é apenas um assunto da política de segurança, mas tem profunda e séria relação com as políticas de educação, cultura, esporte e lazer.

Neste sentido, este compromisso deve ser pensado de maneira intersetorial, não apenas por que está articulado com a educação, mas porque a próxima administração estadual estará fortemente comprometida com uma visão da centralidade do papel dos órgãos estaduais de cultura e esporte em favor do cidadão piauiense, de todas as idades, especialmente aquele que ainda está na escola e precisa de estímulos corretos para o seu amanhã, que não é outro senão o destino de nosso Estado.

As políticas públicas de promoção de esportes e lazer ganham foco privilegiado nos jovens e funcionam como elemento de formação da cidadania.

As práticas esportivas e do lazer serão estimuladas a partir de programas específicos vinculadas diretamente ao esporte amador. Assim, a ação do Governo estará voltada prioritariamente para a realização de práticas esportivas, preparação técnica de instrutores, aos intercâmbios e para a concessão de incentivos esportivos a atletas de competição.

Paralelamente, caberá ao governo estadual formar parcerias com os municípios para viabilizar a construção de equipamentos públicos e a oferta de equipamentos adequados a cada uma das práticas destinadas ao descobrimento de talentos potenciais, bem como ao seu pleno desenvolvimento, com um programa permanente de incentivo aos atletas no formato de bolsa e auxílio manutenção.

Guiados pelo Plano Estadual de Promoção do Esporte e do Lazer, o interesse da sociedade e a vocação de cada lugar nortearão as decisões quanto às instalações esportivas tais como: ginásios poliesportivos; ginásios cobertos; quadras de esportes; centros integrados de esportes, com pistas de atletismo, quadras de cimento e areia, campo de futebol, artes marciais e outros; e arenas de eventos.

O lazer é atividade diretamente ligada às expressões culturais, aos hábitos e costumes de cada comunidade. Sua prática remete a atividades em períodos especiais característicos: finais de semana, feriados, dias de folga do trabalho e da escola. Sua maior ou menor importância decorre da frequência com que são realizados e do afluxo natural de público. Preferencialmente devem buscar mobilizar comunidades urbanas.

Dessa forma, o lazer esportivo, cultural e educacional pode ganhar espaço em ambientes públicos e privados seja em festas tradicionais, comemorações populares, eventos cívicos, eventos culturais.

Nova Política – transparência e compromissos coletivos

Certamente este será o conjunto das transformações a serem feitas no Piauí, o mais importante, e que sofrerá, maior resistência: a reforma dos costumes políticos, de práticas arraigadas que serão mudadas porque precisam que assim o seja.

Remexer velhos conceitos arraigados fundando novas atitudes, inaugurando novas tradições. As que ficaram para trás foram vencidas pelo tempo, pelos fatos desabonadores da corrupção, dos desmandos, dos desvios gerados pela supremacia dos interesses pessoais sobre os interesses coletivos.

Os poucos benefícios que geraram não colaboraram para as transformações desejadas; não tornaram o Piauí um território melhor de viver.

Os principais pontos a serem tocados podem ser assim enumerados:

- a) Será preciso estabelecer um novo *padrão de relacionamento* entre os poderes republicanos, o Executivo, o Legislativo, o Judiciário, e o Ministério Público e o Tribunal de Contas, onde prevaleça a sinceridade e a verdade no compartilhamento das receitas do Estado e na compreensão e extensão de suas necessidades e possibilidades, nas despesas públicas, portanto, expressas nos orçamentos públicos.
- b) Escolha e montagem de *equipes de trabalho* em todos os escalões sob rigoroso padrão de compatibilidade entre perfil desejado, funções a serem desempenhadas e moralidade. De tal sorte que as indicações políticas para preenchimentos de cargos em comissão, são aceitáveis e bem vindas, desde que aqueles indicados para serem escolhidos preencham requisitos mínimos que ensejem sua efetiva colaboração.
Cargos não serão criados como mero exercício de barganha e acomodação política.
- c) O *concurso público* é a única porta de entrada possível no serviço público estadual, devendo ser orientado prioritariamente às áreas fins e áreas meios dos serviços estatais, na busca incessante de eficiência no uso dos recursos disponíveis e eficácia dos resultados pretendidos.
- d) Redução ao mínimo estritamente necessário, por colocar em risco a realização de serviço público relevante, a *terceirização de mão-de-obra*, colocando sob rigorosos critérios de escolha, acompanhamento de atividades e avaliação de desempenho. Tal medida justifica-se pela alta representatividade adquirida na composição do custeio financeiro da máquina pública, o que indica o uso político indiscriminado de contratos de tal natureza.

- e) Defesa absoluta do instrumento das *licitações nos processos* de aquisições de bens, serviços e obras públicas, garantindo acima de tudo qualidade, equidade, transparência e honestidade, pondo fim à todo e qualquer tipo de mecanismo de direcionamento nas contratações, contrariando o interesse público.

- f) Estabelecer critério no preenchimento de cargos comissionados da máquina pública estadual, a partir da indicação de pelo menos três nomes para escolha e nomeação, cujas qualificações sejam compatíveis com as finalidades previstas para as funções.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: Potencialidades, Oportunidades e Investimentos

O processo de desenvolvimento do Piauí deve ser alcançado como resultado das ações que favoreçam o crescimento da economia, a redistribuição da renda gerada, para beneficiar os mais pobres, e também deve ser equilibrado do ponto-de-vista regional, sabendo-se que o Estado é constituído por regiões de formação natural diferentes, com diferentes necessidades e diferentes potencialidades.

O papel do Governo do Estado será o de fortalecer o desenvolvimento das cincomacro-regiões delineadas, considerando os doze territórios de desenvolvimento que agrupam os 224 municípios. E ainda auxiliar o fortalecimento do desenvolvimento local liderado pelas 224 prefeituras municipais.

Para efeito de programação dos investimentos do governo, serão consideradas nesta modelagem cinco grandes áreas de intervenção: os cerrados, a partir de Floriano -Bom Jesus; o semi-árido, a partir de Picos; Teresina – capital, por suas características e significação econômica estratégica; e a região centro-norte, a partir de Piripiri, e o litoral, a partir de Parnaíba.

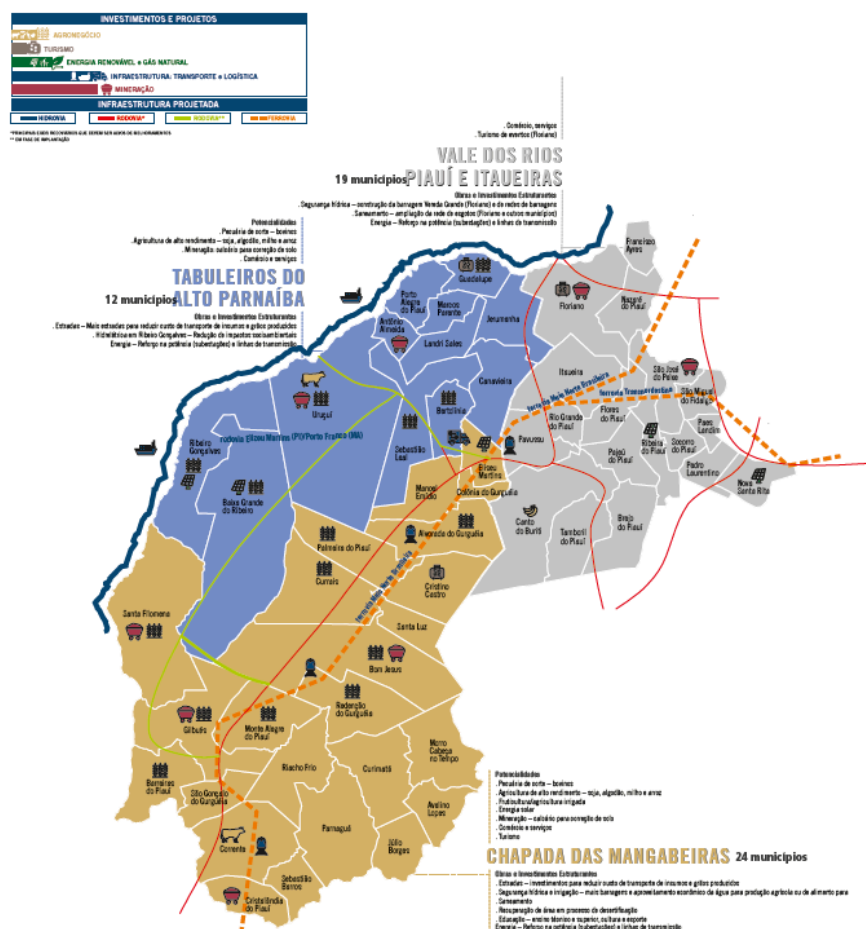
Macrorregião Cerrados

PIAUI

Territórios de Desenvolvimento

MAPA DE POTENCIALIDADES

Cerrados



A região do cerrado piauiense ocupa uma área total de 8,5 milhões de hectares, dos quais cerca de 4,5 milhões são propícios à agricultura em escala comercial. A área atualmente cultivada nos cerrados é da ordem de 430.000 hectares, ou seja, apenas 10% da área agricultável nessa atividade. Anualmente a região vem dando saltos em produção e produtividade.

São três territórios de desenvolvimento que incorporam cinquenta e cinco municípios.

A principal vocação dos cerrados é a produção de grãos (destaque para soja e milho) e de algodão herbáceo, a maior parte destinada à exportação. A única grande indústria na região é a Bunge Alimentos, cuja atuação em Uruçuí contribuiu para transformar a região de sua influência. O setor de serviços tem acompanhado o crescimento da produção agrícola, sobretudo nas atividades

de venda de insumos e de equipamentos, o que tem trazido um crescimento das principais cidades da região.

O maior problema dos cerrados é a falta de infra-estrutura adequada à produção, principalmente de estradas, de energia elétrica, regularização fundiária e a burocracia pública. Entre as propostas de governo encontram-se:

- A construção da estrada Transcerrados, com 300 quilômetros.
- Reforço à atual rede de transmissão e distribuição de energia, em atuação conjunta com a concessionária de energia.
- Intensificação das atividades de educação básica, dentro das metas gerais do governo, e articulação com a UESPI, a UFPI e o IFPI para a qualificação da mão-de-obra de nível técnico e superior;
- Na região do vale do Gurguéia, o governo dará prioridade à implantação de barragens para abastecimento, irrigação e controle de enchentes.

Macrorregião Semiárido



A região do semi-árido piauiense ocupa uma área de aproximadamente 150.000 Km², correspondente a 60% de todo o Estado. O principal problema é a deficiência da oferta de água para abastecimento à população, pela quantidade menor de chuvas e pela menor disponibilidade dos aquíferos. Em compensação, sua formação geológica contém a maior quantidade e variedade de ocorrências minerais e jazidas em exploração no Estado, e é a região de maior potencial para a agricultura irrigada, devido às suas condições climáticas.

No semi – árido estão presentes três territórios de desenvolvimento que incorporam cinquenta e seis municípios.

Os investimentos prioritários serão direcionados para:

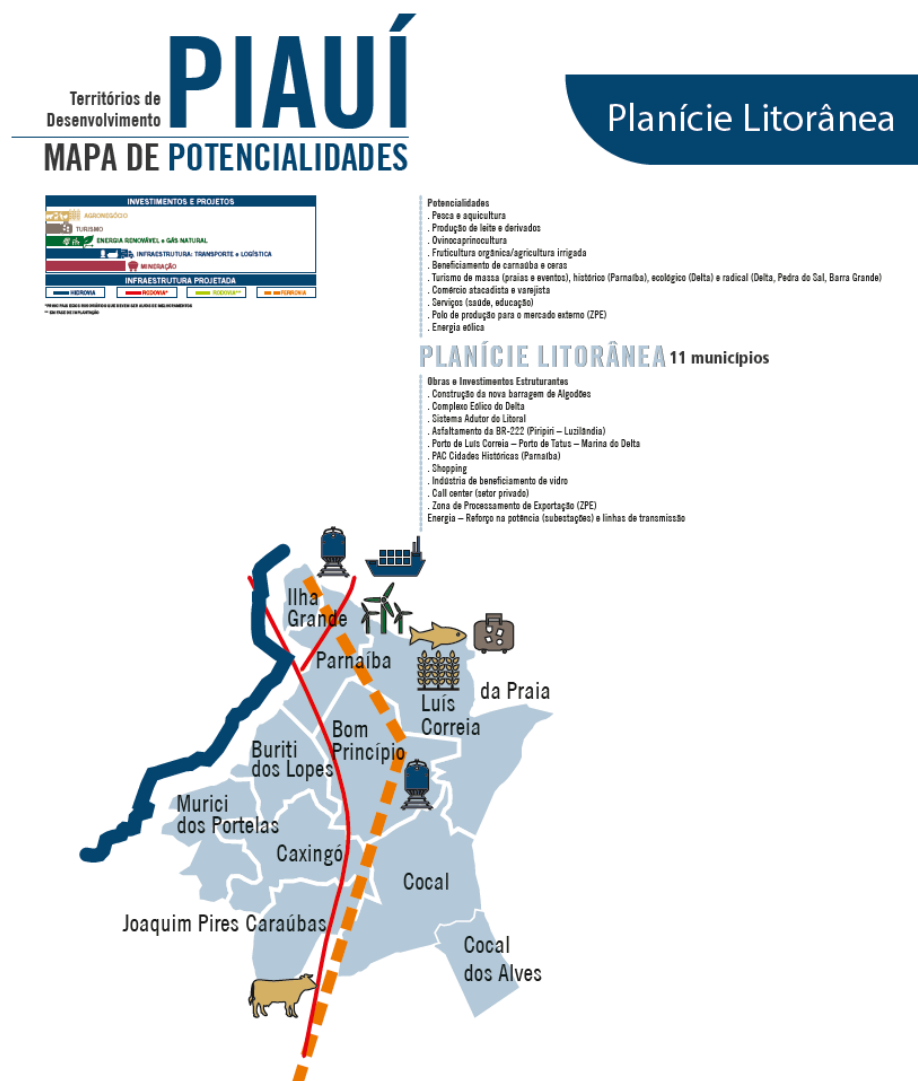
- Construção de barragens e adutoras, voltadas ao abastecimento das cidades e das populações rurais, em especial a Adutora do Sertão, interligando as bacias do São Francisco e do Parnaíba;
- Apoiar a implementação de projetos privados de geração de energia limpa.
- O fomento à irrigação, com a eletrificação dos vales dos rios Canindé, Piauí, Fidalgo, Itaim e Guaribas, bem como a articulação com o governo federal para que a CODEVASF implante grandes projetos de irrigação;
- Implantação de programa rodoviário ligando o semi-árido com a região dos cerrados, para maior integração social e econômica de todo o sul piauiense;
- Apoio à produção agropecuária, sobretudo a cultura do caju, a produção de mel e a pecuária de pequeno porte, que são atividades em que a região se destaca;
- Apoio ao turismo, especialmente na região dos Parques Nacionais da Serra da Capivara e da Serra das Confusões;
- Implantar por etapas a Ferrovia Sul/Norte, desde o Pólo das Origens (São Raimundo e Caracol), passando por Teresina e alcançando o Pólo Costa do Delta(Parnaíba e Luis Correia).

- Adequações urbanísticas previstas no Plano Novo Centro, com amplas medidas de revitalização e requalificação da área histórica e comercial de Teresina.
- Construção de um novo centro de convenções compatível com as necessidades da capital que é pólo turístico de eventos e negócios e portal de entrada para outros pólos e regiões;
- Gestão junto à INFRAERO para adequação do aeroporto de Teresina;
- Estabelecer parcerias para duplicação dos acessos rodoviários sul e leste (BR 316 e 343);
- Conclusão do anel de contorno rodoviário da capital no ramal sul/sudeste/leste estendendo seu arco para as outras regiões;
- Implantação do sistema de transporte por Veículo Leve sobre Trilhos (VLT);
- Em conformidade com o Plano Diretor de Drenagem de Águas Pluviais, estabelecer parceria com o município para as intervenções previstas naquele plano;
- Estabelecer parceria com o município para intervenções no sistema viário, conforme Plano Diretor do Sistema Viário e de Transportes;
- Intervenções para reduzir os riscos de enchentes, como a construção da barragem de Castelo e outras obras de contenção do rio Poti e seus afluentes, que também protegerão as cidades ribeirinhas.
- Retomar o transporte ferroviário ligando Teresina ao norte e ao sul do Piauí e ao norte do Maranhão, até São Luís(Porto do Itaqui) , integrando-a à ferrovia Transnordestina, e assim aos portos de Pecém(Ceará) e Suape(Pernambuco).

- e) o aproveitamento hidro agrícola da barragem Mesa de Pedra(Elesbão Veloso, Aroazes, Valença);
- f) reforço de potência (subestações) e transmissão de energia.

Do ponto de vista da **política de apoios e incentivos** ao desenvolvimento de **projetos produtivos**, o Governo priorizará os seguintes setores: a) turismo arqueológico, religioso e rural; b) ovino – caprino cultura; c) irrigação de grãos e frutas; d) mineração em opalas e pedras ornamentais ; e) apicultura ; f) agroindústria de cachaça e rapadura; g) indústria do vestuário; h) produção de grãos como soja, milho e arroz; i) artesanato em palha, tecelagem, alumínio e jóias; j) extrativismo vegetal do babaçu e da carnaúba; desenvolvimento de projetos privados de geração de energia limpa, solar ou eólica em São João da Fronteira, Assunção do Piauí, Buriti dos Montes, São Miguel do Tapuio, São João da Serra.

Macrorregião Litoral



Na região destaca-se Parnaíba, como centro geoeconômico de vasta área do Maranhão, Piauí e Ceará, onde se localizam, em um raio de cerca de 150 Km, muitas atrações turísticas, como o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, o Delta do Parnaíba, as praias de Luís Correia e Cajueiro da Praia, o Parque Nacional de Sete Cidades, a Serra da Ibiapaba, no Ceará (Viçosa e Ubajara) e o litoral cearense, de Granja a Jericoacara. Tem assumido relevância o pólo de serviços especializados em educação e saúde, mercê da localização geográfica privilegiada.

A macrorregião coincide em área com o território de desenvolvimento denominado de planície litorânea constituído por onze municípios.

Os investimentos do governo, para a região, serão no sentido de:

- Daremos importância à circunstância peculiar de cidade-pólo com a criação de um **Programa Estratégico de Desenvolvimento Territorial- PEDT/Planície Litorânea** que reunirá **investimentos** capazes de alavancar a economia do território, de caráter regional, integrado e complementar.
- **Apoio e incentivos reais à indústria turística**, presente no Pólo Costa do Delta. Será preciso melhorar toda a infra- estrutura necessária e fortalecer o receptivo turístico. Só assim seremos competitivos na atividade.
- Intensificar a **integração institucional** para o desenvolvimento do turismo nos três Estados (**Rota das Emoções**), melhorando a infra-estrutura de transportes e de recepção; a operacionalização do Aeroporto de Parnaíba; a construção de **Centro de Convenções** em Parnaíba;
- **Apoio e incentivos reais** ao desenvolvimento do **Pólo Regional de Serviços Especializados em Saúde e Educação**
- Apoio à revitalização da **bacia leiteira**;
- Apoio e incentivos reais à **agricultura irrigada**, especialmente fruticultura, que tem como principal projeto na região o perímetro irrigado Tabuleiros Litorâneos, a cargo do DNOCS;
- Apoio e incentivos reais à modernização da **indústria agropecuária, da piscicultura e carcinicultura**.
- Apoio e incentivos reais à expansão de projetos de **geração de energia limpa**.
- Repensar e colocar em funcionamento a Zona de Processamento de Exportações (**ZPE**), em Parnaíba;
- A conclusão e operação do **Porto de Luís Correia**, que deverá exercer enorme influência na economia da região e do Estado.
- Retomar o **transporte ferroviário** ligando o litoral à Teresina, e daí ao Pólo das Origens(SR Nonato e Caracol).
- Construir a nova **Barragem Algodões**.
- Concluir o **Sistema Adutor do Litoral**.
- Realizar o **Plano de Revitalização** do Conjunto Arquitetônico - Histórico da Parnaíba.